



a sephallus

Volume II – Número 4
Maio a Setembro de 2007

Revista do Núcleo Sephora
de Pesquisa sobre o Moderno
e o Contemporâneo /UFRJ

ISSN 1809-709 X

Editorial.....	9
A família: resíduo de um desejo que não seja anônimo Family: residue of a non-anonymous desire Tania Coelho dos Santos	
Artigo 1.....	12
O avesso das famílias: o romance familiar parental The reverse side of the families: parent's familiar romance Serge Cottet	
Artigo 2.....	18
As incidências na clínica das versões do Nome-do-Pai (III) The clinical incidences of father function versions (III) Silvia Helena Tendlarz	
Artigo 3.....	32
Novas modalidades do laço social New modalities of the social bond Hebe Tizio	
Artigo 4.....	38
Família e fracasso escolar Family and school failure Ana Lydia Santiago Margaret Pires do Couto	
Artigo 5.....	50
Hiperatividade: novos sintomas de ordem e desordem Hyperactivity: new symptoms to order and disorder Simone Bianchi	
Artigo 6.....	56
O real do sexo e o inconsciente nos sintomas contemporâneos The real of sex and the unconscious in the contemporary symptoms Marcia Aparecida Zucchi	
Artigo 7.....	65
A Escola de Lacan e a formação do psicanalista The Jacques Lacan's Psychoanalytical School and the formation of the analysts. Mirta Zbrun	
Artigo 8.....	74
Versões do pai na histeria Versions of the father in histerya Márcia Maria Vieira Rosa	

Tradução 1	80
Assuntos de famílias no inconsciente Family matters in the unconscious Jacques-Alain Miller	
Tradução 2	85
A Passagem ao ato nos adolescentes The passage into action in adolescents Philippe Lacadée	
Atualidades 1	93
Como criar as crianças How to create children Éric Laurent	
Atualidades 2	97
Desajustes familiares e ato infracional Family disadjustments and infractional act Inês Joaquina Sant'Ana Santos Coutinho	
Resenha 1	100
Do <i>Sans Famille</i>, de Hector Malot, ao Estatuto da criança e do adolescente From <i>Sans famille</i>, by Hector Malot, to the Statute of the child and the adolescent Catarina Coelho dos Santos	
Resenha 2	104
Sobre a psicanálise de crianças separadas On the psychoanalysis of broken home children Rachel Amin de Freitas	
Resenha 3	107
Família e casal: Arranjos e Demandas contemporâneas Family and the consorts arrangements and contemporary demands Marcela Decourt Terezinha Feres	
Normas para Publicação de Trabalhos	111

Editora:**Tania Coelho dos Santos**

Coordenadora do Núcleo SEPHORA de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

Editores Associados:**Serge Maurice Cottet**Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII
(Paris/França)**Ana Lydia Bezerra Santiago**Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)**Adriana Rubistein**Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos
Aires/Argentina)**Conselho editorial:****Alberto Murta**Prof. Dr. Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito
Santo/UFES (Vitória/ES)**Ana Beatriz Freire**Profa Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)**Angélica Rachid Bastos Grinberg**Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)**Daniela Sheinckman Chatelard**Profa. Dra. Adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da
Universidade de Brasília/UNB (Brasília/Distrito Federal)**Fernanda Costa Moura**Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)**Hebe Tizio**Profa. Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona
(Barcelona/Espanha)**Heloísa Caldas**Profa Dra. do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)**Iika Franco Ferrari**Profa. Dra. do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte/MG)**Jésus Santiago**Prof. Dr. Adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de
Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

José Luis Gaglianone

Profissional autônomo

Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII
(Paris/França)

Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de
Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo/São Paulo)

Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do
Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte/MG)

Márcia Mello de Lima

Profa. Dra. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em
Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Marcus André Vieira

Prof. Dr. Adjunto do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da
Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro/RJ)

Maria Angélica Teixeira

Profa. Dra. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de
Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador/BA)

Maria Cristina da Cunha Antunes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio
de Janeiro/RJ)

Marie-Hélène Brousse

Profa. Dra. Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade
de Paris VIII (Paris/França)

Ram Avraham Mandil

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Rosa Guedes Lopes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio
de Janeiro/RJ).

Sérgio Chagas de Laia

Prof. Dr. Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de
Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte/MG)

Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII
(Paris/França)

Comissão de redação

Ana Paula Sartori
Ana Lydia Bezerra Santiago
Simone Bianchi

Comissão executiva

Fabiana Mendes
Marcela Cruz de Castro Decourt
Rosa Guedes Lopes

Equipe de tradução

Maria Luiza Caldas (espanhol)
Lee Soares (inglês)
Kátia Moskal Danenberg (francês)
Cristina Drumond (francês)

Revisão Técnica

Tania Coelho dos Santos

Revisão Final

Rosa Guedes Lopes

Agradecimentos especiais

Rosângela Belato de Andrade Rodrigues

(Bibliotecária/Documentalista, Setor de Periódicos, Biblioteca do CFCH/UFRJ)
Pela confecção da Ficha catalográfica.

Maria Elisa Delecave Monteiro

(Membro da EBP/AMP)
Pela transcrição da aula de Sílvia Tendlarz

Projeto gráfico

Vianapole Design e Comunicação Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA:

—

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME II, n. 4, (mai. a out. /2007). – Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso: http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_05/index.htm

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

LINHA EDITORIAL

A revista aSEPHALLUS é uma publicação temática, semestral, de trabalhos originais nacionais ou estrangeiros que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos a atualidade na área de teoria, clínica e política da psicanálise de orientação lacaniana.

PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional C) – www.periodicos.capes.gov.br
- INDEX-PSI - www.bvs-psi.org.br
- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - www.bvs.br

PUBLICAÇÃO FINANCIADA COM RECURSOS DO GRANT/CNPQ.

HOME PAGE: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

NOMINATA:

O Conselho Editorial da REVISTA *aSEPHallus* agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta - UFES
Anderson de Souza Sant' Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL-MG
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira – UFMG
Fernanda Costa Moura - UFRJ
Fernanda Otoni de Barros - UFMG
Glacy Gorski - UFPB
Heloísa Caldas - UERJ
Ilka Franco Ferrari – PUC-MG
José Luís Gaglianone - PARIS VIII (França)
Leny Magalhães Mrech -USP
Lúcia Grossi dos Santos – FUMEC-MG
Márcia Maria Vieira Rosa – CEFEM-MG
Marcus André Vieira – PUC-RJ
Maria Cecília Galletti Ferretti - USP
Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG
Serge Maurice Cottet - PARIS VIII (França)
Sérgio Chagas de Laia – FUMEC-UFMG

A FAMÍLIA: RESÍDUO DE UM DESEJO QUE NÃO SEJA ANÔNIMO

Tania Coelho dos Santos

taniacs@openlink.com.br

O discurso da ciência prospera, liberando os indivíduos das amarras da autoridade e da tradição, dispensando os pais das funções de proibição e autorização junto a seus filhos. Há famílias recompostas e uma grande reinvenção dos direitos e deveres parentais em curso. Discute-se o direito à homoparentalidade. Pergunta-se se as famílias monoparentais são carentes. Haveria, entretanto, um conceito psicanalítico de família? Segundo Jacques-Alain Miller a família é constituída pelo Nome do Pai, pelo desejo da mãe e o objeto *a*. A família não é um conjunto de laços ou deveres, ela é essencialmente unida por um segredo, ela é unida pelo não dito. Qual é o segredo? Qual é esse não dito? É um desejo não dito, é sempre um segredo sobre o gozo; de que gozam o pai e a mãe?

Como manejar essas letras que designam, sem confundir, os lugares da mulher e do desejo da mãe; do homem e do Nome do pai; do objeto *a* e da criança? Margareth Pires do Couto e Ana Lydia Santiago apontam o fracasso das utopias comunitárias que supunham poder dispensar a família na constituição psíquica pois, como afirma Lacan, há uma função de resíduo exercida pela família, a despeito de todas as transformações em sua forma de organização, que assegura a ela uma transmissão irreduzível. Essa transmissão não é da ordem das necessidades e da realidade e sim de uma dimensão simbólica, mais precisamente, de *um desejo que não seja anônimo*. As autoras sublinham a posição de Lacan (2003, p. 369) em “Nota sobre a criança”: “A função de resíduo exercida (e ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irreduzibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo. [§] É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.” As autoras concluem que desse modo, ele desloca a função da família de uma transmissão da cultura para um dispositivo de transmissão do desejo e de contenção do gozo, ou seja, de transmissão da castração.

Serge Cottet traz à discussão o tema das famílias recompostas enfrentando a difícil questão em jogo, seja nas adoções, seja no exercício da parentalidade substitutiva: é a mesma coisa se uma criança tem sua própria mãe ou é criada pela mãe do vizinho? E quanto ao pai? O pai é uma função simbólica e aquele que a encarna é substituível? Serge Cottet insiste que não. Recorda que se o pai não se confunde com genitor, é porque o que conta para um sujeito, em sua fantasia, é o desejo em jogo na sua concepção. O segredo de sua origem, o fato de que tenha sido ou não desejado, é o cenário que não se reduz à filiação biológica, mas que não é separável dela.

Catarina Coelho dos Santos resenhou o romance clássico *Sans Famille*, de Hector Malot, sobre o longo périplo de uma criança desgarrada, adotada por várias famílias substitutas, até encontrar sua família consanguínea. Estruturado nos moldes dos

romances familiares dos adolescentes, retrata a questão central sobre a criança, como objeto *a*: é a mesma coisa ter a sua própria família ou uma família adotiva? Em sua resenha, ela conclui que a legislação brasileira contemporânea não redefine a família, apenas regulamenta as suas novas formas «substitutas» da consangüínea sem destituir por completo a família «natural» de sua posição de núcleo estruturador da vida social.

A psicanálise entende por laço social e por conseguinte, por laço familiar: um discurso sem palavras. Hebe Tízio ressalta que na perspectiva sociológica a civilização introduz o gozo no laço social sintomatizado, faz cidadãos conforme os modelos aceitáveis. Na perspectiva da psicanálise, a civilização tem a ver com o discurso. Para Lacan, o discurso excede a palavra, vai mais além dos enunciados que realmente se pronunciam. O discurso subsiste sem palavras porque se trata de relações fundamentais que se sustentam da linguagem. O discurso sustenta a realidade, a modela sem supor o consentimento por parte do sujeito.

Sílvia Tendlarz destaca a mudança na formalização lacaniana sobre o pai, depois da introdução do objeto *a*. É o pecado do pai, e não suas virtudes, que impulsiona a idealização: estratégia para salvar o pai do desejo, elevando-o ao pai do amor. Márcia Rosa Vieira, a partir de um fragmento clínico, se propõe a examinar a construção dessas duas versões do pai — inesquecível e pecador —, interrogando os fantasmas de uma analisanda acerca do vínculo conjugal em sua família.

No último ensino de Lacan, o pai digno de ser amado e respeitado enquanto tal, é um homem vivo e encarnado que coloca uma mulher no lugar de objeto *a*. Márcia Zucchi revela toda a importância desse deslocamento da função do pai na teoria psicanalítica para a abordagem dos novos sintomas. Uma anorexia do início do século, por exemplo, não poderia ser considerada do mesmo modo que hoje quando o Outro não é mais consistente, e sim localizado. O sintoma psicanalítico foi pensado por Freud como a mensagem inconsciente dirigida pelo sujeito ao Outro da cultura representado na figura paterna idealizada. É preciso encontrar os modos singulares de relação do sujeito contemporâneo ao pai - enquanto lei que organiza a relação do sujeito ao real - pois não existem mais ideais universais de identificação.

Simone Bianchi também se pergunta sobre um novo sintoma, a hiperatividade. Ela sustenta que ele diz respeito àquilo que a criança realiza como objeto *a* da fantasia familiar. A família contemporânea se estrutura menos em torno do pai como ideal e muito mais em torno da criança como objeto *a*. A família não se constitui mais a partir da metáfora paterna, fase clássica do complexo de Édipo; e sim pela maneira como a criança é o objeto de gozo da família, não somente da mãe, mas da família e da civilização. A criança é o objeto *a* liberado, produto.

Éric Laurent, em sua entrevista “Como criar a los niños”, ao Jornal La Nación, enfrenta essa questão dos transtornos escolares, sublinhando que são efeitos do novo papel que a escola e os professores vêm concentrando sobre si por dois motivos. Primeiramente, a generalização de um modelo único de educação para todas as crianças, conseqüência da igualdade de direitos. Em segundo lugar, a redução do tempo de convivência entre mães e filhos, fruto do trabalho extradoméstico das mulheres. A televisão tornou-se o ritual comum à família. Mas a televisão não é a oração comum da tradição, aquela que permitia vincular os membros da família através dos rituais. Quando o único ritual é a televisão, comer diante dela, falar sobre ela ou ficar em silêncio diante desse aparato, isto permite articular pouco a posição do pai entre proibição e autorização.

A juíza Inês Joaquina Coutinho se pergunta: a separação do casal ou a família mono-parental pode contribuir para a prática de atos infracionais pelos filhos? A

resposta, lamentável e preocupante, é positiva. Sua larga experiência na jurisdição infanto-juvenil demonstra esta realidade. Marcela Decourt entrevistou a Professora e psicóloga clínica Terezinha Féres que deu seu testemunho favorável sobre a experiência das famílias recompostas. Ela acredita que as crianças das novas famílias são mais criativas e que a separação dos casais não contribui, necessariamente, para o desajustamento infanto-juvenil.

Rachel Amin Freitas resenha a coletânea de trabalhos de Jenny Aubry, *Psicanálise de crianças separadas*. A psicanalista revela as graves patologias narcísicas que resultam da ausência do pai, ou da mãe na formação da criança.

Como responder analiticamente ao fracasso da função paterna em promover os efeitos de interdição e de sublimação na juventude desbussolada? Philippe Lacadée reconhece que a adolescência é efetivamente um momento difícil, na medida em que o sujeito deve separar-se da autoridade parental, o que é ao mesmo tempo o momento mais necessário, mas também, o mais doloroso de seu desenvolvimento. A metamorfose da puberdade é um momento de transição que não vai se dar, talvez, sem correr riscos. Alguns adolescentes se apóiam, sem o saber, neste formidável sintagma do poeta Arthur Rimbaud, “a verdadeira vida”, e o que, em seu nome, os impulsiona a correr riscos freqüentemente vitais, sem nenhuma consciência do perigo iminente. Os comportamentos de risco são novos sintomas, sinais de uma nova clínica, que tem a ver com uma certa prática de ruptura, um curto-circuito da relação ao Outro. Estes comportamentos de risco mantêm um certo endereçamento ao Outro. Como e porque alguns adolescentes decidem prescindir do Outro, e podem até mesmo recusar o Outro no qual se apoiaram durante a infância, colocando suas vidas em jogo, sua “verdadeira vida”?

Éric Laurent defende a concepção de um analista cidadão, pronto para interferir nos impasses cruciais de nossa civilização. Mais uma vez, em sua entrevista, “Como criar a los ninõs”, ele sublinha a importância da literatura pois alguns escritores explicitamente pensaram em elaborar, com sua obra, uma maneira de proteger as crianças da tentação do niilismo, e orientá-las na cultura e nas dificuldades da civilização, apresentar figuras nas quais o desejo pudesse articular-se num relato. Com *O Senhor dos Anéis*, por exemplo, Tolkien fez uma tentativa de propor às crianças, aos jovens, uma versão da religião, um discurso sobre o bem e o mal, uma articulação sobre o gozo, os corpos, as transformações do corpo, todos esses mistérios do sexo, do mal, que atravessa uma criança; versões da paternidade.

É consenso que as funções de proibição e autorização, prerrogativa do Nome-do-Pai, que vacilam na família, sobrecarregam a escola e deixam crianças e adolescentes entregues ao risco do desbussolamento. É preciso formar analistas capazes de articular essas funções em outros espaços.

Como formar analistas cidadãos? Mirta Zbrun examina a Escola criada por Lacan e a formação do analista, com as questões que lhe são essenciais: o fim da análise, o procedimento do passe e a formação dos psicanalistas. Ela mostra que estas noções são tratadas como conceitos e não como preceitos. Em sua tese, ela examina a Sociedade Psicanalítica criada por Freud e as outras sociedades geradas no decorrer do movimento psicanalítico para demonstrar idéia central de que ‘não há analista sem Escola’.

O AVÊSSO DAS FAMÍLIAS: O ROMANCE FAMILIAR PARENTAL

Serge Cottet

Doutorado de Estado pelo Département de Psychanalyse/Paris VIII
Professor e orientador do 3^{ème}. Cycle do Département de Psychanalyse/Paris VIII
Responsável pela Seção Clínica do Hospital de Gennevilliers
Analista Mestre da Escola na École de La Cause Freudienne
Paris - França

scottet@freesurf.com.fr

Resumo:

Podemos chamar de romance familiar parental, o conjunto de ficções que sustentam as recomposições e os disfuncionamentos familiares de hoje, em favor do tipo de parentalidade escolhida. Estas ficções se esforçam para dissolver todos os semblantes que, até agora, mantinham na hipocrisia o essencial da vida em família. A cultura da permissividade, bem como a crise da autoridade que acompanha o declínio do pai, exige uma transparência que abole os segredos da família, denuncia as hipocrisias, subverte as barreiras das gerações. Nessa grande devastação, a incidência da psicanálise, deve ser levada em conta, principalmente no imperativo que obriga a dizer tudo às crianças: uma transparência propícia à construção da imagem de si.

Palavras chave: romance familiar, declínio do pai, conjugalidade, parentalidade, filiações.

THE REVERSE SIDE OF THE FAMILYS: PARENT'S FAMILIAR ROMANCE

Abstract

We may call it parental family romance, the group of supporting fictions for the family rejoining and dysfunctions of today in favor of the chosen parenthood. These fictions thrive to dissolve all semblances which had so far sustained in hypocrisy the essence of family life. The culture of permissiveness as well as the authority crisis that follows the decline of the father demands a transparency which abolishes the family secrets, denounces the hypocrisy and subverses the generation barriers. In this huge devastation, the incidence of psychoanalysis must be taken into consideration especially in the imperative that forces parents to tell everything to their children: an opportune transparency for the self-image construction.

Key words: familiar romance, father decline, conjugality, parenthoods, filiations

As crianças têm seu romance familiar; elas inventam outros pais, mais prestigiados, diferentes dos seus: elas colocam em questão as origens do seu nascimento. Em suma, elas recompõem suas famílias. Hegel dizia: «o nascimento das crianças é a morte dos pais». A psicanálise recusa essa dialética, pois as crianças têm muitas razões para imaginar outros pais que não os seus; elas não os suprimem, acrescentam outros.

Acontece aos pais lamentarem-se por não terem os filhos que merecem; eles podem tentar fazê-los um pouco mais bem feitos, se ainda tiverem tempo para isso. Eles têm a escolha de fabricá-los. A família contemporânea pode alimentar-se de idealizações acerca dos laços familiares, desembaraçá-los dos modelos e entraves à liberdade de escolha, fazendo dela um lugar de experimentação.

Podemos chamar de romance familiar parental, o conjunto de ficções que sustentam as recomposições e os disfuncionamentos familiares de hoje, em favor do tipo de parentalidade escolhida. Estas ficções se esforçam para dissolver todos os semblantes que até agora, mantinham na hipocrisia o essencial da vida em família. A cultura da permissividade, bem como a crise da autoridade que acompanha o declínio do pai, exige uma transparência que abole os segredos da família, denuncia as hipocrisias, subverte as barreiras das gerações. Nessa grande devastação, a incidência da psicanálise, deve ser levada em conta, principalmente no imperativo que obriga a dizer tudo às crianças: uma transparência propícia à construção da imagem de si. O americano Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo* (1970, p. 71), popularizou a tese do narcisismo como a fase suprema do individualismo que caracteriza a visão de mundo das sociedades ultraliberais: onde a despadronização das normas reguladoras e autoritárias e a erosão dos papéis sociais estão a serviço da realização autêntica do eu e do culto ao íntimo.

Gilles Lipovetsky fez eco com o seu artigo sobre o individualismo contemporâneo, variante sociológica sobre o tema do Outro que não existe. As teses catastróficas de Lasch são nitidamente conservadoras: elas são utilizadas hoje em dia pelos mais nostálgicos entre os psicólogos de criança. O desenvolvimento pessoal na intimidade de um ambiente familiar atento¹ substitui-se à transmissão dos valores. Indignamo-nos com o fato de que o florescimento do eu se sobreponha à educação, favorecendo o egoísmo e a incivilidade.

Uma referência à psicanálise, tão arriscada quanto a precedente, pretende retificar a autoridade parental: ela insurge-se contra a promoção da “sua majestade, o bebê”, que engendra o «narcisismo» primário dos pais. Todo o amor próprio dos pais cristaliza-se na criança como ideal. A versão moderna da sua majestade, o bebê, é a criança em igualdade com os adultos que detém seus próprios direitos, o que, para alguns, tem a consequência de suprimir o seu estatuto de criança. Essa regressão ao século dezoito, faz da criança uma vítima do amor (segundo uma psicóloga da rádio).

Entretanto, a supressão dos tabus e do ideal permissivo não dizem respeito apenas às crianças, tiranos domésticos que transformam a família em jardim da infância. Aos pais modernos, tudo parece ser permitido também. Essa erosão dos papéis parentais despadronizados, apresenta um relevo muito atual ao julgamento, sem ilusão, emitido por Lacan nos *Escritos*, estigmatizando «essas verdadeiras crianças que são os pais», (não há, nesse sentido, outras na família senão eles próprios) (LACAN, 1966, p. 579).

A subversão dos papéis faz do teatro familiar uma comédia: um fantasma hedonista assegura o triunfo de um filme recentemente lançado nos Estados Unidos; *Little Miss Sunshine*. Uma *stripteaser* de oito anos, laureada num concurso de beleza, iniciada, aliás, pelo seu avô um pouco libidinoso, que engaja toda a família na cena, desvelando o fantasma pedófilo da comunidade: a farra em família. É a nova escola de pais, feita pelas crianças, em versão *soft*.

A insurreição dos costumes contra a família conjugal tradicional tem também sua versão *hard*. Ela parece animada por motivos menos «regressivos». A onda de famílias recompostas, de adoções, da homoparentalidade – especialmente nos EUA – não procede apenas da fantasia que a psicanálise teria liberado. A antropologia dos anos 70 lhes aportou uma caução mais culta, atacando o familialismo da psicanálise e sua suposição da universalidade da família conjugal; ela subverteu inteiramente a ilusão naturalista. A universalidade do próprio conceito de parentesco não resistiu a isso. Os laços de sangue ou a interdição do incesto são objeto de curiosidade etnológica e mesmo de exceção num relativismo cultural generalizado.

Um tal de David Schneider alcançou a glória na Universidade de Chicago durante os anos 80, junto às feministas e os estudantes de vanguarda, ao dissociar o parentesco de todo fator biológico e toda referência à sexualidade. Os laços econômicos e religiosos, as afinidades culturais têm um papel mais determinante que as estruturas elementares. O pragmatismo das alianças é mais importante que os modelos intangíveis do parentesco. A família conjugal não parece decorrer senão das ilusões etnocêntricas, às quais Lévi-Strauss, ele próprio, não escapou.

Durante esses mesmos anos, o partido anti Lévi-Strauss foi conduzido, em 1971, pelos antropólogos Edmond Leach e Rodney Needham. Este último, responsável pela obra coletiva *O parentesco em questão*, que chamou a atenção de Lacan; no ano de sua tradução em francês, Lacan (1979, p. 13) o menciona no seu Seminário de 19 de abril de 1977, *Les non-dupes errent*. Needham observa a justo título, aliás, que o parentesco deve ser colocado em questão porque ele comporta mais variedade de fato, do que os analisandos reconhecem. Mas, o que resta espantoso, de todo modo, é que os analisandos não falam senão disso, dos parentes próximos, seus parentes «mais ou menos imediatos».

Sem ignorar nada do relativismo cultural, Lacan já havia tomado como exemplo os casos de três sujeitos do Haut-Togo para recusar a homologia do inconsciente com as estruturas do parentesco; nossos três africanos eram suficientemente colonizados para que seu inconsciente fosse edipiano (LACAN, 1991, p. 104). O discurso do mestre é transcultural, o inconsciente não escapa a isso. Não é indiferente lembrar que Lacan já se endereçava aos americanos na Universidade de Yale, em 1975, sobre o mesmo tema: «O analisando começa a falar de maneira mais e mais centrada, centrada em qualquer coisa que desde sempre se opõe à *polis* (no sentido de cidade), a saber sobre sua família particular. A inércia que faz com que um sujeito não fale senão de papai e mamãe é, sem dúvida, um fato curioso» (LACAN, 1976, p. 44).

Poderíamos pensar que essa disjunção família-cidade tende a esmaecer-se graças à dissolução da ordem familiar que a sociedade urbana favorece, liberando os fluxos que desterritorializam de tal maneira a coisa familiar, especialmente nas cidades onde a família se torna uma cidade em si mesma; aqui, os pequenos segredos de família são segredos para a família ela própria. A prática com crianças esgota-se em desembaraçar os novelos do parentesco; os incestos edipianos e a incerteza sobre a identidade do *pater familias* fazem o terapeuta gastar seu grego e seu latim.

As referências sociológicas inspiradas no relativismo cultural não têm dificuldade em justificar a pertinência e a variedade das práticas que governam as famílias hipermodernas. Não é difícil concordar as referências sociológicas inspiradas no relativismo cultural com a doutrina lacaniana. É uma tentação. A etnologia comparada é um laboratório do qual pode se nutrir o fantasma: prescindir do pai... ao menos distingui-lo completamente do genitor. A família conjugal estará atrasada em relação aos melanésios? Com efeito, «o pai não é o genitor» (LACAN., 2001, p. 532).

Lacan reduz a ordem familiar a essa disjunção. É, de fato, o recalque desta oposição significativa que preside a criação da família conjugal: em conseqüência, a fragmentação da família parece inscrever-se nessa estrutura, fora do recalque, afirmando em alto e bom tom que prescindimos do pai, pois um nome se transmite por meio de um «parentesco escolhido» (SCHOUMAN & SIMARD, 2006, p. 114).

A dialética «prescindir, saber se servir» consegue destronar o pai de família nas suas pretensões de universalidade. A redução da função paterna a um semblante, assim como a pluralização dos Nomes-do-Pai, poderá justificar que as funções requeridas dos pais sejam independentes do sexo. É o sonho da antropologia progressista. Trata-se da estrutura posta a nu. A família se tornaria o espaço metafórico privilegiado, alargado. Passando do lar ao território, onde um pai ou uma mãe, um vizinho, um amigo poderiam suprir todas as carências do ambiente imediato.

A antropologia americana dos anos 70-80 deverá ainda alimentar as ficções hipermodernas pelo reforço do feminismo universitário na insurreição contra o patriarcado e o sexismo. Esta nova onda toma ainda Lévi-Strauss como efígie, denunciando o machismo que preside as estruturas do parentesco, supostamente fundadas na circulação de mulheres. Poder-se-ia, igualmente, promover a circulação de homens em seu lugar, como parece ser o caso entre os Na de Chine, caros a Godelier, onde se prescinde do pai, do marido e do genitor (GODELIER, 2004, p. 395-400.). Malinovski tinha seus trobianeses para recusar o Complexo de Édipo; a antropologia contemporânea consegue consagrar a inutilidade do pai trilhando os recantos esquecidos do planeta.

A família hipermoderna aboliria assim um passado familiar caracterizado pelos diferentes retratos do pai carentes; o pai desocupado, assinalado por Lacan nos seus *Escritos*, dará lugar ao «pai-errante»; pai, traço de união, errante. No lugar da falta, teremos, como dizia do general De Gaulle, o cheio demais.

O real étnico abriga ainda as ficções que os *gender studies*² popularizaram; o binário homem-mulher e sobretudo o binário papai-mamãe escaparia à fixidez pelo continuísmo do gênero, para além da norma heterossexual, na perspectiva construtivista a família é o lugar de uma construção de gênero, de um desempenho (*activity*), do papel do gênero. Os estudos sobre o *gender* justificam um hiperfuncionalismo, uma teoria dos papéis que teatraliza ao máximo a vida de família, desnaturaliza as funções reforçando assim os fatores de condicionamento e ambiente na construção subjetiva, em detrimento de tudo aquilo que possa fazer lei, transmissão legítima, limite para o desejo.

A este funcionalismo pragmático Lacan opunha, entretanto, o mito do pai real que, com certeza, não é o genitor, mas que não é permutável. Ele lembrava até mesmo que «não é a mesma coisa ter sua própria mãe e a mãe do vizinho» (LACAN, 1976, p. 45)... É atual. Os trabalhos do Cereda,³ de junho passado⁴, mostraram a que ponto existe para a criança uma tensão entre os pais substitutos, padrastos, companheiros, amantes de um lado e a ficção do pai cujo gozo coloca um enigma. Sem se fazerem de guardiões da ordem simbólica, as crianças apresentam novos sintomas que não devem nada à neurose do papai; conseqüência do nevoeiro de identidades de sexo e da despadronização de papéis, da opacidade do gozo dos pais (COTTET, 2006).

As crianças adotadas e, mais ainda, as crianças nascidas de um doador anônimo por causa da esterilidade do pai estão longe de serem indiferentes à imagem suposta do doador. Elas ilustram, à propósito, a tendência suicida própria às crianças não desejadas, sublinhada por Lacan. Amadas, com certeza, elas o são. Serão também amadas por um desejo que não é semblante, enquanto máscara da necessidade?

Eis porque as famílias *à la carte* não estão livres de um fantasma que podemos chamar de antropológico; elas recalcam a questão do sexo, da transmissão, do mistério que é para a criança a união e a desunião dos dois pais. A disjunção das estruturas do parentesco de um lado, e da sexualidade do outro lado, em proveito de uma combinatória de papéis, incita a uma maldição sobre o sexo que pode ser percebida até na teorização do problema.

Lacan afirmava, há muito tempo, a teoria psicanalítica «participa, ela própria, do véu lançado sobre o coito dos pais» (LACAN, 1966, p. 579). Encontramos aí o fantasma dos pais combinados, no lugar da cena primitiva, ou a síntese harmoniosa do *genital love*.⁵ Aí está, sem nuances, e é lembrado por Jacques Alain Miller, inserido no programa destas jornadas⁶.

Uma aporia na doutrina convida a um enriquecimento por meio da *science-fiction*; as ciências, ditas humanas, os encorajam ao dissociar filiação e sexualidade, com boas intenções sem dúvida, mas suprimindo o sujeito afetado de perto pela questão, a saber a criança-sintoma; elas contribuem para colocar fora do circuito do fantasma dos pais, camuflado no vocabulário da inovação.

Famílias hipermodernas ou casais comuns participam do hedonismo *cool* que oferece a família como último valor, refúgio comum aos naturalistas e aos modernos. Não é a psicanálise que é familiarista, é o discurso do mestre que está disposto a colocar todo mundo sob contrato. Fragmentado ou não, casal homo ou pais hetero, todos pretendem ser felizes em família graças à invenção de significantes novos da aliança, por meio da palavra de ordem: construam-se, reconstruam-se. Sobre esse ponto, as devastações do cognitivismo e dos *gender studies* se associam aos tradicionalistas para varrer o inconsciente.

Traduzido por Tania Coelho dos Santos.

NOTAS:

1. N.T. Substituímos a expressão *à escuta*, por atento.
2. Estudos de gênero.
3. N.R.: Nova Rede Cereda (Centre de Recherche sur l'Enfant dans le Discours Analytique).
4. **La petite girafe**, Se faire sa famille, número 24. Paris: Agalma, Paris, 2006.
5. N.T.: Amor genital.
6. N.T.: O autor se refere ao artigo de Jacques-Alain Miller, "Assuntos de família no inconsciente", publicado nessa mesma edição de *aSEPHallus*, relativo às XXXVéme. Journées da École de la Cause Freudienne.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTTET, S. (2006) Le père Eclaté. In: **La petite girafe**, n. 24. Paris: Agalma, Paris, 2006.

GODELIER, M. **Métamorphoses de la parenté**. Paris: Editions Fayard, 2004. 700p. ISBN 2213614903

LACAN, J. (1966) **Écrits**. Paris: Ed. du Seuil, 1966, 911p.

_____. (1979) Les non-dupes errent. **Ornicar**, Paris: Lyse, n. 17-18, 1979.

_____. **Le Séminaire XVII: L' Envers de la psychanalyse** (1970 [1969]). Paris: Ed. Du Seuil, 1991. 245p.

_____. Télévision. In: **Autres Écrits**. Paris: Ed. Du Seuil, 2001. p. 509-545.

_____. (1976) Conférences aux Universités Nord-Américaines. In: **Scilicet** n. 6-7, Paris: Ed. Seuil, 1976, 381p. ISBN 2-02-004527-3

La petite girafe, Se faire sa famille, n. 24. Paris: Agalma, 2006.

LASCH, C. **The culture of narcissism**. New York: w.w. Norton & company, 1979. 302p.

LIPOVETSKY, G. **Essais sur l'individualisme contemporain**. In: L'Ere du vide. Paris: Gallimard, n. 121, (1989 [1983]). 313p.

SCHOUMAN, M.; SIMARD, D. **Sexualité, famille procréation, faut-il obéir à la nature?** Paris: Arnaud Franel Editions, 2006.

XXXVème. JOURNÉES DA ÉCOLE DE LA CAUSE FREUDIENNE: L'Envers des familles, 2006, Paris. Le Lien familial dans l'expérience psychanalytique. Disponível em: < [http:// www.causefreudienne.net/evenements/journees -ecf/35-journees-ecf/](http://www.causefreudienne.net/evenements/journees-ecf/35-journees-ecf/)>. Acesso em: 23 abril. 2007.

LASCH, C. **The culture of narcissism**. New York: w.w. Norton & company, 1979. 302p.

Texto recebido em: 20/12/2006.

Aprovado em: 20/02/2007.

AS INCIDÊNCIAS NA CLÍNICA DAS VERSÕES DO NOME-DO-PAI (III)

(Terceira aula do curso ministrado no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ, em 2005).

Sílvia Elena Tendlarz

Analista praticante

Doutora em psicologia Universidade de Salvador/Buenos Aires
Diploma de Mestrado em Psicologia clínica e patológica/Universidade de Rennes

Doutorado no Département de Psychanalyse/Paris VIII

Docente do Programa de Treinamento Clínico/Universidade Buenos Aires (UBA)

Membro da Escola de Orientação Lacaniana (Argentina)

Membro da École de la Cause Freudienne (França)

Membro da Associação Mundial de Psicanálise

Buenos Aires - Argentina

stendlarz@fibertel.com.ar

Resumo

A autora retoma o tema de sua primeira e segunda conferências nas quais trabalhou as versões do Nome-do-Pai no primeiro e segundo ensinamentos de Lacan. Aqui, ela avança um pouco mais na direção do último Lacan.

Palavras-chave: função paterna, versões do pai, fórmulas da sexuação, sacrifício de Abraão,

THE CLINICAL INCIDENCES OF FATHER FUNCTION VERSIONS (III)

(Third class of the course taught at the Graduated Program Studies on Psychoanalytic Theory/UFRJ, in 2005).

Abstract

The author re-addresses the topic of her first and second conferences in which she worked the versions of father in the first and the second teaching by Lacan. Here she advances in the direction of the last Lacan.

Keywords: father function, versions of the father, formulas of sexuation, Abraham's sacrifice.

Partirei da virada operada por Lacan na direção do além do Édipo e da pluralização dos Nome-do-Pai. Vimos, na aula de ontem, que no final do *Seminário 10: A angústia*, Lacan faz uma passagem do pai ao objeto *a*. E, ainda mais, ele leva a cabo uma generalização da operação de castração sob a modalidade da separação. No fim deste seminário, na medida em que vai tematizando as formas do objeto *a*: oral, anal, olhar e voz, já começa a trabalhar o tema da separação, apontando a

passagem da castração à separação. Mas, apenas no seminário seguinte, o *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ele formalizará as duas operações lógicas de constituição do sujeito: a alienação e a separação.

Além disso, no *Seminário 10*, ao invés de se referir à angústia de castração, ele fala da detumescência, para situar que a alternância turgência(ereção)-detumescência marca, no imaginário, a presença ou ausência da negativização do falo.

No final do *Seminário 10*, Lacan desemboca num questionamento do pai, anunciando a seguir o tema do seminário seguinte: os Nomes-do-Pai. Ou seja, ele questiona o pai e propõe imediatamente a pluralização do Nome-do-Pai. Sabemos que ele dá apenas uma única aula deste seminário. Uma conjuntura particular política da psicanálise – ou seja, a sua exclusão da lista dos didatas da IPA, que ele chamou de sua excomunhão – faz com que Lacan não dê continuidade a esse seminário. Ele chega a dizer mesmo que jamais voltaria a retomá-lo. Vocês sabem o que ocorreu a seguir: em 1964, após mudar o local em que dava seu seminário, Lacan inicia o *Seminário 11*.

Temos então a seguinte trilogia:

- 1) o final do *Seminário 10*;
- 2) a única aula do *Seminário: Os Nomes-do-Pai*
- 3) o *Seminário 11*, no qual irá se produzir uma mudança por parte de Lacan em relação ao Édipo freudiano.

O que Lacan diz nesta aula dos Nomes-do-Pai?

Penso que essa aula foi publicada em português (LACAN, 2005). Nela encontramos dois quadros de Caravaggio sobre o sacrifício de Isaac. Na primeira versão do sacrifício de Isaac, aparece o rosto aterrorizado de Isaac diante da decisão de seu pai, Abraão, de matá-lo. Na segunda, surge um anjo que vem anunciar a Abraão a decisão de Deus de que ele não deve matar seu filho.

Lacan diz nesta aula: “Se Freud coloca o mito do pai no centro de sua doutrina, é claro que é em razão da inevitabilidade desta questão” (Id., p. 71). Ou seja, é inevitável falar do pai. “Não menos claro é o fato de que, se toda a teoria e a práxis da psicanálise nos parecem atualmente em pane, é por não terem ousado ir mais longe, nessa questão, que Freud” (Id., p. 72). Lacan diz então que se trata de ir mais longe que Freud, para além de sua idealização do pai através do Édipo.

O que Lacan promove aqui é um exame do desejo do pai. Trata-se do pai que deseja, e não do Pai todo amor. É o que víamos antes: o desejo do Outro implica o S(\mathbb{A}). Ele examina a questão do desejo do Outro sob a modalidade do desejo de Deus, deste Deus que exige que Abraão sacrifique seu filho, Isaac, para lhe provar a sua fé.

Vocês sabem que Sara não podia dar filhos a Abraão. O milagre se produz quando Sara, já em idade avançada, consegue engravidar e dar um filho a Abraão. Neste momento, Abraão, que já tinha tido um filho com sua primeira esposa, que não era judia, abandona esta primeira família no deserto para viver com Sara e Isaac. Chega então o momento em que Deus decide pôr a fé de Abraão à prova, ordenando-lhe que este lhe ofereça a vida de seu filho predileto, Isaac, em

holocausto. Abraão decide fazê-lo, mas, no último momento, quando Abraão está preste a matar Isaac, aparece um anjo enviado por Deus, anunciando que Deus lhe pede para não consumir o sacrifício.

Kierkegaard examina este episódio da Bíblia num livro chamado *Temor e tremor*. O livro se inicia com um capítulo chamado "Prelúdio e variações" (KIERKEGAARD, 2004, p. 21), no qual Kierkegaard apresenta quatro variações do sacrifício de Isaac.

Lacan faz referência a este trecho de Kierkegaard: "E Deus pôs Abraão à prova e lhe disse: 'Toma Isaac, teu único filho, a quem amas, e leva-o à Terra de Moriah, e o ofereça a mim em holocausto em um dos montes que te indicarei'". Esta é a frase e a partir dela se iniciam as variações. Lacan a enuncia assim: "E Deus ordena: 'sacrifica teu filho, mate-o', e em quatro variações, Abraão o executa".

Primeira variação do Sacrifício de Isaac

"Era de madrugada, Abraão levantou-se e mandou preparar os burros. Deixou sua casa com Isaac e, por uma janela, Sara os viu descer o vale, até que os perdeu de vista".

"Eles caminharam, silenciosamente, no lombo de seus burros, durante três dias. No amanhecer do quarto dia, Abraão, que não dissera sequer uma palavra, levantou os olhos e viu ao longe o Monte Moriah. Despediu seus criados e tomou, ele próprio, Isaac pela mão e empreendeu a subida. Abraão se dizia: 'Não posso ocultar-me por mais tempo onde conduz este caminho'. Deteve-se. Apoiou sua mão na cabeça de Isaac para abençoá-lo, e o filho abaixou a cabeça para receber a benção. A face de Abraão era a de um pai, doce era seu olhar e sua voz persuasiva" (KIERKEGAARD, 2004, p. 22). Temos aqui a imagem de um pai ideal.

"Mas Isaac não podia entendê-lo, sua alma era incapaz de elevar-se tanto. Abraçou-se aos joelhos de Abraão, jogou-se a seus pés e clamou por clemência. Implorou por sua juventude, por suas doces esperanças". As súplicas do filho evocavam intensamente as alegrias da casa paterna e os sofrimentos da solidão. Então, Abraão levantou-o, tomou-o pela mão e continuou a caminhar. Suas palavras estavam cheias de consolo e de exortação. Mas Isaac não podia compreendê-lo. Continuaram subindo morro acima, mas Isaac não o compreendia. Então, Abraão afastou-se por um momento do filho e, quando Isaac olhou novamente sua face de pai, encontrou-a modificada, porque o olhar do pai se tornara feroz e suas feições, aterradoras. Abraão agarrou Isaac pelo peito, jogou-o no chão e gritou: 'Estúpido! Crês tu que sou um pai? Não, não sou teu pai. Sou um ídólatra! Crês que estou obedecendo a um mandato divino? Não. Faço isso somente porque me dá vontade e porque me inunda de prazer!'. Vejam a outra cara do pai ideal, a voz do supereu: "Vou te matar porque gozo ao fazê-lo, por puro gozo!"

"Então Isaac estremeceu até a medula de seus ossos e exclamou angustiado: 'Deus do Céu, tende misericórdia de mim! Deus de Abraão tende piedade de mim! Sê meu pai, já não tenho outro neste mundo!'. Abraão se dirigiu a Ele, dizendo: Senhor onipotente, receba minha humilde ação de agradecimento, pois é mil vezes melhor que meu filho acredite que sou um monstro do que perca a fé em ti" (KIERKEGAARD, 2004, p. 22).

O que temos nesta primeira variação? Por amor a Deus, ao Pai, Abraão está disposto a matar seu filho, cumprindo a ordem dada por Deus. Desta maneira, salva o Pai, fazendo-o existir através do amor ao Pai, do amor a Deus. Mas este

amor ao Pai tem o seu avesso de mandado superegóico, o mandato desse Deus que deseja que Abraão mate seu filho. Este é o ponto em que aparece o desejo do Outro, ponto em que aparece o pecado do pai. Ele diz a Isaac que o matará por ser um idólatra, justamente para salvar o Pai, pois prefere que seu filho acredite que ele é um monstro do que perca a fé em Deus. Não apenas está disposto a matar seu filho, mas também a apresentar-se como um monstro diante dele para salvar o amor ao Pai com esta vertente de mandado superegóico. Com efeito, o que ele salva nesta versão é o amor de seu filho ao Pai. Vejam o que Isaac diz: “Deus de Abraão tende piedade de mim! Sê meu pai, já não tenho outro nesta terra!”.

Segunda variação

Vou ler apenas a parte final, que é a que varia:

“Abraão viu o carneiro que Deus havia providenciado, abençoou-o e o sacrificou, e regressou a sua casa. Desse dia em diante, Abraão foi somente um velho. Nunca mais pode esquecer o que Deus havia exigido dele. Isaac continuou crescendo como antes, mas os olhos do pai haviam se nublado para sempre e jamais viram a alegria”.

Nesta segunda variação, Kierkegaard nos apresenta o pecado do pai: o pecado de haver tentado matar seu filho retorna como sentimento de culpa. “Ele se tornou um velho e jamais voltou a ter alegria” como efeito do sentimento de culpa.

Terceira variação

Vocês perceberam que as variações sempre começam do mesmo modo, para terminar dizendo outra coisa.

“Em uma tarde agradável, Abraão subiu sozinho ao Monte Moriah. Ali, ele jogou-se de bruços contra o solo e esfregou seu rosto na terra, implorando a Deus que o abandonara em pecado por haver querido sacrificar Isaac e, conseqüentemente, ter esquecido sua verdade de pai para com o filho”.

“Muitas vezes voltou depois Abraão a fazer o mesmo caminho solitário, mas não achou o repouso que sua alma ia buscar. Não podia entender que fora pecado haver querido sacrificar a Deus seu melhor tesouro, o filho amado, pelo qual, com gosto, havia oferecido sua própria vida, uma e mil vezes. Se era pecado, e não amara Isaac, não podia entender como poderia ser perdoado. Existe, por acaso, pecado mais horrível?”

Vocês percebem que nesta terceira variação, Abraão não sente apenas culpa, mas se sente mesmo um criminoso. Ele havia praticado o crime de haver tentado matar seu filho, como Deus lhe ordenava. Mas, quanto mais criminoso se sentia, mais culpa sentia. Encontramos aqui o implacável retorno superegóico produzido pela renúncia pulsional. Quanto mais Abraão se martiriza, pior se sente e mais se sente culpado. Mais adiante retomaremos esta questão da renúncia pulsional e do supereu.

Então, nessa terceira variação, à culpa se acrescenta o imperdoável do crime.

Quarta variação

“Era de madrugada [...]. Abraão fez todos os preparativos para o sacrifício. Mas, quando se afastou um pouco para sacar a faca, Isaac viu como se crispava de desespero a mão esquerda de seu pai e como todo o seu corpo estremecia. Mas, Abraão sacou a faca. Depois regressaram à sua casa, e Sara foi ao encontro deles. Isaac, no entanto, havia perdido a fé. Jamais disse uma só palavra disso nesse mundo, Isaac nunca disse nada a ninguém sobre o que ele havia visto. E Abraão, por seu lado, jamais sequer suspeitou que alguém o tivesse visto” (KIERKEGAARD, 2004, p. 25).

Vejam que esta variação esclarece que Isaac sabia do pecado do pai. A falta do pai, seu pecado, retorna sobre o filho, que nada diz sobre isso. Se Isaac sabe que Abraão puxou a faca por amor ao Pai, esta última seqüência mostra que não somente o assassinato do pai primitivo foi em vão, mas também a tentativa de sacrifício foi em vão, pois Isaac perdeu a fé em Deus. Ele sabia do pecado de seu pai, sabia do significante da falta do Outro e não sustenta o saber do Pai.

Vocês me seguem até aqui?

Falamos da renúncia pulsional, que alimenta o supereu: quanto mais Abraão se sente culpado, mais ele pensa ter praticado um crime. Como ele poderia ser perdoado? É justamente isso que Lacan formula como os paradoxos do supereu freudiano.

Serei muito breve, pois não temos tempo para desenvolver o tema do supereu em Freud e em Lacan. Vocês se lembram que, em 1923, Freud diz que, como resultado do complexo de Édipo, constitui-se o ideal do eu e o supereu. Há ambigüidades porque Freud diz uma coisa em um momento e, em outro, diz outra. Por um lado, ele diferencia o ideal do eu e o supereu dizendo que o ideal do eu é a identificação primeira ao pai. Trata-se de uma identificação direta e imediata, mais precoce do que o investimento de objeto. É uma identificação primária. Quanto ao supereu, ele o define como um resto do Édipo. Freud diz precisamente que o supereu é um resíduo das primeiras escolhas de objeto. É uma enérgica formação reativa (FREUD, 1923, p. 45-54). Vocês se dão conta que Freud diz, por um lado, que na saída do Édipo aparece o Ideal e o supereu, como se fossem equivalentes e, depois, diz o contrário: o ideal do eu é anterior à escolha de objeto e o supereu é um resíduo, um resto, do investimento nos objetos edípicos. Vocês vêem que não é um tema muito claro em Freud. É Lacan que se ocupa de distingui-los.

Lacan os distingue no *Seminário 5*, quando coloca o ideal do eu do lado normativo, da lei. Ele o define como a identificação que se produz no terceiro tempo do Édipo, através do que o ideal do eu poderia ser equivalente ao supereu materno. Na verdade, apresento um programa de trabalho para vocês, pois isso também vai variando em Lacan. Neste momento, ele coloca o supereu do lado do imperativo de gozo, aproximando-o da demanda do Outro, mais próximo ao que seria o supereu materno kleiniano, que é anterior ao Édipo.

Claro que há algumas linhas diretrizes para distinguir o ideal do eu e o supereu: o ideal do eu fica mais do lado do significante, enquanto o supereu está mais do lado do gozo. Mas isso também tem variações, porque no *Seminário 11*, Lacan vai associar claramente o ideal do eu à identificação primária, ao traço unário, ao S1, ou seja, ele está fora do tema do Édipo. Trata-se da identificação primordial ao pai, a um S1.

No desenrolar do seu ensino, Lacan dirá claramente, tanto em “Kant com Sade” como no *Seminário 20*, que o supereu é um empuxo ao gozo. Ao articulá-lo no

Seminário 10 ao objeto *a*, voz – ele o faz a partir do *shoffar*, partindo de um texto de Theodor Reik –, diz que se trata do imperativo categórico: Goza! Isso leva a colocar o supereu mais do lado do objeto *a*, como empuxo ao gozo. Mais tarde, Lacan situa duas maneiras de apresentar o S1:

- 1) Como S1-S2 (o S1 articulado à cadeia significante);
- 2) Como S1 sozinho, fora-do-sentido, que tem a ver com S(\mathbb{A}).

Podemos perceber então que o supereu não só inclui o objeto *a*, mas também esse S1 insensato, essa pura metonímia de gozo que empurra a gozar.

Sem dúvida, trata-se na verdade de um programa de trabalho. Eu o disse desse modo, pois seria possível dedicar um ano de trabalho a este tema. O supereu é, aliás, um bom tema de trabalho. Infelizmente, não posso me deter hoje aqui por falta de tempo.

Apenas indico o tema, sem desenvolvê-lo, apenas para marcar o paradoxo apresentado por Freud. O paradoxo é: cada renúncia ao pulsional se torna agora uma fonte dinâmica da consciência moral. Cada nova renúncia aumenta a sua severidade e intolerância (1930 [1929], p. 158-171). Ou seja, quanto mais se renuncia ao gozo, mais severo se torna o supereu. A renúncia pulsional cria a consciência moral que, depois, exige cada vez mais renúncias. Este é o paradoxo: renuncia-se à pulsão para satisfazer à consciência moral, e a cada vez o supereu exige mais renúncias. O que pode ser considerado um paradoxo. Alguém poderia perguntar: ora, se o supereu proíbe gozar, como é possível que a cada vez que renuncio, tenho que renunciar mais?

O paradoxo se dissolve se consideramos, com Lacan, que o supereu não proíbe o gozo, como dizia Freud, mas sim que ele empurra ao gozo. Por isso, a única coisa que se faz é gozar, e cada vez mais. Que a renúncia pulsional não traga menos culpa, mais sim que, a cada vez, o sujeito precise renunciar mais, responde à lógica do imperativo superegóico Goza! Por isso Lacan chega a falar, em "Radiofonia" (LACAN, 2001, p. 403-448), da gula do supereu: um pouquinho mais... Isso mostra muito bem que, na concepção de Lacan, o supereu nada tem de função socializante, nem tampouco funciona como barreira aos desejos incestuosos, como pretendia o supereu paterno freudiano. Trata-se precisamente do contrário. O que funciona como limite ao gozo é o desejo, já que desejo e gozo são antinômicos. Em relação ao supereu, o que encontramos é um empuxo ao gozo. O conceito de gozo de Lacan inclui o conceito freudiano de libido, de satisfação e de pulsão de morte. Ou seja, a pulsão de morte faz parte do gozo, por isso o gozo nunca leva ao melhor. O gozo inclui a possibilidade da destruição do próprio sujeito, porque inclui a pulsão de morte. Mas há também uma satisfação no gozo; de alguma maneira, o princípio do prazer tenta limitar o gozo.

Isso leva Miller (2004-05), em seu Curso *Pièces détachées*, a propor esta outra maneira de escrever a metáfora paterna, desde uma perspectiva edípica:

Princípio do prazer
Gozo

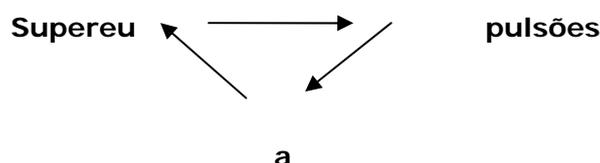
Como dizíamos ontem¹, a metáfora paterna implica o movimento de barrar o DM (desejo da mãe), ou seja, o gozo incluído em DM. Por isso, podemos dizer que o gozo, ao passar pelo Édipo, se inscreve como (- ϕ), como castração. Esta maneira de escrever: NP/DM tem a ver com a metáfora paterna, na qual o Nome-do-Pai impõe um limite ao Desejo da Mãe. Eu disse que esta era uma inscrição edípica.

Mas, para além do pai, no ponto em que não fazemos do pai o operador da lei que impõe um limite ao gozo, qual seria este operador? No *Seminário 17*, Lacan dá um salto, dizendo: a inclusão no Outro produz uma perda de gozo, ou seja, a inclusão do sujeito na linguagem produz por si mesma uma perda de gozo, que, por um efeito de uma entropia, se recupera sob as formas do objeto *a*. Então, no mais além do pai edípico, é a própria linguagem que produz o efeito de perda de gozo, gozo que é, em parte, recuperado através do objeto *a*.

$$\frac{a+}{J} = a$$

Neste ponto, estamos no para além do Édipo, porque não estamos mais fazendo a castração girar em torno do pai. Ou seja, concluímos que o pai simbólico dá uma vestimenta edípica a um elemento de estrutura. É a própria introdução na linguagem que produz uma perda de gozo. O Édipo dá a esta estrutura uma vestimenta imaginária, dizendo que o pai é aquele que castra.

No Banquete dos analistas, Miller (1989/90, p. 295-312) vai examinar esses paradoxos do supereu através do Esquema do circuito superegóico:



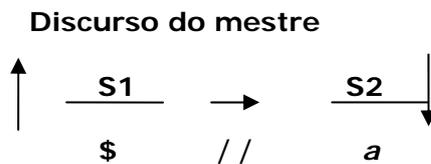
Diz Miller: “O supereu atua sobre as pulsões, levando-as a renunciar às suas exigências de satisfação” (ID.). O supereu atua sobre as pulsões para que renunciem ao objeto *a*, ao gozo suplementar.

O problema é que o supereu é um mandato de gozo que imediatamente se apropria desse gozo suplementar, não permitindo que se saia desse circuito. Vejam neste esquema: trata-se de um circuito fechado, sem saída. Ou seja, o supereu exige que as pulsões renunciem a este objeto suplementar de gozo, e, imediatamente, o supereu passa a se alimentar deste gozo, tornando-se assim mais poderoso. Cada renúncia produz, portanto, uma nova renúncia. A renúncia não satisfaz o supereu, não o pacifica. Pelo contrário, ele se torna cada vez mais guloso, pedindo cada vez mais renúncias. Não há nenhum obstáculo neste circuito fechado. O gozo, ao qual se renuncia, retorna sobre o supereu, exigindo mais renúncias.

Vocês conhecem o conceito de discurso proposto por Lacan. Todos se lembram dos quatro discursos propostos por Lacan no *Seminário 17: O avesso da psicanálise* - o discurso do mestre (que é também o discurso do inconsciente), o discurso histórico, o discurso da universidade e o discurso analítico.

Miller indica que o conceito de discurso tenta e consegue, de alguma forma, produzir um movimento oposto a esse movimento perpétuo do esquema do circuito do supereu. Podemos dizer, além disso, que o desejo do analista se opõe à vontade de gozo. Que o desejo do analista inclui o trabalho dos impasses da civilização, porque tais impasses têm a ver com essa gula do supereu, que impele ao consumo. O desejo do analista, como separador, tem um lugar privilegiado na contemporaneidade. A psicanálise tem um lugar privilegiado para atuar contra esse circuito fechado do supereu, tanto na direção do tratamento, como ao interpretar o mal-estar da civilização.

O que faz o discurso do mestre (que é também o discurso do inconsciente) para frear este movimento perpétuo da vontade de gozo, que atua no centro da nossa civilização?



O discurso do inconsciente produz uma barreira que impede o acesso do sujeito ao objeto *a*, freando assim este circuito infernal.

Vejamos o que ocorre no discurso do capitalista, ao qual Lacan (1971/72) se refere apenas em duas ocasiões: na aula de maio de 1972 e em um artigo chamado "Sobre a experiência do passe" (03/11/1973).

Discurso do capitalista



Vejamos as inversões deste discurso em relação ao discurso do mestre: no lugar do agente, que no discurso do mestre é ocupado pelo S1, temos, no discurso capitalista, o \$, o sujeito do consumo. Portanto, no discurso capitalista há uma inversão dos elementos da primeira fração do discurso do mestre, enquanto a outra fração permanece a mesma. Mas há também uma mudança nas setas. No discurso do capitalista temos este circuito proposto por Miller, circuito que, no discurso do mestre, é freado, porque há esta barreira que separa o \$ (sujeito) e o objeto *a*, objeto suplementar de gozo. No discurso capitalista, tal barreira dupla desaparece. Primeiro porque a verdade do sujeito do consumo (\$) é o senhor que ordena que se trabalhe para produzir mais-valia, e esta mais-valia, que é o objeto *a*, impele a consumir. Neste discurso este circuito não tem nenhuma barreira. O discurso capitalista é um empuxo ao consumo, ao gozo. Os sujeitos se transformam em sujeitos de consumo; os objetos consumidos impelem a consumir cada vez mais.

Tentem não comprar nada, ao passar por um shopping olhando as vitrines! Desejem apenas olhar e não comprar nada, nem tomar um café, etc. Aliás, vocês não tomam água, mas coca-cola, vinho ou cerveja de tal marca – é o que se anuncia na TV. Todos nos oferecemos como consumidores, ou melhor, os objetos nos transformam em consumidores. Vejam uma criança pequena vendo TV. No intervalo do desenho, há propaganda de todas as novas Barbies, de todos os novos brinquedos, para que a criança diga: "Eu quero isso, e aquilo, e aquilo mais". Eles querem tudo! Assim, os sujeitos se tornam consumidores, o discurso capitalista determinando quais são os objetos a consumir.

Ontem à noite, falando da reprodução assistida na Escola Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, mostrei em certo momento que um filho pode se tornar também um objeto de consumo. Eu trazia o exemplo de uma mãe, que fazia a função de barriga de aluguel, que anunciava pela Internet a venda da criança. Não só a criança pode ser objeto de consumo, mas também nosso próprio corpo, por meio da venda de órgãos. Vocês já leram sobre crianças raptadas das quais se roubam órgãos. Isso é trágico! No tráfico de órgãos, os corpos são cortados, segmentados, divididos em seus órgãos, que entram no mercado de consumo. A psicanálise, ao interpretar os impasses crescentes em nossa civilização, tenta pôr um limite a este empuxo ao gozo, característico do discurso capitalista.

Em seu percurso na direção do para além do pai, Lacan começa a dizer, no *Seminário 11*, que o Édipo foi um sonho de Freud. Prestem atenção: quando Lacan fala do pai simbólico como pai morto, os exemplos que predominam são de pais mortos: por exemplo, o assassinato de Laio, pai de Édipo, o pai morto de Hamlet, etc. Mas, ao introduzir o além do pai, temos, sobretudo, a morte do filho. Lacan toma, não apenas o sacrifício de Isaac, por parte de Abraão, em *Temor e tremor*, mas no *Seminário 11* examina um dos sonhos da Interpretação dos sonhos, que se tornou conhecido entre nós, desde então, como: Pai, não vê? (FREUD, 1900). O sonho é o seguinte: um pai vela seu filho morto. Vai descansar um pouco e sonha que seu filho levanta e lhe sussurra esta reprovação: “Pai, não vê que estou queimando?”. Temos uma análise deste sonho feita por Freud, e também a análise de Lacan, no *Seminário 11*.

Freud diz que se trata neste sonho, sobretudo, de um resto diurno. O pai está velando seu filho morto. Freud diz que o pai teria escutado esta frase do filho durante uma febre alta: “Não vê que estou queimando?” Por outro lado, qual é a origem do sonho? O pai estava velando o filho e, em certo momento, se retira para descansar um pouco. Ele havia pedido a um velho para velar seu filho e este, por descuido, não percebe que uma vela caiu sobre a mortalha, que começa a queimar. É o brilho produzido pelo fogo que faz com que o pai desperte. Freud diz: “Nesse sonho” – vocês sabem que Freud analisa os sonhos como realização de um desejo – cumpre-se o desejo do pai de ver seu filho de novo com vida”. Pensa que há aqui um paradoxo, porque, ao despertar, o pai volta a vê-lo partir novamente. “É como Eurídice morta duas vezes”, diz ele. Ou seja, o despertar abrevia a vida de seu filho pela segunda vez. É sensível que o filho não apenas aparece com vida novamente, mas diz algo particular ao pai: Pai, não vê? Freud é tocado por estas palavras, dizendo: “Estas palavras procedem de outra ocasião que não conhecemos, mas que foi rica em afetos” (ID.). Porque Freud diz isso? – pergunta Lacan (1964). E responde: porque ele quer salvar o pai. O filho aponta a falta do pai, mas Freud parece não ver isso, dizendo: “Estas palavras procedem de uma ocasião que foi rica em afetos”, e nada mais.

É justamente este ponto – o Pai, não vê? – que é retomado por Lacan no *Seminário 11*, quando quer ir para além do pai. No capítulo chamado “Inconsciente e a repetição”, Lacan diz: “Por que esse nome senão para evocar o mistério que é, nada menos, o do para além do mundo, e quem sabe que segredo é compartilhado entre o pai e essa criança que vem dizer-lhe: Pai, não vê que estou queimando?” (LACAN, 1964). Trata-se do segredo compartilhado sobre a falta do pai, tal como o segredo compartilhado por Isaac e a Abraão: Isaac viu que Abraão levantou a faca, mas jamais disse isso a ninguém. Um segredo compartilhado, porque justamente as crianças não falam disso. E os adultos, a menos que reivindicuem, esquecem isso. Ou seja, por amor ao pai, eles velam a sua falta. Continua Lacan: “O que o queima, senão aquilo que vemos se delinear em outros pontos designados pela topologia freudiana? O peso dos pecados do pai, que chega no espectro do mito de Hamlet, com o qual Freud duplicou o mito de Édipo. O Nome-do-Pai sustenta a estrutura do desejo junto com a da lei, mas a herança do pai nos é designada por Kierkegaard: o pai é seu pecado.” Trata-se aqui de uma referência a *Temor e tremor*. Lacan está indo então para além do amor ao pai.

“De onde surge o espectro do pai de Hamlet, senão de onde nos denuncia que ele foi surpreendido na flor dos seus pecados? E de modo algum dá a Hamlet a proibição da lei que possa fazer com que seu desejo subsista” (FREUD, 1913 [1912]). Não se trata, portanto, da lei. Toda a questão gira em torno de um profundo questionamento desse pai demasiadamente ideal. Lacan introduz assim o questionamento do pai edípico, do pai por demais idealizado. Isso leva Lacan a dizer, em a “Direção do tratamento...”, que o tratamento deve visar pôr à distância

o ideal e o objeto *a*. A direção da análise lacaniana, tal como apresentada no *Seminário 11*, tenta vir a produzir um efeito de separação entre o ideal e o objeto *a*.

Por isso, no *Seminário 17*, Lacan pode dizer que, para falar do pai, a histeria é na verdade um melhor guia do que o Édipo. Por que diz isso? Dora, por exemplo, se dirige a um pai idealizado, mas para denunciar que ele está castrado. Então, se a histérica se dirige por amor ao pai, a um pai idealizado, isso é seguido da denúncia da falta deste pai. Por isso, a histeria seria um melhor guia para falar do pai, no ponto preciso em que o pai idealizado está essencialmente castrado. Lacan pode então insistir que o complexo de Édipo é um sonho de Freud.

Isso lhe permite dar o passo seguinte: dizer que o pai, na realidade, é um pai real ou um operador lógico que sustenta a castração. Trata-se de um operador lógico, e não do pai do mito, do pai edípico que executa a castração. Trata-se do para além do pai, porque passamos do mito à estrutura.

Por isso, no *Seminário 17* – no qual Lacan trabalha também Moisés, e isso seria por si só um outro tema de trabalho – Lacan põe em tensão o mito edípico e “Totem e tabu”. Esta tensão entre o mito edípico e “Totem e Tabu” é preliminar à teoria de Lacan sobre os gozos. Lacan realiza uma decomposição estrutural do pai, opera uma desconstrução do pai através dessa oposição.

Como marcar rapidamente esta tensão?

O Édipo, diz Lacan, está relatado a partir da perspectiva do filho. É o filho o que conta, o que conta são suas peripécias, suas tragédias. É ele que assassina o pai, que goza da mãe e também quem não sabia. Este “não sabia” mostra a verdade do saber inconsciente. O neurótico não sabe. O saber do inconsciente é um saber não sabido. Justamente a análise produz um progresso, no sentido de produzir uma elaboração de saber.

Ao contrário, em “Totem e tabu”, a apresentação é diferente.

Recordo: no Édipo tínhamos NP/DM, enquanto em seu comentário sobre “Totem e tabu” Lacan faz passar o gozo da mãe ao pai. O que se modifica é que, se no mito de Édipo, o filho goza da mãe, em “Totem e tabu” o gozo se desloca para o lado do pai. A diferença é que já não se trata de um pai ideal, mas ao contrário de um pai que goza. Já não é o pai simbólico ou um pai morto, mas sim um pai vivo que goza.

Em “Totem e tabu”, temos este orangotango, este pai que goza de todas as mulheres (não das mães). Sublinho este todas as mulheres, porque é a base da elaboração de Lacan sobre a sexualização feminina. No seminário seguinte – *Seminário 18: D'un discours qui ne serait pas du semblant* –, Lacan se pergunta: “É possível falar de todas as mulheres?”. Então esta oposição entre o Édipo e “Totem e tabu” é levada a cabo tanto no *Seminário 17* como, em parte, no *Seminário 23*. E Lacan responde: “Não há este universal: todas as mulheres. A Mulher não existe” (1970/71). Vejam a sutileza. A partir do exame de “Totem e tabu”, Lacan pode concluir que não há um universal de todas as mulheres. Daí Miller (1989/90) dizer, em seu comentário do *Seminário 23: O sinthoma*, que é porque os filhos estavam igualmente privados das mulheres que eles amam o pai. Trata-se de uma substituição. É o amor ao pai que sustenta este pai que goza de todas as mulheres. Como se lembram, neste mito, os filhos, por estarem privados das mulheres, se revoltam e assassinam o pai, e isso redundava numa fraternidade dos irmãos, assassinos, que por uma obediência retroativa, se privam, por seu lado, do gozo. Como dizia, a renúncia só produz uma nova renúncia pulsional.

Do lado do Édipo, vimos que o filho, assim como a mãe, goza. Lacan chega a se perguntar: “Jocasta, a mãe, não sabia ou esqueceu?”. Ou seja, apesar disso não estar mencionado no mito de Édipo – ou seja, nele não é mencionado o gozo do pai – Lacan chega a evocar o gozo dos reis: eles gozam de governar, gozam entre si, etc. Ou seja, Lacan estabelece a correlação entre incesto e gozo.

Mas, em “Totem e tabu”, o pai morto já não é um pai simbólico; ele equivale ao gozo. O pai morto é o lugar no qual se inscreve o gozo de todas das mulheres. Ele leva consigo, para sempre, o gozo que falta, gozo que é impossível: é impossível gozar de todas as mulheres. O impossível é situado do lado do pai gozador, e é um elemento da estrutura.

Isto pode ser explicado muito simplesmente: é impossível que o pai gozador goze de todas as mulheres. Mais adiante, Lacan vai dizer que este universal não existe – e este impossível como estrutura se inscreve do lado deste pai, no lugar da exceção. Há, então, definitivamente, uma passagem ao para além do Édipo, porque no Édipo surge primeiro a lei que produz a proibição ao incesto e, a seguir, ocorre o assassinato. Ou seja, a lei precede o gozo. A lei dizia que era proibido gozar da mãe, mas Édipo infringe a lei e goza da mãe. A lei é o pai morto, porque Édipo, antes de encontrar-se com Jocasta, mata Laio. Então a lei e a eficácia do pai simbólico precedem o gozo. Este é o mito do duplo delito.

Édipo: Proibição ao incesto – assassinato.

Mas, ao contrário, em “Totem e tabu”, nesta passagem do mito à estrutura, o que vem antes é o gozo, e depois a lei. Primeiro surge este pai que goza de todas as mulheres e é seu assassinato que funda a lei que proíbe aos filhos de gozarem de todas as mulheres. Vejam que há entre os dois uma inversão: no mito de Édipo, é a lei que precede o gozo, enquanto na estrutura, o gozo precede a lei. Na estrutura, primeiro está este gozo autístico – o sujeito goza de seu corpo – gozo este que é, de certa forma, limitado pela inclusão do sujeito na linguagem.

Resumindo:

Mito (Édipo):	Lei – Gozo
Estrutura (“Totem e tabu”):	Gozo –Lei

Dizíamos que esse pai que goza de todas a mulheres está no lugar da exceção. Estou indo muito rápido porque não temos tempo; resumi quase uma década em Lacan.

Mas a partir do *Seminário 17*, e do exame do pai orangotando, desse pai da horda primitiva que goza de todas as mulheres, Lacan vai construindo as fórmulas da sexuação.

Disse que o pai que goza de todas as mulheres está no lugar da exceção:

$$\exists x \quad \overline{\Phi x}$$

Existe um x que não está submetido à castração: o pai da horda que goza de todas as mulheres.

Esta exceção funda o universal: todos os sujeitos estão submetidos à castração: todos os irmãos estão sujeitos à castração:

$$\forall x \quad \Phi x$$

Vejam que já há uma mudança em relação ao pai: tínhamos o universal e o particular. A existência se fundava pelo particular, pela maneira particular com que um pai transmite o Nome-do-Pai. Ou seja, o Nome-do-Pai é uma função universal, mas é através do particular que um pai pode ou não transmitir o Nome-do-Pai.

Aqui encontramos a exceção: é na exceção singular que se funda o Nome-do-Pai um a um. O pai nunca será um universal. A função fálica é que é universal, mas tal função precisa estar encarnada em um pai vivo, num pai que goza. Um que, para tornar-se pai, precisa, como Lacan diz, colocar uma mulher no lugar de objeto *a*, causa de seu desejo. Vimos isso na aula de ontem, quando falei da vertente do objeto *a*, como causa de desejo. Também podemos dizer isso assim: um pai que pode se confrontar com o gozo feminino, com o gozo do Outro. Já não se trata de um pai morto, mas sim de um pai vivo que inclui o gozo. É este pai real que funda o universal: todos os irmãos estão submetidos à castração.

Como pensar isso do lado das mulheres? Vocês sabem que o lado esquerdo das fórmulas se refere ao masculino, e o direito, ao feminino.

Podemos perguntar: existe um universal? Existem todas as mulheres? Não. Vocês sabem que, nas fórmulas da sexuação, o lado esquerdo corresponde ao masculino, e o direito, ao feminino. Deste lado feminino, parte-se de uma inexistência: não existe um sujeito que não esteja submetido à castração:

$$\overline{\exists x} \quad \overline{\Phi x}$$

O fundante para as mulheres não é o universal nem a exceção, mas a inexistência de um sujeito que não haja passado pela castração. Isto inscreve que a mulher não está inteiramente inscrita na função fálica: ela é não-toda inscrita nesta função. Este não-toda não existe em Aristóteles; é uma invenção de Lacan. Ele propõe o par: todo/não-toda, colocando a negação neste matema, e diz que a mulher é não-toda inscrita na ordem fálica.

$$\overline{V x} \quad \Phi x$$

É o que dizíamos ontem: as mulheres fazem existir o amor ao pai desde uma posição de gozo (não-toda inscrita na função fálica). Nelas o amor está unido ao gozo. Em sua demanda de amor há um retorno desse excesso sob as formas de estrago existentes nas relações entre mulheres e homens.

Dizíamos que, no discurso capitalista, há um empuxo ao consumo. O objeto *a*, a mais valia, impele o sujeito a consumir. Este matema das fórmulas da sexuação - "não existe *x* que não esteja submetido à castração" - também ilustra, de certo modo, o que ocorre na contemporaneidade: não existe ninguém que não consuma, todos têm que gozar. Isso é um empuxo ao supereu. Fabien Schejtman (2006) escreve desse modo o empuxo superegóico ao gozo do discurso capitalista, em uma publicação da Associação Mundial de Psicanálise sobre o Nome-do-Pai. Também no Seminário de Jacques-Alain Miller e Éric Laurent, "O Outro que não existe e seus comitês de ética" (1996/97), existe um matema que ilustra bem o espírito da época. Ele diz que, com o declínio da função paterna, esse lugar de exceção do pai tende a desaparecer. Tende a desaparecer a exceção paterna, já que a figura do pai está desaparecendo. E qual a consequência? A tendência à feminização na civilização contemporânea. Porque tudo isso se sustenta a partir da exceção. Vejam o caso das mulheres: em parte, pelo lado fálico, as mulheres partem da exceção. O pai real como exceção também é fundante para as mulheres, e não apenas para os homens. Mas a mulher, na posição feminina, parte da inexistência.

No que concerne à civilização em geral, no ponto preciso do declínio da função paterna, Miller e Laurent indicam que o resultado do impasse contemporâneo é um empuxo à feminização.

Para concluir, quero resumir o nosso percurso:

1. Começamos desenvolvendo o amor ao pai sob a figura de salvar o pai. Salvar o pai é fazê-lo existir – fazer existir esse pai ideal.
2. Vimos que a teorização de Freud é solidária dessa idéia. O ponto central é: Freud salva o pai, salva o pai ideal. A teoria de Freud tem essa perspectiva, e é dessa perspectiva que ele dirige o tratamento.
3. Tomamos exemplos clínicos para mostrar que esta perspectiva freudiana responde à clínica e também à paixão do neurótico. O neurótico salva o pai.
4. Vimos, a seguir, que o segredo do pai é sua castração. A metáfora paterna formaliza o Édipo, mas, ao mesmo tempo em que aparece o Outro não barrado, há um tratamento na teoria lacaniana, desde o Nome-do-Pai que se inscreve no Outro há uma falta no Pai. Isso faz com que não haja apenas um Nome-do-Pai, mas é preciso ver em cada caso, o que em cada um funcionou como Nome-do-Pai, quais são as versões de pai que se constroem na clínica, para cada sujeito.
5. Mas também vimos hoje que o preço pago pelo amor ao pai, para salvar ao pai, é a renúncia à pulsão. Vimos isso através do supereu. Ou seja, quanto mais se sustenta esse amor ao pai, mais aumenta a severidade do supereu. Eis o paradoxo: a outra face de salvar o pai é o supereu. Miller pode chegar a dizer que o pai freudiano é a vestimenta da entropia do gozo, mas que não é preciso um pai que proíba para que o gozo funcione. Porque, na verdade, há uma passagem ao mais além do Édipo, uma passagem da proibição ao impossível.
6. Finalmente, concluímos que no mais além do Édipo, não partimos mais da oposição particular/universal, mas sim da necessidade de uma exceção singular que exemplifica a exceção, como assinala Éric Laurent, no artigo "Em modelo de exceção".

Transcrição: Maria Elisa Delecave Monteiro.

NOTA

1. Silvia Tendlarz se refere à sua segunda conferência, publicada no terceiro número da Revista *aSEPHallus*. In: www.nucleosephora.com/asephallus

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____.(1900) **A Interpretação dos sonhos**. Vol. IV e V.

_____.(1913 [1912]) **Totem e tabu**. Vol. XIII.

_____.(1923) **O Ego e o Id**. Vol. XIX.

_____.(1930 [1929]) **Mal-estar na civilização**. Vol. XXI.

KIERKGAARD, S. **Temor y temblor**. Buenos Aires: Ed. Agebe, 2004.

LACAN, J. (2005) Introduction aux Noms-du-père. In: **Des Noms-du-père**. Paris: Ed. Seuil, 2005. p. 65-105. (Obs.: Todas as citações serão remetidas à edição brasileira: Lacan, J. (2005) Introdução aos Nomes-do-Pai. In: **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 55-87).

_____. (1957/58) **O seminário. Livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

_____. (1964) **O Seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____.(1969/70) **O seminário. Livro 17: o avesso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.

_____. (1970) Radiophonie. In: **Autres Écrits**. Paris: Ed. Seuil, 2001. p. 403-448.

_____. (1970/71) **O seminário. Livro 18: d'un discours qui ne serait pas du semblant**. Inédito.

_____.(1971/72) **Le Seminaire. Livre XIX: ou pire**. Aulas de maio de 1972 (inédito).

_____.(1971/72). **O Seminário. Livro 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LAURENT, E.; MILLER, J.-A. (1996/97) **El Outro que no existe y sus comités de Ética**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2005.

MILLER, J.-A. (1989/90) **O Banquete dos analistas**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2000. p. 295-312.

SCHEJTMAN, F. (2006) **Sexuação**. In: **Scilicet dos Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Associação Mundial de Psicanálise, jun / 2006, p. 160-161.

Texto recebido em: 10/06/2006.

Aprovado em: 25/09/2006.

NOVAS MODALIDADES DO LAÇO SOCIAL

Hebe Tizio

Psicanalista

Profa. Dra. Universidad de Barcelona/España

Membro da Escuela de Psicoanálisis de España

Membro da Associação Mundial de Psicanálise

Barcelona - Espanha

hebe@tizio.e.telefonica.net

Resumo

A partir da perspectiva social, entende-se que a civilização regula o gozo, donde a civilização remete a fazer civil, a transformar em cidadão, fazer sociável, dito em outros termos, a fazer entrar o gozo no laço social sintomatizado conforme os modelos aceitáveis. A partir da perspectiva da psicanálise, a civilização tem a ver com o discurso. Para Lacan, o discurso excede à palavra, vai mais além dos enunciados que realmente se pronunciam. O discurso subsiste sem palavras porque se trata de relações fundamentais que se sustentam da linguagem. O discurso sustenta a realidade, a modela sem supor o consentimento por parte do sujeito. Como o laço social é afetado por esta atualidade? Os laços são pontuais, as coisas não se programam em longo prazo. O modelo é de conexão e desconexão, quase como se vivessem na Internet os sujeitos fazem redes, links, conectam e desconectam.

Palavras chave: laço social, civilização, discurso, sujeito, cidadão.

NEW MODALITIES OF THE SOCIAL BOND

Abstract

From the social vantage point, one understands that civilization controls joy, from where it may civilize, transform in citizen, make sociable, and in other terms, bring joy inside the symptomatic social bond according to acceptable patterns. From the psychoanalysis perspective, civilization plays a role in the discourse. To Lacan the discourse exceeds the word. It goes beyond the enunciations that are really articulated. The discourse lives on without words because it is about fundamental relations that feed on language. The discourse supports reality, shapes it without considering the permission from the subject. How is social bond affected by the present state of affairs? The bonds are punctual. Things do not get arranged in long terms. The pattern is of connection and disconnection, almost as though they lived on the internet, subjects build nets, links, connect and disconnect.

Keywords: social bond, civilization, discourse, subject, citizen

O laço social

O que chamamos, a partir da psicanálise, de laço social? Trata-se da relação entre os seres humanos que se sustenta do discurso e, por meio dele, assume as modalidades de época e marcas de uma cultura determinada. Há laço social porque não há laço natural, na medida em que vivemos em um mundo de linguagem. A esta aproximação geral é preciso acrescentar que o laço social se particulariza com as modalidades do gozo dos sujeitos que o realizam.

As relações são assim orientadas pelo discurso e se praticam com margens de liberdade variáveis, o que localiza o laço social enquanto o articulador do macrocosmos social e do individual. O interessante dessa articulação é que é não-toda, quer dizer, não estamos no mito das metades que se juntam para recriar a harmonia perdida. O laço social é uma forma de fazer laço com o outro que conecta, e ao mesmo tempo separa, pois se sustenta sobre um vazio que abrigará a causa do sujeito, sua singularidade. Isto sinaliza que não há determinismo social, pois a causa está no sujeito.

A partir da perspectiva social, entende-se que a civilização regula o gozo, daí que a civilização remete a fazer civil, a transformar em cidadão, fazer sociável, dito em outros termos, fazer entrar o gozo no laço social sintomatizado conforme os modelos aceitáveis.

A partir da perspectiva da psicanálise, a civilização tem a ver com o discurso. Para Lacan o discurso excede à palavra, vai mais além dos enunciados que realmente se pronunciam. O discurso subsiste sem palavras, porque se trata de relações fundamentais que se sustentam da linguagem. O discurso sustenta a realidade, a modela sem supor o consenso por parte do sujeito (LACAN, 1977, p. 21). A psicanálise sabe que há o gozo, que pode regular-se pela via do recalque e da sublimação; gozo que pode regular-se fantasmaticamente e transformar-se em prazer, mas sabe também que não é todo regulável.

Novas modalidades do laço social

Não é fácil falar das novas modalidades do laço social, porque é verdade que não se pode generalizar, mas, ao mesmo tempo, porque cada um é filho de sua época e muitas vezes há dificuldades para tomar uma distância necessária que permita formalizar a realidade em que se vive. Isto se evidencia na existência de margens variáveis de incompreensão, que freqüentemente se revestem de uma certa dramaticidade, ou de um relativismo próximo do cinismo. Por isso, o estatuto desta apresentação é o de apontar algumas contribuições para pensar o tema e abrir ao debate.

Muito se pode falar sobre estas questões, mas as novas formas do sintoma requerem um estudo profundo dos efeitos do discurso capitalista, como variante do discurso do mestre, para não dar demasiada consistência às identificações mono sintomáticas. Embora o sintoma abrigue um núcleo de gozo autista, seus envoltórios mudam, esses envoltórios formais do sintoma tomam apoio no discurso da época.

Cabe diferenciar o discurso do mestre como momento da sociedade que se refere ao mestre antigo, do discurso do mestre como o discurso do inconsciente, que produz um efeito no sujeito e um mais de gozar. Em sua primeira acepção, faz muitos anos que vem sofrendo modificações até chegar ao discurso capitalista atual, que Lacan toma como uma variante do discurso do mestre.

Qual é a particularidade do discurso do mestre tomado pelo lado do inconsciente? É que estabelece uma impossibilidade entre o sujeito e o mais-de-gozar, que dá como resultado, que o objeto sustenta a realidade pelo fantasma e dá satisfação regulada. Esta é a função civilizadora ou, o que é o mesmo, a inclusão do gozo no laço social de maneira sintomatizada. Por isso Lacan deu uma fórmula do laço social: $2+a$.

O semblante do pai, encarnado nas formas culturais e nos ideais unificadores da época, deu uma determinada consistência e regulação ao gozo sob a forma de um laço social muito centrado no recalque, basta pensar no horizonte vitoriano e sua relação com o sintoma. Por que falar agora dos efeitos do discurso capitalista se esse discurso existe no social há muitos séculos e tem organizado a época moderna? Porque não é a mesma época moderna, esse mundo moderno atual, onde a relação do discurso científico com o discurso capitalista gerou uma nova revolução tecnológica que chamamos Internet. A mudança marca a passagem à realidade sustentada pelo fantasma, à realidade como realização do fantasma dado que se suprimiu a barreira que separava o sujeito do gozo. Daí que os sintomas atuais aparecem com um predomínio do gozo autista, e falamos de uma clínica da passagem ao ato. Que repercussões isto tem no laço social? O laço da modernidade se sustenta dessa barreira do recalque, daí o predomínio dos semblantes, a divisão entre o público e o privado, etc. O individualismo indica que caso se promovam os objetos sucedâneos, haverá uma mudança nas modalidades do laço. Na realidade mostra que ninguém está só, se não há o outro que vela o objeto, há a companhia direta do objeto.

A autoridade

O que Bauman (2003) chamou de “a modernidade sólida” se sustenta de ideais unificadores:

“O capitalismo pesado, de estilo fordista, era o mundo dos legisladores, os criadores de rotinas e os supervisores, o mundo dos homens e mulheres dirigidos por outros que perseguiram fins estabelecidos por outros. Por essa razão era também um mundo de autoridades: líderes que sabiam o que era melhor e mestres que ensinavam seguir adiante” (BAUMAN, 2003, p. 70).

Freud assiste já à queda deste modelo e se poderia dizer que a psicanálise aparece no momento em que se vislumbra a queda dos semblantes do pai:

“Vocês não temam exagerar a mania de autoridade e a inconsistência interna dos seres humanos. Poderia proporcionar-lhes um padrão para medi-las, a extraordinária multiplicação das neuroses desde que as religiões entraram em decadência”¹.

Efetivamente, Freud estabelece uma certa relação entre o complexo paterno e Deus, como se pode ver em “Uma recordação infantil de Leonardo Da Vinci”², quando diz que “certos jovens perdem a fé religiosa tão rápido quanto se quebra neles a autoridade do pai”. A autoridade do pai era introjetada como núcleo do supereu perpetuando a proibição³. Para Freud, a civilização pretendia uma renúncia do gozo de tipo adaptativo, mas esta tentativa de solucionar o mal-estar gerava outro novo porque relança o circuito do supereu.

Todavia, a modernidade sólida acreditava na relação com uma certa cautela, os ideais da época do imperativo categórico assim o testemunham. A pós-modernidade é a consciência na medida perdida.

Lacan entende a civilização como produtora de deformações e se antecipa a nossa época onde o problema é a quantidade de dejetos que, como retorno do recalçado, invadem contaminando. Os laços sociais parecem seguir o mesmo ritmo, consumir e rechaçar.

Desregulações

Hoje se encontram em primeiro plano os efeitos que o discurso capitalista introduz com o apagamento da dimensão subjetiva e a desregulação do gozo, extravio e aceleração.

Fala-se da perda da vergonha. Há que se recordar que para Freud a vergonha era uma barreira necessária para o desenvolvimento da sexualidade e tinha uma importante função socializadora. O desenvolvimento precoce da vergonha remete a um Outro primordial que olha, anterior ao Outro que julga. A vergonha ajudaria assim a circunscrever o gozo, a fixá-lo, e esta seria sua função civilizadora, reguladora. A vergonha é, em certa medida, um véu para o gozo. Esse Outro que se sustenta como regulador, que se faz existir como tal, se revela inexistente na pós-modernidade.

Como se trata a desregulação? As políticas sociais tentam regular com intervenções diretas. A partir da psicanálise não se pode abordar o gozo se não se lhe emprestam envolturas, semblantes para interpelá-lo. Sabe-se que ao atacar diretamente o gozo, gera-se transferência negativa. Aparece o que podíamos chamar a perda de consentimento ao laço, por exemplo, o laço educativo. Assim aparecem diferentes fenômenos de recusa e que se caracterizam pela falta de demanda. É por isso que os diferentes trabalhadores sociais estão centrados na problemática de casos onde a demanda é de um terceiro, mas não do sujeito. Assim, por exemplo, devem criar em muitos casos condições prévias para a demanda educativa ou assistencial, quer dizer, devem estabelecer uma relação com o Outro e logo gerar as condições para que o sujeito queira algo.

O amor e o desejo

Lacan, no *Seminário X*, precisa que o amor é um fato cultural, não poderia haver amor se não houvesse cultura. Também assinala que é o amor o que permite ao gozo condescender ao desejo porque vela o que causa o desejo e evita assim a angústia:

“Para destacá-lo um pouco mais diria que o desejo é coisa mercantil que há uma cotização do desejo que se faz subir e baixar culturalmente, e que do preço que se dá ao desejo no mercado dependem a cada momento a forma e o nível do amor. O amor, na medida em que ele mesmo é um valor, como muito bem dizem os filósofos, está feito da idealização do desejo” (LACAN, 2005, p. 195).

A depreciação da dimensão do amor traz, por um lado, a perda do desejo, e pelo outro o recrudescimento do gozo auto-erótico. Um artigo divulgado há pouco no *El País*, falava do “*multiloving*” que em realidade é a exposição na Internet do modo

de gozo de cada sujeito e a busca exclusiva dessa satisfação. O laço erótico deve se sintomatizar num “parceiro” daí que falamos do “parceiro-sintoma”. Chamamos “parceiro-sintoma” ao laço que permite passar pelo Outro para obter a satisfação sexual.

O saber

As modificações do sujeito suposto saber afetam vários campos onde a transferência é crucial. Não falamos somente do laço educativo senão também do laço médico, por exemplo. Perdeu-se a suposição de saber que implicava que se tivesse confiança no profissional que ajudaria a ganhar um saber, uma cura, etc. A perda dessa dimensão epistêmica faz proliferar a doxa e inverte o esquema: aquele que sabe é o sujeito.

No campo escolar o cognitivismo repousa nessa suposição, aquele que sabe é o aluno e o profissional ao invés de fazer a oferta educativa se localiza na posição de demanda: “diga-me o que queres”. Hoje é o sujeito, ele próprio, que confecciona o menu, fazendo *zapping* ou buscando no Google. Ninguém busca o todo ali, senão algo pontual. Como essa informação está sempre à disposição não é necessária a memória, é um saber que não se fixa.

Indicativo de conclusões

Como o laço social é afetado por esta atualidade? Os laços são pontuais, as coisas não se programam em longo prazo. O modelo é de conexão e desconexão, quase como se vivessem na Internet, os sujeitos fazem redes, *links*, conectam e desconectam. Por isso é importante que haja pontos de referência que permitam que essa mobilidade não seja errática. Isso influi também na psicanálise, muitos sujeitos se conformam com algum circuito, os jovens que se deslocam, vão e vêm. Há pouco, trabalhando com profissionais do campo social, eles se queixavam de que os sujeitos iam e vinham, que os laços não eram duradouros senão pragmáticos. Há que se contar com essa realidade, e é o aparelho que encarna um ponto de referência fixo a que os sujeitos, segundo necessitem, se conectam.

Não se trata, como já assinalei, de perspectivas negativistas senão de poder entender a lógica da mudança social e como as novas modalidades do Outro marcam os laços sociais. Isso sim, lembrar sempre que mais além das perspectivas gerais há que contar com o particular de cada sujeito.

NOTAS

1. FREUD, S. Las perspectivas futuras de la terapia analítica. Em: **Obras completas**. Vol. XI, p. 138.
2. ID. Un recuerdo infantil de Leonardo Da Vinci. **Op. Cit.**, p. 115.
3. ID., Sepultamiento del complejo de Edipo. **Op. cit.**, vol. XIX, p. 184.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **La modernidad líquida**. Argentina: FCE, 2003.

FREUD, S. **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1988.

LACAN, J. **Radiofonia & Televisión**. Barcelona: Anagrama., 1977.

_____.**El Seminario. Livro X: La angustia**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

Texto recebido em: 04/09/2006.

Aprovado em: 28/12/2006.

FAMÍLIA E FRACASSO ESCOLAR

Margaret Pires do Couto

Doutoranda do Programa de Conhecimento e Inclusão da Pós-Graduação em Educação - FAE/UFMG
Membro do NIPSE – Núcleo Interdisciplinar de Psicanálise e Educação da FAE/UFMG
Professora do Centro Universitário Newton Paiva e do Programa de Pós-Graduação do Instituto Superior Anísio Teixeira da Fundação Helena Antipoff
Belo Horizonte - Brasil

mpcouth@uol.com.br

Ana Lydía Santiago

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo
Professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social, FAE/UFMG
Coordenadora do NIPSE - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise
Membro da Associação Mundial de Psicanálise
Brasil

a.lydia@terra.com.br

Resumo

A partir do trabalho clínico desenvolvido com crianças em situação de fracasso escolar – por apresentarem dificuldades de aprendizagem ou distúrbios de comportamento –, em uma clínica-escola universitária, constata-se que os pacientes apenas melhoram, na escola, depois de abordarem questões relativas ao pai e suas carências. É essa constatação que leva à proposição de uma investigação, que este trabalho apresenta, sobre a relação do sintoma escolar com a família, para se interrogar as concepções teóricas que articulam o sintoma da criança e a família.

Palavras chaves: família, fracasso escolar, psicanálise

FAMILY AND SCHOOL FAILURE

Abstract

From the clinical assignment developed with children facing school failure status – for displaying learning disabilities or behavior issues -, at a college school clinic, it is verified that subjects will only improve at school after overcoming father-related issues and their needs. It is this verification that leads to the proposition of an investigation, which assignment presents, on the connection between family and the school system to question theoretical concepts that articulate the child and the family's symptom.

Keywords: family, failure, school, psychoanalysis

1. Introdução

Em uma experiência de clínica universitária¹ aberta para crianças, observa-se, no que concerne às demandas espontâneas de tratamento, um número surpreendente de queixas escolares. Como já se notou em trabalhos anteriores (SANTIAGO, 2006), a maioria dos encaminhamentos de escolares para tratamento clínico pode ser organizada em dois grandes grupos: um que reúne os comportamentos desviantes ou perturbadores dos alunos em relação ao que se concebe como ambiente favorável ao processo de ensino-aprendizagem e, outro, que reúne dificuldades específicas de aprendizagem na leitura e na escrita. Entretanto, independentemente da pertinência a um desses dois grandes grupos, o que tem sido possível constatar, no particular desta clínica, é a idéia prevalente de que as dificuldades escolares das crianças sobressaem de conflitos familiares, em especial aqueles que implicam o pai e sua falência como chefe de família. Tal idéia é defendida tanto pelos educadores – que encaminham as crianças para tratamento –, como também pelas mães – que geralmente são quem acompanham os filhos à clínica.

Nos argumentos utilizados para justificar o fracasso escolar da criança, o pai de família é apontado como uma pessoa desnordeada, em situação de desemprego, entregue ao alcoolismo, envolvido com o tráfico de drogas da região onde reside ou metido com o uso de drogas. Indica-se, também, como a causa do sintoma da criança, o pai desajustado, ou seja, aquele que não sabe cuidar de sua família e de sua prole. Nesse caso, as referências são ao pai que abandona a família, espanca a mulher e os filhos, envolve-se com outras mulheres, não dá dinheiro em casa. Tudo isso denuncia a desvalorização e depreciação do pai de família, e sua distância em relação ao que seria uma posição ideal do ponto de vista social.

Este discurso queixoso do Outro da criança – Outro primordial, que é a mãe e Outro social, que é a escola –, a propósito do pai de família, poderia ser tomado como a expressão do declínio da função paterna na contemporaneidade. Por outro lado, chama a atenção a análise dos estagiários que dirigem os tratamentos das crianças em situação de fracasso escolar na clínica-escola: eles constatam que tais pacientes apenas melhoram, na escola, depois de abordarem questões relativas ao pai e suas carências. É essa constatação que leva à proposição de uma investigação sobre a

relação do sintoma escolar com a família, que se pretende realizar em dois eixos: o primeiro, visando interrogar as concepções teóricas que articulam o sintoma da criança e a família. E o segundo, visando interrogar a própria estruturação do sintoma escolar a partir da análise clínica do material apresentado pelos estagiários da clínica-escola para supervisão, em que se constata a relação mencionada antes. O presente trabalho apresenta apenas elementos da primeira investigação.

2. A família como causa do sintoma da criança

É na contribuição de Maria Helena de Souza Patto (2005) sobre o fracasso escolar, que encontramos a afirmação segundo a qual a *concepção dos transtornos afetivos e da personalidade* constitui a explicação mais recorrente para as dificuldades escolares. Essa explicação, que se afirma no âmbito da psicologia clínica, atribui o fracasso escolar aos conflitos familiares geradores de perturbações de ordem afetiva. As dificuldades de aprendizagem são concebidas como conseqüências destes conflitos e se manifestam preferencialmente em crianças oriundas de famílias problemáticas. A patologia relativa ao relacionamento dos membros da família é ainda mais acentuada quando a personalidade da criança é caracterizada por condutas agressivas, nervosismo e imaturidade.

A respeito dessa explicação dos sintomas da criança sobressaindo dos transtornos afetivos, Fijalkow (1986) havia indicado que se trata de uma idéia surgida a partir da incorporação da teoria psicanalítica à psicologia. Segundo este autor, a proeminência dos fatores afetivos na explicação do fracasso escolar afirmou-se na França no momento da ascendência das instituições extra-escolares responsáveis por oferecer um suporte psicoterapêutico às crianças que apresentavam dificuldades escolares. A determinação da origem das dificuldades de aprendizagem exige a identificação dos conflitos dos pais que interferem diretamente sobre a criança, reenviando à análise de suas relações objetivas. As dificuldades de aprendizagem são tomadas como sintomas que têm origem na dinâmica familiar.

Fijalkow tece quatro críticas a esse modo de interpretar as dificuldades escolares:

1. Há um uso heterogêneo e inacabado dos referenciais teóricos da psicanálise que, quando aplicado ao problema do fracasso escolar e dos sintomas escolares, dificulta uma análise rigorosa de sua validade.
2. Há uma falta de especificidade dos fatores explicativos, o que acaba gerando categorias muito gerais de explicação, tais como, problemas emocionais, problemas familiares, entre outros. Prevalece uma explicação imprecisa, que situa a causa da dificuldade de aprendizagem no "emocional", não permitindo operar e construir intervenções mais pontuais.
3. Há uma extensão desse tipo de explicação, quando este é aplicado ao conjunto de crianças que experimentam dificuldades escolares.
4. Por fim, indica como o grande problema dessa concepção, seu determinismo e as generalizações concernentes às explicações das dificuldades de aprendizagem.

Para Griffó (1996) essas críticas chamam a atenção para a assimilação do problema da criança a um déficit: as crianças não aprendem em função de deficiências nas relações afetivas ou de distúrbios de comportamento dos membros de famílias desestruturadas, em que os pais são ausentes e omissos. Os impasses singulares na tarefa de aprender são interpretados de modo universalizante como deficiência, distúrbios e déficits e não há nenhum espaço para a hipótese da subjetividade manifestando-se por meio dos sintomas do fracasso escolar.

Segundo Donzelot (1980) essa leitura acarreta dois tipos de conseqüência: a incorporação ao discurso dos professores do argumento da *família desestruturada* como causadora do fracasso escolar e a proliferação de propostas que buscam restaurar os ideais e as relações familiares supostamente harmônicas, sendo traduzidas em programas que visem compensar as supostas carências familiares.

Como notado por Santiago (2005), esta via adotada pela psicologia clínica de localizar a causa do fracasso nos conflitos emocionais e problemas de afetividade na família sustenta-se no suporte teórico da psicanálise. Os laudos psicológicos de casos de Dificuldades de Aprendizagem na Leitura e na Escrita (Dale), demonstram como esse conflito se explica, exclusivamente, a partir de elementos da dinâmica familiar, furtando-se ao sujeito a possibilidade de dizer algo sobre sua divisão. Os significantes que marcam o sujeito designam tipos de pais, de mães, ou de configurações familiares considerados inadequados para o desenvolvimento edípico da criança.

“O modelo padronizado da família dita nuclear serve de base para se isolarem todos aqueles que não estão em condições de se apoiar sobre uma identificação garantidora do acesso ao mundo simbólico. De uma certa maneira, essa abordagem que restringe os distúrbios da aprendizagem à clínica do Outro duplica o déficit, na medida em que a falta da criança resulta de uma carência simbólica da família.” (SANTIAGO, 2005, p. 25)

II – A família na estrutura do sintoma da criança

Para Lacan, em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), a família humana desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. A família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua chamada materna. Ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. Estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Em toda família há proibições, leis, autoridade, modo de parentesco, regras de herança e sucessão. Lembra que esses modos de parentesco são constituídos, menos conforme os laços naturais e de consangüinidade, que a partir de ritos que legitimam e criam os laços fictícios.

Para ele, a família moderna é resultado de uma contração da instituição familiar que sofreu um profundo remanejamento até sua forma atual, movido principalmente pelas mudanças ocorridas na instituição do casamento, ou melhor, no regime de alianças. Lacan, tentando romper com uma leitura biológica da família, lança mão do conceito de complexo. Para ele, o complexo pertence ao domínio da cultura e ao domínio do inconsciente.

De acordo com Miller (2005), Lacan nesse texto ainda pré-psicanalítico, demonstra como não há instinto no homem, valorizando o que chama sua dimensão de cultura². Tudo isso é o que nos permite relativizar as diferentes formas familiares existentes, uma vez que ao contrário do instinto que torna invariável a existência de um ser, a cultura é o que torna infinita as variações nos modos de organização e existência humana. Isso significa que, se as relações familiares não estão definidas pelo instinto, há lugar para a invenção humana, para a invenção do simbólico, precisamente porque nesse lugar nada está escrito. Toma, portanto, o artifício, a invenção como aquilo que regulamenta, regula a existência humana.

Portanto, para Lacan, a família não é dominada por comportamentos biológicos, mas estruturada por complexos simbólicos. Ele isola três complexos: o complexo de desmame que organiza as relações entre a mãe e a criança, o complexo de intrusão que organiza a relação entre a mãe, a criança e o rival imaginário, e o complexo de Édipo que organiza a relação entre a mãe, a criança e a imago paterna, introduzindo aí algo da dimensão de um obstáculo. O complexo de Édipo é o herdeiro histórico da família paternalista. É uma invenção da psicanálise que coincide com o declínio da imago paterna. Entretanto, Lacan nesse texto já não parece muito entusiasmado com a função paterna e não é muito favorável à família paternalista (NOMINÉ, 1997).

Um avanço no modo de pensar a família aparece em Lacan no texto “Nota sobre a criança” (1969). Afirma-se que:

“A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irreduzibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 2003, p. 369)

Alguns pontos merecem destaque, nessa afirmação. Indicando o fracasso das utopias comunitárias que supunham poder dispensar a família na constituição psíquica, Lacan afirma que há uma função de resíduo exercida pela família, a despeito de todas as transformações em sua forma de organização, que garante a ela uma transmissão irreduzível. Essa transmissão não é da ordem das necessidades e da realidade e sim de uma dimensão simbólica, mais precisamente, de *um desejo que não seja anônimo*. E acrescenta a seguir:

“É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.” (LACAN, 2003, p. 369)

Desse modo, ele desloca a função da família de uma transmissão da cultura para um dispositivo de transmissão do desejo e de contenção do gozo, ou seja, de transmissão da castração.

Portanto, a família, para a psicanálise de orientação lacaniana, não está formada pelos pais e filhos (relações de filiação), e sim pelo significante Nome-do-Pai, que discutiremos melhor a seguir, e o Desejo da Mãe. Para a psicanálise, a família se constitui como uma estrutura simbólica, que exige a função pai, como agente da castração, e de uma função mãe que, ao ter um interesse particularizado pela criança, aliena-a ao seu desejo. Ela constitui-se, assim, como o lugar do Outro simbólico, que, ao presidir a existência do sujeito, oferece a ele uma constelação de significantes que lhe permite incluir-se na ordem simbólica. Além disso, ela constitui-se também como o lugar do Outro da Lei, ao instituir a proibição do incesto, exigindo uma parcela de renúncia de satisfação que torna possível a emergência do sujeito desejante (SANTIAGO, 1996).

Essa concepção rompe com uma leitura ambientalista da família. Não se trata da família constituída de pessoas, mas de uma estrutura simbólica, edípica, constituída de funções. Assim, de acordo com essa perspectiva, qualquer tentativa de explicação do fracasso escolar pela via das noções de carência afetiva, ausência dos pais, desestruturação da família, tomadas em seu caráter ambiental, torna-se insuficiente.

3. O que é um Pai?

“O que é um pai?” – é a pergunta que Freud e Lacan dizem estar aberta para todo sujeito e que move a produção de conhecimento em psicanálise.

Em Freud encontramos três grandes mitos para tratar a questão do pai: Édipo, “Totem e tabu” e “Moisés e o monoteísmo”, apontando como ele precisou abordar essa questão a partir da vertente ficcional. É a partir da trama edípica, que tem no centro a figura do pai, que Freud introduz a dimensão do sujeito no mundo do desejo. No Édipo, o pai é aquele que, ao mesmo tempo, desencadeia a entrada nesse complexo e detém a chave do seu declínio. É aquele que assinala a mãe como objeto desejável, ao marcá-lo como proibido. Para Freud, o pai é o agente da interdição do incesto e conseqüentemente da castração, sendo essa lei do incesto a condição do desejo. A lei paterna funda o desejo sobre uma interdição, ou seja, sobre a castração imposta pelo pai (OLIVEIRA, 2006).

Há no ensino de Lacan, por sua vez, um longo percurso e desdobramentos da função paterna e do significante Nome-do-Pai. Lacan, ao fazer sua releitura de Freud, recupera esse centro paterno da teoria freudiana. Ele retoma o questionamento freudiano sobre o pai, mas não considera conclusiva sua formulação edípica, buscando introduzir em seu ensino um mais-além do Édipo.

Para Maleval (2002), o conceito de Nome-do-Pai experimentará ao longo do ensino de Lacan muitas e consideráveis modificações. Nos anos 30 e 40 Lacan parte do conceito de “imago paterna” e concentra nela a função de repressão e sublimação. Já em 1953, em *O mito individual do neurótico* e “Função e campo da palavra e da linguagem”, Lacan forja o conceito de Nome-do-Pai e nesse momento supera a primazia das imagos com a supremacia da linguagem. A função paterna é reconsiderada e se revela a presença de um significante que assegura a ordem do simbólico. Já nesse momento, aponta como em nossa cultura, marcada pelo declínio do pai, aquele que encarna essa função demonstra não estar necessariamente à sua altura, ou seja, o pai é sempre carente, discordante, humilhado, não ideal. Quando Lacan descobre a primazia do significante, busca separar de forma mais clara a instância simbólica de seu suporte, ou seja, o pai enquanto um significante, a função paterna, e o pai da realidade. Lacan inscreve, portanto, desde o início uma distância necessária entre a função paterna e o Nome-do-Pai (MAZZUCA, 2005).

Em 1958, em seu *Seminário 5 – As formações do inconsciente*, Lacan procede a uma formalização do complexo de Édipo a partir da fórmula da metáfora paterna. O pai é uma metáfora que transforma as versões imaginárias do pai e da mãe em funções simbólicas escritas, significantes operativos. Assim, o pai é reduzido ao Nome-do-Pai (NP); e a mãe, reduzida à função desejo, representada pelo significante do Desejo da Mãe (DM). A função do pai é substituir o desejo da mãe, sempre enigmático, introduzindo a significação fálica como efeito de interpretação desse desejo e produzindo o seu enlaçamento com a lei. O pai, como um intérprete, dá um sentido a isso que a princípio aparece para a criança como sem sentido, enigmático, apaziguando sua angústia.

Essa formalização do complexo de Édipo, por meio da metáfora, organiza a função paterna em três tempos, que Lacan nomeou como os três tempos do Édipo.

No primeiro, o sujeito está identificado ao falo, objeto do desejo da mãe. A instância paterna se introduz como um lugar simbólico, porém, ainda velado. No segundo tempo, o pai intervém como privador da mãe face à criança, pelo reenvio da mãe a uma lei que não é somente sua, ou seja, está em jogo um tribunal superior, a Lei do Pai. Esse tempo tem como efeito a desvinculação da criança de

sua identificação ao falo, ao introduzir a lei. Abala a posição de assujeitamento da criança, desalojando-a da posição ideal, operando, portanto, aí uma separação. Nesse tempo, trata-se de uma relação não diretamente ao pai, mas o pai na palavra da mãe. No terceiro tempo, trata-se de o pai dar provas de ter o falo na condição de portador e suporte da lei. Trata-se nesse tempo de um pai potente do qual depende a saída do Édipo (LACAN, 1958).

Para Porge (1998), há uma diferença essencial, entre Freud e Lacan, quanto à intervenção do pai no segundo tempo do Édipo. Enquanto Freud fazia pesar a interdição essencialmente sobre a criança, Lacan a faz pesar sobre a mãe. O pai é aquele que proibirá à mãe de reintegrar o seu produto.

Cabe ao pai nesse momento servir como barra ao gozo do Outro, separando a criança do Outro materno. Para Maleval (2002), a criança não dispõe de nenhum meio para discernir o angustiante enigma do desejo da mãe, até que o significante Nome-do-Pai lhe proporcione a resposta fálica correspondente, assegurando a significação. Como portador do falo, o pai priva a mãe em um duplo sentido: ele interdita a criança em sua busca incestuosa de se fazer ela mesma objeto do desejo da mãe e priva a mãe do objeto fálico. Barra a satisfação incestuosa entre a mãe e a criança e introduz a dimensão do desejo, ao lançar um obstáculo à tentativa de se fazer uma completude imaginária.

Porge (1998) centra sua análise sobre a função paterna em dois eixos fundamentais: de um lado, o conceito de Nome-do-Pai e, de outro, suas dimensões reais, simbólicas e imaginárias. Lacan desenvolve as três dimensões do pai em seu *Seminário 4 – A relação de objeto* (1956-1957), diferenciando três dimensões da função paterna. Para Lacan, o pai simbólico é um significante em nenhuma parte representado. É o pai morto, dessexualizado e por isso mesmo conservado como um significante. O pai imaginário é o pai assustador, todo-poderoso, o bom garantidor da ordem do mundo, portador dos ideais e suporte das identificações. O pai real, por sua vez, é o de mais difícil apreensão. É aquele que intervém concretamente como agente da castração, separando a criança do logro fálico e imaginário com a mãe.

Essa discussão sobre as três dimensões do pai antecede a formalização da metáfora paterna que apresenta decisivamente o pai como Nome-do-Pai, ou seja, em sua dimensão significante.

O pai, em sua dimensão significante, não se confunde com uma leitura ambientalista, ancorada em um registro biográfico da dimensão da realidade que muitas vezes sustenta as pesquisas sobre a carência paterna. Para Lacan, é fundamental que se diferencie o pai da realidade e o pai enquanto função simbólica, ou seja, o Nome-do-Pai.

“Falar de sua carência na família não é falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir uma outra dimensão que não a dimensão realista, definida pelo modo caracteriológico, biográfico ou outro de sua presença na família” (LACAN, [1957-1958], 1999, p. 174).

A construção do grafo do desejo (1958) marca um giro decisivo quanto à concepção de Nome-do-Pai, correlativo ao descobrimento da falta no campo do Outro. A incompletude do Outro demonstra ser um fato de estrutura e um não-saber irreduzível se revela no coração do discurso desse Outro. Há, portanto, uma falta essencial no Outro, fazendo-o incompleto, que o faz perder o lugar de garantidor da verdade. Assim, o Nome-do-Pai deixa de ser esse significante capaz de interpretar todo o desejo da mãe e de barrar a satisfação incestuosa entre ela e a criança. Está em jogo, portanto, uma falha, uma impossibilidade estrutural dessa função (MALEVAL, 2002).

Portanto, um pai fracassa não porque ele é desvalorizado do ponto de vista dos ideais sociais, mas porque essa *carência* está inscrita na estrutura do ser falante. Qualquer tentativa de obturar essa falha impede o sujeito do acesso ao saber. A incompletude do Outro, sua inconsistência, rompe com toda possibilidade de considerar o pai como mestre. Trata-se, então, de um pai castrado. É portanto dessa falha estrutural do pai que cada sujeito, de modo singular, inventa algo que “faz as vezes” disso que pode organizar a cadeia significante e barrar a satisfação incestuosa, ao unir o desejo à lei. É assim que Lacan dá um passo decisivo em seu *Seminário 17 – O avesso da psicanálise* (1969-1970), em sua tarefa de ir mais além do mito, mais além do Édipo freudiano. Lacan, nesse momento, afirma que a castração não procede do pai, e sim da linguagem que traduz a perda de satisfação (gozo) que afeta o sujeito. Cai, portanto, o império do pai e se introduz sua dimensão de semblante (MILLER, 2005), como aquilo que cada sujeito inventa para barrar o gozo e fazer surgir a dimensão do desejo.

De acordo com Nominé (1997), outro momento decisivo da teorização sobre o pai em Lacan surge em *R.S.I.*, seminário de 1975. Já não se trata mais do pai enquanto representante simbólico do Desejo da Mãe. Aquele pai simbólico nunca é encontrado e o pai é sempre insuficiente com respeito àquela função sublime. Trata-se do pai que só tem direito ao respeito e ao amor se se atreve a por em jogo seu desejo perverso no encontro com uma mulher fazendo dela causa de seu desejo. Portanto, o pai só é conseqüência da orientação do desejo de um homem por uma mulher. Cabe ao pai então, fazer de uma mãe uma mulher e, desse modo, impedir que a criança fique numa posição na qual poderia entregar a esse Outro tudo o que lhe falta. Ele impede que a criança tente satisfazer esse Outro materno saturando seu desejo. A mãe, por sua vez, ao aceitar esse lugar de mulher que orienta o desejo do pai, se enfrenta com sua própria castração e não se torna toda mãe. É essa versão do pai que assegura a divisão materna, suporta uma estrutura de transmissão do desejo e barra o gozo. Nesse momento do ensino de Lacan, ele opera uma disjunção radical entre, por um lado, a função paterna que une um desejo à Lei, e, por outro, a função de genitor, provedor e educador. Desse modo, mesmo um pai desvalorizado socialmente, pouco ideal, como nas situações clínicas que discutiremos a seguir, pode operar enquanto uma função.

Além disso, de acordo com Lacadée (1999), em seu último ensino, Lacan passa a tomar o pai não mais a partir da palavra, mas a partir de sua *presença*, de sua *causa sexual*. Esse pai, portanto, longe de transmitir um ideal, transmite seu modo de se arranjar com o desejo e o gozo. Ele deixa uma marca pela sua presença, que Lacan situou do lado dos pecados do pai, de suas paixões, de sua falta. Funda o respeito e o amor ao pai não mais sobre um pai ideal, e sim sobre um pai marcado por sua causa sexual.

Se partirmos do pressuposto de que em toda transmissão há um impossível, uma perda, podemos concluir que, na transmissão paterna, esse pai marcado pelo desejo e pelo gozo transmite seu ponto de rateio, de falha, onde ele esbarra. Ele pode apresentar várias dificuldades: em fazer de uma mulher causa de seu desejo, em barrar o gozo do Outro, em regular seu próprio gozo etc. O pai, então, como Outro barrado, transmite sua própria castração, sua insuficiência e sua miséria. Em sua função está inscrito estruturalmente um fracasso, a despeito de sua condição social ou modo de presença na vida da criança.

4. A clínica com crianças com dificuldade escolares: a invenção de um pai passível de uso

O que as crianças com dificuldades escolares nos ensinam sobre as relações entre o fracasso escolar, a família e o pai?

Primeiro, é preciso dizer quais os balizamentos éticos que orientam esses tratamentos a fim de permitir o entendimento de sua condução. O responsável pela criança, e não necessariamente os pais biológicos, são convidados para uma primeira entrevista. Nessa entrevista investigamos um pouco melhor a queixa e o que chamamos em psicanálise de pré-história do sujeito: qual o lugar que ele ocupa no desejo e no discurso do Outro. Isso é importante porque partimos da hipótese de que a criança pode estar mais ou menos alienada a esse lugar a ela destinado e respondendo com seu sintoma a esse lugar. Cabe aqui um breve comentário sobre como entendemos o sintoma da criança. Para a psicanálise de orientação lacaniana, o sintoma da criança sempre se relaciona com a família, trata-se, por um lado, do modo como ela se inscreve nesse discurso familiar e, por outro, do modo de fazer existir uma família. Os sintomas neuróticos são conseqüências do encontro com a falha do complexo de Édipo que ordena a estrutura da família. O sintoma, então, se apresenta como uma resposta à falha nessa estrutura. É isso que Lacan afirma em "Nota sobre a criança", que o sintoma da criança responde à verdade do par parental, do par familiar. Responde ao que falha, ao que há de sintomático nessa estrutura. A transmissão simbólica operada pela família, implica a transmissão da falta e da falha, daquilo que não vai bem nessa estrutura. É por isso que tanto as novas como as antigas formas de família sempre produzem sintomas – é um irreduzível - tomados no sentido de uma resposta, uma invenção, uma construção do sujeito para recobrir a falha e reconstruir essa estrutura.

Retomando o atendimento, esse responsável é convidado a novas entrevistas quantas vezes forem necessárias para a condução do tratamento e quantas vezes ele demandar ser escutado. O mais importante é que ele seja escutado como um sujeito que pode enfrentar impasses em sua condição de mãe, pai ou responsável por uma criança. Esse impasse diz respeito certamente à sua história subjetiva e que precisa ser escutada a fim de lhe permitir uma elaboração. Portanto, há uma oferta da palavra para que esse sujeito possa elaborar e retificar sua posição diante dessa criança.

Os atendimentos com as crianças ocorrem simultaneamente a essas entrevistas com seus responsáveis. Nesses atendimentos as crianças são convidadas a falar de tudo aquilo que as incomoda e não somente suas dificuldades escolares. É inevitável nesse momento que ela fale de seus impasses com o Outro, seja ele familiar ou escolar. Ela é convidada a falar para que possa não se colocar como vítima ou objeto desse Outro, mas para se responsabilizar pela parte que lhe cabe nesses impasses. Portanto, com a criança que fracassa na escola não se conduz o tratamento de modo a desresponsabilizá-la por seu fracasso e culpabilizar o Outro escolar ou familiar, mas para que ela torne-se responsável pelo seu dizer e seu ato. O efeito dessa oferta da palavra é quase imediato: uma mudança significativa na aprendizagem escolar ocorre quando elas começam a se interessar e falar sobre os impasses com esse Outro, principalmente o pai. Ao abrir uma questão sobre isso ou sobre os atos do Outro, construindo uma versão do pai particularizada, abre-se para esses sujeitos a via do saber inconsciente com importantes conseqüências para o conhecimento escolar

Essa oferta da palavra permite a essas crianças desconstruírem a família ideal almejada por elas, incluindo aí o pai, e reconstruírem uma família e um pai possíveis, que permita a ela se organizar e se localizar como sujeito no mundo. O

tratamento clínico permite a esse sujeito abrir uma questão sobre o Outro, sobre o desejo do Outro, que retifica sua posição subjetiva diante do saber inconsciente dando-lhe acesso ao saber escolar.

O que percebemos, portanto, é que em alguns casos, o fracasso escolar servia ao sujeito, como modo de recobrir, nada querer saber da falha estrutural do Outro, ou seja, sua *impossibilidade* de assegurar/garantir a introdução da lei. Serve como uma estratégia de dar consistência ao Outro, ao não querer saber sobre o seu furo estrutural.

Essas crianças nos ensinam que não é possível dispensar a família como estrutura de organização subjetiva, mas também não se trata de sustentar uma família ideal, sem furos e sem problemas.

E como tudo isso se relaciona com o saber e o fracasso escolar?

Para a psicanálise, o que move a tarefa de aprender é o desejo de saber, desejo que surge a partir do momento que o sujeito se depara com essa falta de saber no Outro, revelada diante da constatação de sua castração. Para a criança está em jogo o encontro com esse desejo enigmático da mãe, revelado pela sua presença/ausência, e com a impossibilidade de encontrar alguma resposta absoluta para tal enigma. Além disso, a criança se percebe não sendo esse objeto capaz de obturar esse desejo. Inscreve-se, portanto, uma falta irreduzível no campo do Outro, que levará o sujeito a adotar posições subjetivas, construir respostas distintas (LACADÉE, 1999). O não-querer saber dessa falta irreduzível no campo do Outro é o que, em alguns casos, como hipótese, impede o acesso ao saber.

5. Conclusão

Essa orientação psicanalítica diferencia-se das concepções de caráter universalizante, tal como a que supõe o fracasso escolar como um transtorno afetivo e familiar, ao levar em consideração a singularidade de cada sujeito, a particularidade de cada caso. Propõe também uma outra leitura para o fracasso escolar ou para as dificuldades de aprendizagem que se distancia de uma perspectiva deficitária que pressupõe sempre uma deficiência ou um déficit na origem das dificuldades de aprendizagem. Assim, ao buscar diferenciar-se dessa leitura deficitária, supõe que esse fracasso na escola, impasse na relação com o saber, desempenha uma função na vida do sujeito e na sua relação com o Outro. Dessa forma, longe de querer desconsiderar as condições históricas, sociais, políticas e institucionais de produção desse fracasso (PATTO, 1990), busca-se recuperar a participação do sujeito nessa produção, a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar sua posição subjetiva.

Além disso, essa leitura propõe uma inversão lógica no debate que supõe o fracasso escolar como fruto dos conflitos familiares e carências paternas. Assim, como hipótese, a partir da psicanálise de orientação lacaniana, o fracasso na escola, tomado como impasse na relação com o saber, não seria causado pelo fracasso da família tradicional, fundada na autoridade paterna (ROUDINESCO, 2003). Ao contrário, o problema estaria localizado em tentar sustentar uma família tradicional e idealizada a despeito de todas as transformações sociais e culturais sofridas por essa família, onde o reinado do pai perdeu seu lugar. Portanto, o fracasso estaria relacionado não às carências do pai, e sim à posição subjetiva do sujeito em não querer saber da divisão estrutural (a castração) do pai. Esse saber torna impossível sustentar o império paterno (TORT, 2005).

A psicanálise de orientação lacaniana nos convida então a perceber que todo sujeito surge de um mal-entendido estrutural que revela a impossibilidade da relação entre os sexos e que é esse mal-entendido que é transmitido pelas famílias.

Notas

1. Trata-se da Clínica de Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva, situada no bairro Nova Granada, em Belo Horizonte, próxima de duas Escolas – uma Municipal e outra Estadual –, onde estudam crianças moradoras do Aglomerado Morro das Pedras.

2. Para Miller, Lacan utiliza o termo cultura por ainda lhe faltar o conceito de simbólico.

Referências Bibliográficas

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FIJALKOW, J. **Mauvais lecteurs. Por quoi?** Paris: PUF, 1986.

FREUD, S. Totem e tabu [1912-1913]. In: **Obras completas**, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. Moisés e o monoteísmo [1939]. In: **Obras completas**, op. cit., vol. XXIII.

GRIFFO, C. **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização: perspectivas do aprendiz**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1996.

LACADÉE, P. **Le malentendu de l'enfant. Des enseignements psychanalytiques de la clinique avec les enfant**. Paris: Ed. Payot Lausanne, 1999.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. [1969] Nota sobre a criança. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. [1956-1957] **O seminário. Livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. [1957-1958] **O seminário. Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. [1969-1970] **O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. **O seminário, Livro 16: De um outro ao Outro** (versão eletrônica).

_____. **O seminário, Livro 22: RSI** (versão eletrônica). Inédito.

_____. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MALEVAL, J.-C. **La forclusión del nombre del padre: el concepto y su clínica**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MAZUCCA, Roberto. "El padre sintoma". In: MILLER, J.-A. **Del Édipo a la sexuación**. Buenos Aires. Paidós, 2005, p. 83-102.

MILLER, J.-A. "Breve introducción al más allá del Édipo". In: **Del Édipo a la sexuación**, op. cit., p. 17-22.

_____. Leitura crítica dos "Complexos familiares", de Jacques Lacan. In: **La Cause Freudienne**, n. 60. Junho, 2005.

NOMINÉ, B. Estrutura da família edípica. In: **O sintoma e a família**. Conferências belorizontinas. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 1997.

OLIVEIRA, S.M.E. "Versões do pai no ensino de Lacan". **Agenda da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, 2006.

PATTO, M.H.S. e outros. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. Disponível em: www.capes.gov.br, acesso em 2005.

_____. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1990.

PORGE, E. **Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTIAGO, A.L. **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

SANTIAGO, A.L. e SANTIAGO, J. "A psicanálise em face da familiarização do mundo: pontos para uma investigação sobre a família". **Curinga**, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, Belo Horizonte, n.8, 1996, p. 60-65.

TORT, Michel. **Fin du dogme paternel**. Local: Éditions Flammarion, Département Aubier, 2005.

Texto recebido em: 10/01/2007.

Aprovado em: 28/02/2007.

HIPERATIVIDADE: NOVOS SINTOMAS DE ORDEM E DESORDEM

Simone Bianchi

D.E.A. pelo Département de Psychanalyse de Paris VIII
Especialista em Psicanálise - UFF
Psicanalista, correspondente da EBP-Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - Brasil

sincarocho@hotmail.com

Resumo

Em consequência das transformações na família que decorrem dos efeitos do discurso da ciência, tais como, o apagamento da diferença sexual e o declínio do Nome-do-pai, encontramos a hiperatividade como um novo sintoma na clínica com as crianças.

Palavras-chave: sintoma, significante, objeto, gozo.

HYPERACTIVITY: NEW SYMPTOMS TO ORDER AND DISORDER

Abstract

Due to the transformations in family from science guideline effects such as erasing of sexual difference and the decline of the Name of the Father, we find hyperactivity as a new symptom in treating children.

Keywords: Symptom, significant, object, joy.

Introdução

Hoje, nos deparamos com a criação de uma nova sintomatologia psiquiátrica: a hiperatividade. Originalmente a psiquiatria a classificou como um distúrbio do comportamento, designando-o como uma "agitação". Assim, temos uma aproximação de dois termos: agitação e hiperatividade. Trata-se de um corpo vivente onde o movimento do sujeito é considerado desordenado ao olhar do observador. No entanto, é preciso fazer uma distinção entre esses dois termos na clínica. O primeiro refere-se à clínica do olhar, e necessita de um Outro consistente, Outro da lei que reconheça o sujeito agitado. Existe aí um julgamento de valor, que incide sobre a distinção entre os comportamentos socialmente apropriados e aqueles que são impróprios. O segundo também se refere à clínica do olhar, mas comporta uma nova segregação em nome da ciência. O hiperativo não é somente um agitado, mal-comportado. O hiperativo é um quadro clínico e como tal destitui o

Outro consistente da lei, substituindo-o pelo novo “homem sem qualidades”,¹ o indivíduo estatisticamente padrão. A ciência moderna busca enquadrar os sujeitos, a partir de uma norma do comportamento ditada pelos estudos estatísticos, comparativos, que não se importam com a singularidade. Assim, a criança hiperativa é identificada por um comportamento fora da norma, pois a ciência quantifica seu comportamento e estabelece que se trata de um sintoma que desvia do normal.

A partir dos anos vinte, a escola francesa de psiquiatria composta por Henri Wallon, Julian de Ajuriaguerra, Serge Lebovici, René Diatkine e Michel Soulé, propõe-nos a noção de “instabilidade motora”. Para esses autores, a hiperatividade é uma manifestação sintomática de um comportamento ansioso; ou uma defesa maníaca frente à depressão baseando-se no conceito kleiniano. A escola anglo-saxônica escolhe uma concepção neurológica e generaliza o uso do termo hiperatividade, que inicialmente designava os comportamentos oriundos das seqüelas das encefalites. Sua hipótese orgânica eleva o distúrbio à mesma dimensão das lesões cerebrais, um disfuncionamento cerebral, o que os leva a fazer uso da substância anfetamina para tratá-lo. Nos Estados Unidos já foram publicados diversos artigos, apontando a eficácia do tratamento com esta substância em crianças. O DSM III e IV propõe a terminologia “Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade”, o que abre a possibilidade de que ele seja tratado pelo cognitivismo comportamental. Inicialmente esse transtorno era isolado, mas hoje em dia ele é associado a outros, tais como o transtorno da aprendizagem, da linguagem, do comportamento e da ansiedade.

A pantomima do sujeito

Podemos nos perguntar: qual é o parceiro do sujeito hiperativo? O olhar que o vigia, o avalia e o classifica? Ou um discurso que ele ignora? Partimos da hipótese de que a hiperatividade, chamada pelo behaviorista de distúrbio do comportamento, seja a pantomima de um texto à espera de ser lido. As terapias cognitivas comportamentais visam o retorno da ordem dos distúrbios do comportamento, onde o corpo aparece com a capacidade instintual de adaptação a ser reeducado. O behaviorista, aliando-se ao discurso do mestre, pretende ter uma solução para a provocação do comportamento, forcluindo um além da psique. Para nós, a hiperatividade é uma resposta do sujeito frente à insegurança linguageira que enrijece desde seu encontro com o buraco da significação da língua, confrontando-o a um impossível de dizer, frente ao excesso de gozo que invade seu corpo e o deixa fora do discurso.

Algumas crianças hiperativas nos mostram a dificuldade que elas têm de alojar o seu ser vivente no sistema significante. Seu ser, seu corpo, seus pensamentos encontram-se tomados por uma submissão extrema ao Outro da demanda, posto que este não as orienta para o Outro do desejo, ou o desejo se declina como pura vontade de gozo. Para outras crianças, o sintoma de agitação vem no lugar onde o Outro do desejo não pôde responder ao gozo pulsional, onde o Outro do significante não pôde escrever uma resposta para dar conta do gozo.

O falo hiperativo

Pensar a hiperatividade como um transtorno da atenção é sublinhar que a atenção da criança está transtornada pelo excesso libidinal da mãe, que a mantém em posição de objeto fetiche. Maryse Roy (2001, p. 67) nos propõe considerar as crianças hiperativas como crianças-sintomas, uma versão da histeria feminina

moderna, onde a criança hiperativa é o falo hiperativo da mãe, o que vem saturar a sua falta. Assim, o sintoma da criança é uma modalidade de resposta frente à falta da mãe.

Lacan, ao retomar a concepção freudiana do objeto no movimento psicanalítico pós-freudiano, articula a relação do sujeito com o objeto em três níveis sincrônicos: imaginário, real e simbólico. Temos aqui três elementos presentes: o sujeito, o objeto e o Outro como agente da operação. Essa noção do Outro encontramos desde Freud sob a forma de sedução na relação mãe-criança. Winnicott aponta uma relação de dependência da criança com a sua mãe, mas a ausência de articulação da função simbólica reduz a relação do sujeito ao Outro a uma relação dual, imaginária.

No seminário "A relação de objeto", Lacan introduz uma primeira subversão não falando mais da relação de objeto, e sim da relação do sujeito à falta do objeto. A partir dessa articulação da relação de objeto com a falta, Lacan formula uma versão do complexo de Édipo em três tempos que não são cronológicos, mas sim lógicos: frustração, privação e castração.

No primeiro momento, a criança procura satisfazer o desejo da mãe, ou seja, ser ou não ser o objeto de desejo da mãe. Trata-se da identificação do sujeito no espelho com aquilo que é objeto de desejo da mãe. Ser o objeto de desejo do Outro materno é o que caracteriza esta primeira etapa, a qual a criança quer ocupar o lugar do falo imaginário, uma posição de sujeição. A primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do discurso e da lei.

No segundo momento, o pai aparece como aquele que priva a mãe de seu desejo e é portador da lei. É necessário sublinhar que o que está em jogo é a privação da mãe. Assim, o pai é aquele que priva a mãe de colocar a criança como o objeto de seu desejo, seu falo. É importante que a mãe estabeleça o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho. Deste modo, o pai pode ser aceito ou não pela criança como aquele que priva ou não a mãe de seu objeto de desejo. Este é um ponto nodal e negativo, em que:

"aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem". (LACAN, 1957-58, p. 199)

No terceiro momento, o pai intervém como aquele que tem o falo, ele é um pai potente. Esse tempo se sucede à privação ou à castração que porta a mãe. É justamente o fato de que o pai tem o falo que ele aparece como ideal do eu no sujeito. Do lado do menino, é preciso se identificar com o pai como possuidor do pênis; e do lado da menina, reconhecer o homem como aquele que o possui. A identificação que pode ser efetuada com a instância paterna foi realizada nesses três tempos. Primeiramente, o pai se introduz de uma forma velada. Em segundo lugar, o pai se apresenta como privador e aquele que porta a lei. E em terceiro lugar, o pai é visto como o portador do falo.

Vejamos as três formas da falta do objeto distintas por Lacan no esquema abaixo:

	<i>Frustração</i>	<i>Privação</i>	<i>Castração</i>
<i>Operação</i>	I	R	S
<i>Agente</i>	S	I	R
<i>Objeto</i>	R	S	I

A frustração é definida como uma operação imaginária, onde o objeto é real e o seu agente é o pai simbólico. Inicialmente Lacan havia pensado a mãe simbólica como agente desta operação. Mas, ele nos diz que por trás dela está o pai simbólico intervindo na relação mãe/criança. Já a privação é considerada uma operação real, em que o objeto é simbólico e o seu agente é o pai imaginário, enquanto que a castração é uma operação simbólica referida a um objeto imaginário e o seu agente é o pai real.

É essencial que a criança não seja tudo para a sua mãe e que, enquanto mulher, ela possa localizar o objeto do desejo para um homem. É claro, que essa afirmação mostra uma perspectiva nova, onde o pai é aquele que está *père(pai)-versamente* orientado para uma mulher fazendo desta, o objeto *a* que causa seu desejo.

A criança e a família

No artigo: "Os complexos familiares", Lacan (1938) nos fala que não há instinto familiar natural. A família é uma invenção simbólica como marca Lévi-Strauss. Ela é uma resposta simbólica ao real do sexo já que não se pode escrever simbolicamente a relação sexual entre um homem e uma mulher. Portanto, a família escreve a relação pai-mãe.

Vejamos essa passagem na "Nota sobre a criança": "A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como o objeto *a* na fantasia." (2003, p. 3770) Temos, então, a criança não como um ideal dos pais como Freud abordou, mas sim, tomada no gozo, seja o seu ou o de seus pais. Na metáfora edipiana clássica, o pai é aquele que responde ao desejo da mãe para produzir a significação fálica, sendo sua verdadeira função a de unir um desejo à lei.

No ensino de Lacan temos o deslocamento do estatuto da criança como o falo da mãe para o objeto *a*. A criança como objeto *a* inclui um modo de gozo pelo fato de ter um corpo. Na primeira posição, a criança responde pelo seu sintoma do ponto de vista fálico, identificada ao desejo do Outro, enquanto que, na segunda, investiga-se a versão que a criança tem ou é do objeto *a*, e como ela pode separar-se do Outro, já que se encontra identificada ao gozo do Outro. A definição do sintoma como substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente nos remete a criança como o objeto *a*, que vem tamponar o buraco real que excede a satisfação fálica.

A criança é o objeto *a* e, a partir disso, a família se estrutura. A família não se constitui mais a partir da metáfora paterna, fase clássica do complexo de Édipo; e sim pela maneira como a criança é o objeto de gozo da família, não somente da mãe, mas da família e da civilização. A criança é o objeto *a* liberado, produto. Este objeto *a*, que a criança realiza, nós o encontramos no *Seminário XVI: de um Outro ao outro*, articulado ao problema da família já que há uma falta no Outro (LAURENT, 2006).

Na concepção elaborada por Jacques-Lacan, “o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (LACAN, 2003, p. 369). É por isso que o sintoma pode representar a verdade dos pais. A partir do declínio da imago paterna, onde há a carência do pai nas famílias modernas, Lacan constrói o conceito do Nome-do-Pai. Lacan recorre à lingüística e ao estruturalismo a fim de elucidar o mito edipiano. Assim, o Nome-do-Pai é uma metáfora, um significante que substitui um outro significante, o significante materno. O Nome-do-Pai entra em substituição ao falo, o objeto de desejo da mãe. É na medida em que o desejo da mãe é mediado pela lei da proibição do incesto, onde o pai cumpre essa função, que a criança não está exposta às capturas fantasísticas. De acordo com Jacques-Alain Miller (1988, p. 11), a família pode ser definida por dois significantes: Desejo e Nome. Daí a condição que este Desejo não seja anônimo e que este Nome encarne a lei e o desejo. Nesta situação a criança se inscreve como resto de operação e não como causa. Lacan vai situar o pai de família a partir do amor e do gozo no final do seu ensino.

Em certas famílias, o pai não dá uma versão do que é o objeto *a* para ele. É por isso que Lacan nos dirá que um pai não tem direito ao respeito, nem ao amor, se ele não for um pai (*père*) *versamente* orientado para uma mulher como o objeto *a* causa de seu desejo. É preciso pensar que no ensino de Lacan, nós passamos do pai de família - sonho do neurótico - ao pai resíduo - o Nome-do-Pai, onde, na teoria, dos três registros ele é o instrumento que sustenta junto o simbólico, o real e o imaginário.

No seminário *R.S.I*, Lacan não se refere mais ao casal pai/mãe, à lei simbólica edipiana, à articulação da lei e do desejo, mas à relação homem/mulher, ou seja, no gozo em jogo no encontro sexual. Considerar a família como uma construção que responde ao impossível da relação sexual, ao real da diferença sexual, é levar em conta que há uma renúncia ao gozo.

No entanto, na modernidade, estamos sob o reinado da exigência de satisfação, de se gozar cada vez mais, resultando na dificuldade crescente de um engajamento simbólico na relação do sujeito ao Outro. Nossa época tornou-se assim pouco favorável à dimensão da transmissão e da filiação, por isso, um dos impasses ao qual estamos confrontados neste contexto é que o significante passa a servir mais ao gozo do que à comunicação (2004-05, p. 170), um gozo fora da castração.

Destino da hiperatividade?

A hiperatividade não é uma entidade clínica, entretanto, o destino que a medicina e as neurociências contemporâneas vêm lhe impondo e a coloca no centro de uma discussão, onde um simples recondicionamento cognitivo seria suficiente para o retorno da normalidade. O discurso da ciência contribui para a ignorância do sintoma como marca particular de um sujeito.

A psicanálise difere de outros tratamentos que retiram do sintoma os traços de subjetividade e classificam os sujeitos sem considerar a singularidade de cada um. Nós, psicanalistas, privilegiamos o que há de único em cada sujeito. Não está aqui em questão dar mais valor a uma solução da hiperatividade, do impasse do sujeito frente ao real. O que Freud nos ensina que é preciso deixar o sintoma falar lá onde, diante do traumático do real do gozo, o sintoma foi o único recurso do sujeito.

NOTA

1. Ver o artigo de Jacques-Alain Miller: "A era do homem sem qualidades", traduzido e publicado na revista *aSEPHallus* nº1, onde o autor se refere ao escritor austríaco, Roberto Musil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO DOS SANTOS, T. **Sinthoma: corpo e laço social**. Rio de Janeiro: Séphora/UFRJ, 2006. (Também disponível na versão e-book, em: www.nucleosephora.com > Laboratório de ensino).

ECF. Lettre mensuelle. Paris: ECF, Julho/agosto, nº 250, 2006.

FREUD, S. **Inibição, sintoma e angústia**. In: ESB. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XX 1996.

LACADÉE, P. **Le malentendu de l'enfant**. Lausanne. Paris: Payot, 2003.

LACAN, J. (1956-57). **Le Séminaire. Livre IV : La relation d'objet**. Paris: Seuil, 1994.

_____. (1957-58) **O Seminário. livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

_____. (1938) Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: **Outros escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

_____. Nota sobre a criança. Em: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

_____. **Le Séminaire. Livre XVI: D'un Autre à l'autre**. Paris: Seuil, 2006.

_____. **Le Séminaire. Livre XXII: R.S.I**, Inédito.

LAURENT, E. Les nouvelles inscriptions de la souffrance de l'enfant. In: **Revista La petite girafe**, Paris: Agalma, nº24, 2006.

MILLER, J.-A. Los padres dans la direction de la cure. In: **Quarto**, Bruxelles: ECF nº 63, 1988.

_____. (2004-05). Pièces détachées. In: **Revista La cause freudienne**. Paris, Navarin, nº 60, Juin/2005.

ROY, M. Enfant fetiche et phallus hyperactif. In: **Revista La petite girafe** Paris: Agalma, nº13, 2001.

Texto recebido em: 11/09/2006.

Aprovado em: 20/11/2006.

O REAL DO SEXO E O INCONSCIENTE NOS SINTOMAS CONTEMPORÂNEOS

Marcia Aparecida Zucchi

Psicóloga e Psicanalista, Aderente da Escola Brasileira de Psicanálise/RJ
Mestre em Saúde Pública/Fundação Fernandes Figueiras
Estagiária com bolsa-sandwich da CAPES, Universidade de Barcelona sob a co-
orientação da Professora Dra. Hebe Tizio
Doutora do Programa de Pós-Graduação em Teoria psicanalítica/UFRJ
Professora do curso de Especialização em psicanálise com crianças: intervenção
precoce / Hospital São Zacharias da Santa Casa de Misericórdia do Rio de
Janeiro/RJ - Brasil

marciazucchi@hotmail.com

Resumo

No desenvolvimento da pesquisa analisamos as condições culturais de organização dos novos sintomas e destacamos as relações entre o corpo e a linguagem. Em seguida, percorremos as diferentes concepções de sintoma em Freud e Lacan para melhor compreender a estruturação dos novos sintomas, sua relação ao inconsciente e os limites de sua classificação. Com esse fim, analisamos a concepção de "psicose ordinária", visando encontrar um critério estável de classificação estrutural para esses quadros. Além do complexo edipiano, trabalhamos com a hipótese de que os "acontecimentos de corpo" são resultantes da incorporação do significante a um corpo sexuado. Assim, se a anatomia não é o destino, ela parece ser o centro da organização sintomática, vez que a nomeação do sexo está em jogo nas incidências mais primitivas da língua (alíngua).

Palavras-chave: sintoma e cultura, novos sintomas, inconsciente, acontecimento de corpo, psicose ordinária, sexualização.

THE REAL OF SEX AND THE UNCONSCIOUS IN THE CONTEMPORARY SYMPTOMS

Abstract

In the research development we analyzed the organizing cultural conditions of these new symptoms and highlighted the relations between the body and language. Afterwards we went over the different symptom concepts in Freud and Lacan to better understand the structure of the new symptoms, their relation to the unconscious and the limits of its classification. With this goal in mind we have analyzed the concept of "ordinary psychosis", aiming to find a structural classification stable criteria for these conditions. Besides Oedipus complex, we work with the hypothesis that the "events of the body" are a result of incorporating the

significant to a sexed body. Thus the anatomy is not the destiny, it seems to be the core of the symptomatic organization, since the naming of sex is at stake on the most primitive language inputs.

Keywords: Symptom and culture, new symptoms, unconscious, body events, ordinary psychosis, sexing.

Este artigo é uma síntese de minha pesquisa de doutoramento, *O destino da anatomia: o inconsciente e suas relações com o corpo na contemporaneidade*¹.

As questões que nos moveram nesta pesquisa foram essencialmente questões clínicas. Percebemos em nossa clínica privada, nos últimos anos, um aumento dos casos de obesidade, anorexia e especialmente dos casos diagnosticados pela medicina como depressões com sintomas corporais. Verificamos que a literatura psicanalítica também indicava este aumento (RECALCATI, 2001, p. 10-12; COELHO DOS SANTOS, 2002, p. 153-154). Observamos ainda, que o mito edipiano enquanto modelo de interpretação da castração parecia insuficiente para esclarecer ou abarcar o conjunto de manifestações sintomáticas apresentadas pelos pacientes.

Outro dado de minha experiência clínica se referia à dificuldade do trabalho com a palavra. Desde a descrição do sintoma até sua interpretação, passando pelo cumprimento da regra básica da psicanálise - "a associação livre" -, em todos esses níveis se podia observar uma certa desvalorização do poder da palavra. Os mitos e narrativas em torno do sintoma estavam ficando mais escassos com um claro predomínio dos fenômenos corporais. As perguntas que daí se extraía eram: "há sujeito nesses sintomas?" e "de que modo esses acontecimentos no corpo se ligam ao inconsciente?".

Aqui uma questão metodológica: dada a grande diversidade de teorias psicanalíticas que abordam os fenômenos corporais, porém, com referenciais distintos, o que as torna incomparáveis, optei por trabalhar com a Orientação Lacaniana produzida pelos teóricos do Campo Freudiano.

Orientando-nos então pela pesquisa de Jacques-Alain Miller e Eric Laurent em seu seminário *O Outro que não existe e seus Comitês de Ética* (MILLER & LAURENT, 1996-97) e pelos desenvolvimentos desta pesquisa produzidos pelo Núcleo Sephora², decidimos situar esta pesquisa em quatro níveis. Primeiro contextualizamos os "novos sintomas". Uma anorexia do início do século, por exemplo, não poderia ser considerada do mesmo modo que hoje quando o Outro não é mais consistente, mas plural, fluido, construído, muitas vezes, nos laços sociais mais próximos do sujeito. Se o sintoma psicanalítico foi pensado por Freud como a mensagem inconsciente dirigida pelo sujeito ao Outro da cultura representado na figura paterna, faz-se mister encontrar os modos singulares de relação do sujeito contemporâneo ao pai - enquanto lei que organiza a relação do sujeito ao real - hoje, quando não existem mais leis universais de identificação.

Em segundo lugar, analisamos a própria concepção de sintoma e suas variações na teoria psicanalítica. As articulações entre o corpo e o sintoma não foram sempre as mesmas no campo psicanalítico, nem mesmo na obra lacaniana. As passagens teóricas entre a compreensão do corpo tomado como imagem, passando pelo corpo recoberto por significantes, até o corpo real que acolhe a letra e dela se vivifica, implicam em diferentes perspectivas da clínica.

A terceira via desta pesquisa foi a de levantar as articulações entre as variações do conceito de sintoma e sua relação ao inconsciente. A análise do conceito de

sinthoma, grafado como no grego antigo, com th, proposto por Lacan, referindo-se ao sintoma que humaniza (ou 'hominiza'), nos exigiu pensar um inconsciente para além do código de linguagem, um inconsciente composto dos restos de uma língua primeira – alíngua - que vivifica o corpo, constituindo-o como zonas de gozo. Nesta perspectiva teórica, o sintoma como mensagem foi substituído pelo sintoma signo de gozo. A constituição subjetiva parecia, nesta perspectiva, dispensar o Outro e dar-se inteiramente no âmbito do auto-erotismo. Qual seria então o estatuto do inconsciente nesta concepção?

Sabemos que o próprio Lacan se pergunta em seu Seminário *Le Sinthome* (LACAN, 2005, p. 101-102) se o inconsciente seria imaginário ou real, já distante, portanto, de sua aceção original do inconsciente simbólico. Este tópico, como outros, permaneceu aberto no campo lacaniano, e Miller, inclusive, vem se debruçando sobre ele em seu seminário atual. Entretanto, em sua conferência no Encontro Mundial da AMP², de 2004, em Comandatuba, Miller, discutindo as relações entre a sociedade hipermoderna e o discurso analítico, levanta a pergunta sobre se o inconsciente seria corporal (MILLER, 2005a, p. 17). Procuramos então analisar este aspecto a luz de seu seminário *Peças Avulsas*. Miller, acompanhando a mudança de referencial que Lacan produziu em seu ensino nos anos 70, quando passa a dar ênfase ao gozo como o limite das ficções do inconsciente, mostra que nesta perspectiva passamos do inconsciente como sistema (aquele que se revela na formulação "o inconsciente é estruturado como linguagem") para o inconsciente elementarizado, constituído de alíngua, essa massa sonora que marca o corpo do *infans*. Tomando então a consistência imaginária do corpo como referência, Miller se pergunta se o inconsciente produtor de ficções de verdade não é ele próprio uma consistência imaginária, uma elucubração sobre esse furo no real que se refere à inexistência de relação entre os sexos para o falante. (MILLER, 2004/05, p. 23). Nesse sentido, compreendemos que o sinthoma – o que rateia e se repete do amálgama alíngua/corpo – é o limite do inconsciente. O inconsciente é, então, corpo e é linguagem. É corpo no seu fundamento de gozo e é linguagem no seu funcionamento.

No que se refere então às relações entre a subjetividade e a alteridade, nesta perspectiva teórica que toma como eixo o gozo e o sinthoma, o vértice dessa conceituação é a pluralização dos Nomes-do-pai. Esta concepção nos permitiu pensar os novos sintomas como constituições subjetivas que podem, eventualmente, passar ao largo da mítica edipiana, amarrando os registros simbólico, imaginário e real através de elementos outros que não a metáfora paterna; dispensando o Nome-do-pai, porém servindo-se dele.

O trabalho de Conversações realizado pela AMP entre 1996 e 1999 acerca do que se chamou de "inclassificáveis da clínica psicanalítica"³, nos permitiu ver organizações sintomáticas que, por não estarem ancoradas na metáfora paterna, estabeleciam ligações fluidas e intermitentes com o Outro. No último encontro em Antibes, destacou-se uma categoria clínica, a das psicoses ordinárias, ou psicoses não desencadeadas. A teoria das psicoses ordinárias nos conduziu a observar não somente a existência da metáfora paterna na constituição do sintoma, mas especialmente seu uso. Foi necessário seguir com Lacan a passagem da concepção da metáfora paterna à da função paterna, para que pudéssemos encontrar as referências para o diagnóstico de muitos desses quadros contemporâneos. Apoiando-nos na proposição lacaniana, do *Seminário 23*, de que o Nome do pai é possível dispensá-lo (ultrapassá-lo) com a condição de dele se servir (LACAN, 1975-76, p. 136), levantamos a hipótese de que alguns desses sintomas contemporâneos onde o sintoma parece organizar-se à margem do complexo edipiano, onde não se destaca claramente uma estrutura fantasmática, poderiam tratar-se, na verdade, de soluções e não de sintomas. Tomando-se como válida a distinção entre neurose e psicose marcada pela presença ou ausência da metáfora paterna, haveríamos

então que considerar que além dos casos de psicoses ordinárias - aqueles onde a nodulação entre os registros se estabelece por um elemento não simbólico - haveria também casos onde a metáfora paterna existe, porém se encontra apagada por uma identificação de gozo oferecida pela cultura. Essas seriam as neuroses contemporâneas.

Em alguns casos, a despeito da não localização de fenômenos elementares e do desencadeamento, a ausência de sustentação subjetiva através da metáfora paterna revela que estas soluções seriam formas de compensação imaginária que protegeriam o sujeito do contato com o vazio relativo à sua origem subjetiva. Porém, em outros casos onde o trabalho analítico pode fazer aparecer alguns elementos do fantasma ao cabo de um tempo preliminar da análise, produzindo alguma divisão subjetiva e o destacamento do objeto, os acontecimentos no corpo talvez sejam soluções que, em sua vigência, implicam um "não servir-se" convenientemente do Nome-do-pai.

O quarto nível em que desenvolvemos esta pesquisa diz respeito justamente ao papel do sexo na constituição dos novos sintomas. Complementando nossa hipótese, nesses casos de neuroses não claramente constituídas, haveria um recuo diante da escolha sexual e a fixação numa posição de indiferença sustentada por um modo de gozo comunitário. Diante da impossibilidade de relação entre os sexos alguns sujeitos recuariam dos constrangimentos impostos pela ordem fálica e conseqüentemente isto os alijaria do acesso ao outro sexo - S(Δ). Procuramos sublinhar, assim, que os chamados "novos sintomas" não podem desvincular-se da cultura de onde provêm. São frutos da era do *Outro que não existe*, o que obriga cada sujeito a apoiar-se no recurso a um significante-mestre isolado, oferecido pelo mercado do qual o sujeito se serve para nomear o real.

Neste ponto gostaria de fazer um esclarecimento que me foi suscitado pela leitura do artigo da professora Ana Maria Rudge, "As teorias do sujeito contemporâneo e os destinos da psicanálise" (RUDGE, 2006, p. 16). Partilho com ela do cuidado em destacar que uma teorização acerca da contemporaneidade não deve resultar numa teoria generalizante da subjetividade contemporânea. Diria que esta foi uma preocupação constante durante todo o processo de elaboração dessa pesquisa. Parece-me absolutamente fundamental que a tentativa de organizar o saber teórico da psicanálise num conjunto coerente, capaz de abarcar os sintomas atuais, não leve ao engodo de supor uma subjetividade pós-moderna típica. O sujeito ao qual a psicanálise se dedica é o sujeito da ciência e, portanto, o da civilização ocidental. Entretanto, um sujeito e suas experiências singulares ultrapassa sempre as construções teóricas sobre ele. E me parece que é justamente na problematização destas diferenças que a teoria se enriquece. Nesta pesquisa, tentamos levantar alguns aspectos teóricos gerais, especialmente alguns índices da relação do sujeito ao corpo na clínica dos novos sintomas. Buscamos recursos teóricos para compreensão destes sintomas que, ainda que sempre tenham existido, respondem hoje a uma cultura com características bastante específicas.

Tomando então o corpo como referência, vimos que os dois quadros mais freqüentes na clínica atual são: a *astenia*, quase sempre chamada de *depressão*, e o *excesso*, que freqüentemente aparece sob a forma de *compulsão*. Estes dois modos de apresentação corporal parecem efeitos típicos do deslocamento do papel do objeto na constituição subjetiva contemporânea. O objeto na perspectiva original da psicanálise estaria no lugar da causa subjetiva. Na divisão significativa, o sujeito se repartiria entre demanda e desejo ou entre falta-a-ser e gozo, e se precipitaria movido pelo objeto como causa. A passagem da modernidade à contemporaneidade parece ter elevado o objeto em sua face de meio de satisfação, ao centro da vida social, transformando assim, o sujeito em consumidor. A conseqüência direta para muitas subjetividades foi a prevalência do mais-de-gozar.

Nesta nova clínica verifica-se, freqüentemente, que a relação do sujeito aos objetos parece passar ao largo da estrutura fantasmática, não apontando um desejo singular, mas uma fixação ao mais de gozar que resulta numa alta freqüência de respostas do tipo inércia, pânico ou compulsão.

Para aprofundar esse estudo e tentar encontrar elementos que respondessem por esses quadros, fez-se necessário que percorrêssemos as diferentes perspectivas em que corpo e linguagem se articularam no campo psicanalítico. Fizemos um percurso em Freud, destacando, especialmente, o fato de os sintomas corporais terem sido a matéria prima sobre a qual a psicanálise veio a operar. Sublinhamos o caráter limítrofe entre biologia e psicologia que a energética freudiana com o conceito de pulsão fez surgir. A própria hipótese da pulsão de morte como “tendência ao inorgânico” refletia essa linha de pensamento. Desse percurso destacamos o rumo dos trabalhos freudianos após 1920, quando a questão da positividade da sexualização feminina entrou fortemente em jogo na teoria. As conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos revelaram a sexualidade feminina como limite da sexualidade fálica. Freud terminou por julgar que o impasse diante da feminilidade era o limite do analisável para homens e mulheres (FREUD, 1975, p. 285). Entretanto, a releitura de Lacan da energética freudiana em termos de articulações de linguagem abriu novas perspectivas para a concepção das relações entre o corpo e a linguagem, especialmente após o seminário 20 quando formalizou em termos lógicos o gozo feminino (LACAN, 1985b, p. 105-120).

O percurso na obra de Lacan nos permitiu ver diferentes modalidades da articulação corpo/linguagem. A primeira perspectiva sob a qual Lacan trabalhou o corpo foi a da “imagem”. Esta mesma concepção, porém, sofreu algumas retificações ao longo de seu trabalho. Primeiro o corpo foi tomado como antecipação jubilosa de uma imagem totalizada, frente à experiência de desorganização que a prematuridade biológica do humano impunha (LACAN, 1998a). Depois como “forma ideal” já orientada pelos significantes destacados do campo do Outro. Nesta perspectiva, o corpo, enquanto consistência imaginária, estaria determinado pela incidência de um suporte simbólico, sem o qual tal consistência não se constituiria (ID., 1998b). Mais tarde, no *Seminário 11*, Lacan destacou o valor da imagem não só na formação do eu, mas também do objeto. Aponta o olhar como o protótipo do lócus do objeto. O vazio do olhar que se inscreve no campo da reflexão da imagem situaria a falta subjetiva (ID., 1985a, p. 69-78).

Como se pode ver, a biologia foi ficando cada vez mais distante nas construções de Lacan. Até o *Seminário 20*, ainda que em diferentes matizes, a imagem do corpo esteve sempre articulada à identificação significativa. Entretanto, naquilo que Miller designou como o último ensino, isso se retificou. Ali, Lacan postula o real psicanalítico como um real sem lei. Distinto do real da ciência, o real sem lei estaria fora da organização pela lei fálica. O paradigma dessa perspectiva é o gozo feminino no qual se verifica a separação entre o gozo do significante e o gozo do corpo. Assim, por trás da identificação significativa haveria também a identidade de gozo do falante. No último ensino, a suposição de um real sem lei recuperou o valor do vivo na teoria, dando preponderância ao papel do gozo no processo de subjetivação. Daí Miller falar em uma biologia lacaniana (MILLER, 2004, p. 299-317).

A partir do *Seminário 20*, *Mais, ainda*, Lacan muda então seu ponto de referência. Se nos primeiros anos de seu ensino o ponto de partida de Lacan era a linguagem como prévia, autônoma, linguagem que mortificava o corpo, ao final de seu ensino o ponto de partida é o gozo do corpo vivo. A marca da letra - o significante fora da cadeia de sentido - no corpo.

Partir do gozo é partir do corpo vivo. Nesta perspectiva da origem do sintoma, há um autismo de gozo, e as conexões com o Outro são compreendidas como

suplências. Com isso, a nomeação do real fornecida pela metáfora paterna seria apenas um dos modos possíveis de nomeação. O ponto central dessa proposição, colhido por Miller, no seminário de Lacan sobre Joyce, é a idéia de que o sintoma enquanto fator de “hominização” do falante é essencialmente um “acontecimento de corpo”.

Esta mudança de perspectiva da subjetivação implicou também a mudança de concepção do sintoma. Se antes o sintoma era concebido como mensagem inconsciente, simbólico por excelência, na perspectiva do último ensino o sintoma tem sua face real. Já não é só uma formação do inconsciente. Os fenômenos que Freud destacou em “Além do Princípio do Prazer”, e que o levaram a postular a pulsão de morte, revelaram a Lacan a face de gozo do sintoma.

No último ensino, então, a estrutura do sintoma não é a da palavra, mas a da escrita, em que o significante é independente da significação. Aqui, o significante tem valor de letra que se inscreve no corpo e localiza ali um gozo. Nessa perspectiva, o sintoma é um composto de sintoma e fantasma, de mensagem inconsciente e de gozo. O sintoma opera a conexão entre simbólico e real. Quando o sintoma é tomado nessa vertente, o significante-mestre, mais do que um símbolo que representa o sujeito, é um sintoma produtor de gozo, ele designa o sujeito como uma resposta do real. Trata-se, aqui, de um real encarnado. (MILLER, 1986-87, p. 290).

No *Seminário 23*, diferente do que propusera até então, Lacan afirma que os três registros (real, imaginário e simbólico) são peças avulsas. Indica também que é esta articulação entre a letra e o corpo o que virá conferir consistência ao falante (LACAN, 1975-76, p. 65). Essa consistência se refere também a um modo de gozo. Acreditamos que o tratamento significativo dado ao sexo corporal participa de alíngua. O processo de subjetivação deve assim fazer-se a partir de uma posição sexuada, um “modo de gozo”. Quando Lacan trata o sujeito como ser falante, amalgamando sua realidade significante e sua realidade de gozo no sintoma, passa a considerar o ser falante como um corpo vivo atravessado pela linguagem. Cremos que, nessa perspectiva, o real como impossível é encarnado na diferença entre os sexos, uma vez que não existe no plano do gozo a relação sexual. Não há equivalência entre os sexos.

Se, no último ensino de Lacan o Nome-do-Pai é tomado como “invenção”, criação suplementar à desarticulação original entre os registros, e se essa invenção se faz segundo uma orientação, como bem indica Dominique Laurent, não se trata de uma invenção qualquer e sim, bem mais, de uma “Invenção Orientada” (LAURENT, 2003). Parece-nos possível que um fator de orientação seja a diferença entre os sexos, donde o sexo corporal do falante e os significantes que o recobrem assumem papel definitivo na subjetivação do modo próprio de gozo bem como na abordagem do Outro sexo.

Tomar como eixo de teorização a inexistência da relação entre os sexos levou Lacan a formular o sintoma como necessário. O sintoma seria o que o falante dispõe para fazer face à inexistência de relação entre os sexos. A não complementaridade entre os sexos exigiu de Lacan retificações na teoria do amor. É na parceria amorosa que se atualizam simultaneamente os impasses e as soluções à inexistência de relação entre os sexos. A tábua da sexuação formulada por Lacan no *Seminário 20* nos indica os dois modos possíveis e não complementares de tratamento do gozo. Subjetivar o sexo é um processo distinto para homens e mulheres. Nesse sentido, a possibilidade de relação com o Outro sexo dependerá, para o homem, do reconhecimento de sua identificação aos significantes paternos, mas também da possibilidade do sujeito alcançar a boa distância desse laço amoroso, abandonando alguns traços dessa identificação a fim de que a suposição de universalidade do

modo de gozo paterno (*père-version*) abra lugar ao Outro gozo. No caso das mulheres, a sexuação implica o duplo movimento de permitir-se ser tomada como objeto fetiche do homem para, desde esse lugar, servir-se do falo que ela encontra no corpo dele, como instrumento de localização de seu gozo infinito. Para isso, é necessário que a mulher possa abdicar também de sua posição de objeto suplementar da falta de outra mulher (sua mãe). (COELHO DOS SANTOS, 2006, p. 65-66).

Voltando então aos sintomas contemporâneos. Com relação a eles, vimos que a literatura psicanalítica do Campo Freudiano os vem considerando a partir do paradigma das psicoses ordinárias. Estruturas cuja fragilidade simbólica e a forte adesão ao mais-de-gozar fazem pensar em psicoses não desencadeadas, além de neuroses submersas no imperativo superegóico de gozo, tão comum na contemporaneidade, obscurecendo a face de desejo inconsciente do sintoma. Como lembrou Carlo Viganó, a dificuldade diagnóstica nestes casos se deve à dificuldade em localizar o trabalho do sujeito nesses sintomas, uma vez que por se tratar de uma apresentação desmedida do mais de gozar, não se detecta claramente o rastro do sujeito no sintoma. Numa neurose clássica estes rastros aparecem claramente nas formações do inconsciente. Mesmo na tentativa de localização subjetiva subjacente à metáfora delirante, no caso das psicoses, o trabalho do sujeito é detectável. Ao invés disso, nos novos sintomas, o sujeito

“[...] encontra numa letra, num significante isolado e portador de gozo, a marca de identidade enquanto alternativa à articulação do desejo com a pulsão como demanda do Outro, [...] esta letra se inscreve no corpo mas não divide o sujeito [...] Esta letra marca o objeto que não pode aceder á montagem pulsional completa e, em conseqüência, não o separa do Outro e nem se torna causa de desejo” (VIGANÓ, 2001, p. 64).

Um efeito disso é a deslocalização de gozo. O corpo não veicula desejo como na histeria clássica, mas se torna suporte de ditos de valor superegóico para os quais o sujeito não encontra nenhum sentido além da pura compulsão à repetição, como bem destacou a profa. Hebe Tizio no seu artigo sobre *A posição dos profissionais nos aparatos de gestão do sintoma* (TIZIO, 2003, p. 167).

Essas identificações, ao sabor da cultura, exigem que o analista faça então passar o fenômeno à estrutura. Como então o analista pode servir-se dos fenômenos no corpo como índices diagnósticos?

A significação fálica é o índice do sintoma neurótico. Índice de que o sujeito *tem* um corpo, portanto, participa da partilha dos sexos identificado com uma posição específica. Nesse sentido, mantêm-se, para a psicose, as indicações de Lacan em “De uma questão preliminar...”, de que a forclusão do Nome-do-Pai traz como implicação as perturbações do imaginário ligadas à ausência de referência fálica, o que o faz buscar ser no corpo. Outro efeito da forclusão é a impossibilidade do sujeito identificar-se sexualmente em conformidade com o desejo do Outro. Decidir sobre sua posição sexual na ausência da identificação fálica implica a ameaça de feminização, enquanto sexo sem falo (LACAN, 1998c).

É preciso então discernir quando esse acontecimento no corpo localiza um gozo, destacando um objeto, mediado por uma metáfora fálica, de quando tal fenômeno é uma tentativa de circunscrever um eu no corpo, puramente imaginária, sem o recurso ao falo como mediador entre a imagem e o ideal. É preciso distinguir ainda, quando tais sintomas indicam a mortificação real do corpo entregue à pulsão de morte por impossibilidade de qualquer mediação: seja simbólica, seja imaginária.

Neste último caso, tratar-se-ia de uma espécie de entrega desmedida ao gozo do Outro.

Vimos, todavia, que alguns sintomas contemporâneos se não estão em completa ruptura com os constrangimentos da função fálica, são muitas vezes, um modo de evitar as restrições de gozo que a lógica fálica impõe. Nesse sentido se encontram expostos ao empuxo feminizante do Outro sexo, sem o recurso apaziguador da identificação fálica. As soluções contemporâneas dos novos sintomas são soluções e não sintomas, como já dissemos, pois parecem não poderem servir-se adequadamente da metáfora fálica que o Nome-do-pai produz, localizando uma posição de gozo, a partir da qual seja possível abordar o Outro sexo.

Será na parceria com o analista que o sujeito poderá rastrear as contingências de seu encontro, tanto com a *père-version* paterna quanto com o gozo feminino da mãe, reconhecendo e dando conseqüência à sua particularidade de gozo. A parceria com o analista se fará menos pela posição agalmática deste e mais pelo que ele pode acolher e sancionar desse gozo, como parceiro (Outro). Em outras palavras, uma vez que o analista está incluído no sintoma, ele pode, desde esse lugar, sancionar o uso de alguns significantes como significantes-mestres que orientem a posição do sujeito, isto é, tornar operante o Nome-do-Pai.

NOTAS

1. Defendida, em 2007, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica (PPGTP), Instituto de Psicologia (IP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
2. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo / PPGTP / IP / UFRJ (<www.nucleosephora.com>).
3. Associação Mundial de Psicanálise.
4. Angers, Arcachon e Antibes foram Conversações entre as Seções de língua francesa do Campo Freudiano, realizadas respectivamente nos anos de 1996, 1997 e 1999, e que tinham como tema central as mudanças na clínica psicanalítica contemporânea, especialmente o que se designou, na época, como as dificuldades de classificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO DOS SANTOS, T. O analista como parceiro dos sintomas inclassificáveis.(2002) In: **Latusa**, n. 7. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise/RJ, 2002. p. 153-168.

_____ (2006). O psicanalista é um sinthoma. In: **Latusa** n. 11. Rio de Janeiro: EBP/RJ, 2006, p. 57-72.

FREUD, S. (1937/1975). Análise Terminável e Interminável. In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. XXIII, p. 247-287.

LACAN, J. (1964/1985). **O Seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.1985a.

_____ (1972-73/1985). **O Seminário, livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985b.

_____ (1975-76/2005). **Le Séminaire, livre XXIII. Le Sinthome**. Paris: Seuil. 2005.

_____ (1938-45/1998). O Estádio do Espelho como formador da função do Eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998a, p. 96-103.

_____ (1960/1998). Sobre o relatório de Daniel Lagache: 'Psicanálise e estrutura da personalidade'. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b, p. 653-691.

_____ (1957-58/1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: **Escritos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998c, p. 537-590

LAURENT, D. (2003). L'invention orientée. In: **La Cause Freudienne** n.º.53. Paris: Navarin. 2003, p.89-95.

MILLER, J-A. (1986-87/1998). **Los signos del goce**. Buenos Aires. Paidós. 1998.

_____ (1998-1999/2004). **La experiencia de lo real en la cura psicoanalítica**. Buenos Aires: Paidós. 2004.

_____ (1996-97/2005). **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Seminario en colaboración con Eric Laurent. Buenos Aires: Paidós. 2005.

_____ (2005a). Uma Fantasia. In: **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise n.42. São Paulo. Eólia, 2005a, p. 7-18.

_____ (2004/05). Peças Avulsas. In: **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise n. 44. São Paulo: Eólia. 2005, p. 9-27.

RECALCATI, M. (2003) **Clínica del vacío: anorexias, dependencias, psicosis**. Madrid: Editorial Síntesis. 2003.

RÊGO BARROS, R. O sintoma enquanto contemporâneo. In: **Latusa** n.º 10. Rio de Janeiro: EBP/RJ, 2005, p. 17-28.

RUDGE, A.M. (org). (2006). As teorias do sujeito contemporâneo e os destinos da psicanálise. In: **Traumata**. São Paulo: Escuta, 2006, p. 11-21.

SANTIAGO, J. (2006). E o amor homossexual, o analista avalia? (inédito). Conferência apresentada no Encontro Brasileiro de Psicanálise da EBP. Belo Horizonte, nov / 2006.

TIZIO, H. (2003) La posición de los profesionales en los aparatos de gestión del síntoma In: **Reinventar el vínculo educativo: aportaciones de la pedagogía social y del psicoanálisis**. Barcelona: Gedisa, 2003.

VIGANÒ, C. (2001). Une nouvelle question préliminaire: l'exemple de la toxicomanie. In: **Mental**. Revue internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée, n. 9. Paris: Wapol, jun / 2001, p. 57-79.

Texto recebido em: 11/03/2007.

Aprovado em: 10/04/2007.

A ESCOLA DE LACAN E A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA

Mirta Zbrun

Doutora em Teoria Psicanalítica. PPGTP-UFRJ

Membro da Escola Brasileira de psicanálise

Membro da Associação Mundial de Psicanálise

Diretora do CLAC - Centro Lacaniano de Atendimento e Consulta

Rio de Janeiro - Brasil

mirtazbrun@terra.com.br

Resumo

Exame da Escola criada por Lacan e a formação do analista, com as questões que lhe são essenciais: o fim da análise, o procedimento do passe e a formação dos psicanalistas. Noções estas tratadas como conceitos e não como preceitos. Partindo do movimento psicanalítico a tese examina a Sociedade Psicanalítica criada por Sigmund Freud, as outras sociedades geradas no decorrer desse movimento para demonstrar idéia central de que 'não há analista sem Escola'.

Palavras Chaves: movimento psicanalítico, sociedades psicanalíticas, formação analítica, Freud, Escola de Lacan, fim de análise, passe.

THE JACQUES LACAN PSYCHOANALYTICAL SCHOOL AND THE FORMATION OF THE ANALYSTS.

Abstract

Examines the Psychoanalytical School created by Jacques Lacan, treating its essential issues: the pass procedure and the formation of the analysts. These notions are treated as concepts and not as precepts. Beginning with the Psychoanalytical Movement, the thesis analyses the Psychoanalytical Society created by Sigmund Freud and the other societies issued from it, and sustains the central idea that there is "no analyst without school".

Key words: psychoanalytical movement, psychoanalytical societies, analytical formation, Freud, The Lacanian School, end of analysis, pass.

A tese sobre "A Escola de Lacan e a formação psicanalítica" leva ao exame externo um tema de atualidade no movimento psicanalítico, a Escola criada por Jacques Lacan, com as questões que lhe são essenciais: o fim da análise, o procedimento do

passé e a formação dos psicanalistas. Noções essas que pretendi tratar como conceitos, e não como preceitos. Partindo do Movimento Psicanalítico, minha tese examina a sociedade psicanalítica criada por Sigmund Freud e, as outras sociedades geradas no decorrer desse movimento, para demonstrar o que defendo: “não psicanalista sem Escola”.

Estudar hoje a Escola de Lacan e a formação do psicanalista fora do recinto das próprias instituições que desde sempre formaram os analistas não parece um desafio menor, uma vez que coube a elas essa delicada e difícil missão.

No início do século XXI, pouco mais de 100 anos depois do surgimento da psicanálise de Sigmund Freud e 40 anos após a “Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola”, de Jacques Lacan, apresentar uma tese sobre o assunto é um desafio que empreendi por considerá-lo tão necessário quanto instigador.

Ao trazer para a academia, a instituição psicanalítica, a Escola de Lacan, o procedimentos do *passé* e o fim da análise pretendi examiná-los e avaliá-los com o rigor que lhes cabe. Dessa forma, introduzir-se-iam e por-se-iam à prova da demonstração acadêmica a própria existência do grupo psicanalítico e a formação que ele dispensa. Tratei, pois, de estudar a Escola de Lacan e a formação do psicanalista com ênfase nas relações entre o fim da análise e o dispositivo do *passé*. E tratei de examinar com cuidado o que se comprova como sendo o produto de uma análise: o analista.

A Escola de Lacan e a formação do psicanalista

Na minha tese, procurei defender a idéia de que sem a Escola – seu conceito e seu dispositivo – não há como existir o psicanalista. As razões epistêmicas, contidas no “Ato de Fundação da Escola Freudiana de Paris”, de 1964; as razões clínicas, apresentadas na “Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola”; e as razões políticas, enunciadas na “Carta de Dissolução”, de 1980, justificam a idéia deste estudo – de que é nessa conjunção de conceitos, noções e acontecimentos que se dá a formação do psicanalista. Abordo a sociedade psicanalítica criada por Sigmund Freud, sociedade que está na origem do acontecimento chamado “Movimento Psicanalítico”. Investiguei também as sociedades psicanalíticas que dele se originaram na Europa e na América.

A história do movimento psicanalítico forneceu-me elementos necessários para pensar a formação psicanalítica na sua primeira época. Empreendo o exame da fundação e da dissolução da Escola Freudiana de Paris sua contra-experiência – a Escola da Causa Freudiana –, assim como a criação da Associação Mundial de Psicanálise. Trato da Escola de Lacan e exploro os textos institucionais sobre a Escola e sobre o *passé*, especialmente o “Ato de Fundação” e a “Proposição de 9 de Outubro” para dar conta dos eixos essenciais à formação do psicanalista: o fim da análise e o procedimento do *passé*, seus paradoxos e impasses, assim como as novas perspectivas do *passé*, para demonstrar que não há analista sem Escola e que a formação do analista supõe o fim da análise e o procedimento do *passé*.

A idéia central desta tese sobre a Escola de Lacan e a formação do analista encontra seu corolário nas premissas mencionadas, que organizam a concepção central da tese: só há fim de análise quando existe a nomeação do objeto na entrada em análise, quando se dá a travessia da fantasia e a identificação ao *sinthome*; só há analista quando a Escola por meio do dispositivo do *passé* garante a sua existência – o que virá confirmar a tese de que “não há analista sem

Escola". Para demonstrar essa formação do psicanalista de forma rigorosa e adequada no ambiente formal da universidade, considere necessária a racionalização desse campo de noções mediante os matemas que o definem. É por esse ordenamento dos conceitos freudianos que é possível ver o surgimento de uma formação psicanalítica, além da identificação ao analista. Uma formação que leva em conta os postulados freudianos do além do princípio do prazer e da pulsão de morte e suas conseqüências para o sujeito.

Na minha investigação, tentei dar soluções aos impasses dessa particular formação do analista, diferentemente da formação desenvolvida nas sociedades criadas por Freud. A formação do psicanalista, que esta tese propõe, é tributária dessa clínica do "último ensino de Lacan", que pretende ir além do impasse freudiano do fim da análise com a dualidade finita ou infinita.

A investigação que realizo segue, portanto, esse desafio teórico e científico que o ensino de Jacques Lacan elevou ao grau máximo de exigência intelectual. Com o estudo do tema do fim da análise e do passe, proponho uma tese que se sustenta numa dupla fórmula: por um lado, saber se o sujeito acede a uma posição que existe ao sentido, ou seja, e tendo passado pelo sentido, acede ao "real fora do sentido", ao "real sem lei"; e, de outro, considerar a formação do psicanalista como um saber-fazer com a linguagem.

Os antecedentes da Escola de Lacan: as Sociedades Psicanalíticas

Para falar da Sociedade Psicanalítica criada por Freud, a Sociedade Psicanalítica Internacional (IPA), me remonta a Viena do começo do século XX, capital do Império Austro-Húngaro, onde irromperam acontecimentos que marcaram e moldaram em definitivo a fisionomia intelectual do *Novecento*, na Europa e no mundo, e que tiveram influência decisiva na filosofia e na cultura contemporâneas. Mas entre os acontecimentos que irrompem nessa época em Viena, nenhum irá superar, em termos de irradiação universal, o aparecimento da figura de Sigmund Freud. Médico radicado em Viena, cuja formação se fizera no Hospital Salpêtrière, em Paris, com Charcot, Sigmund Freud foi não só o criador da psicanálise – que lhe permitiria desvendar o drama humano do desejo e abrir ao conhecimento o campo da subjetividade (uma teoria e uma prática que transformariam profundamente a cultura do homem ocidental) –, como também o inspirador e organizador de um movimento psicanalítico internacional destinado a formar os analistas e a difundir a regra da operação psicanalítica no mundo.

Não parece fora de propósito, para situar ainda hoje o estatuto da psicanálise, rever suas origens e os desafios históricos que teve de superar para sobreviver num mundo acadêmico hostil. Para fazer frente a esse "inexorável destino", Freud dedica a maior parte de sua existência a desenvolver a teoria de uma prática de tratamento da neurose baseada no método psicanalítico por ele inventado. No início do século XX e após a publicação da grande obra que foi a *Traumdeutung*, jovens médicos se agruparam ao redor de Freud com o propósito claro de aprender, exercitar e difundir a psicanálise, em busca de uma formação psicanalítica.

As três vertentes do que virá a ser a formação de um psicanalista – análise pessoal, supervisão da prática e estudo da teoria – estão ali definidas pelo seu inventor, quando afirma que o que os jovens médicos buscavam ao se aproximar dele era aprender, exercitar e difundir a psicanálise a partir da experiência de alguns que já haviam comprovado a eficácia da terapêutica analítica. Logo, uma diáspora porá fim ao dispositivo que Freud erguera no coração da capital do antigo Império Austro-Húngaro, e o próprio criador da nova ciência do inconsciente desloca-se de Viena para Londres, movimento conhecido como o Revisionismo Pós-Freudiano.

Alguns dos seus discípulos e seguidores fugiriam da *Mitteleuropa* em direção ao exílio nos Estados Unidos. Decidiram tomar a obra "O Ego e o Id" como o texto a partir do qual reinterpretariam toda a obra de Freud, ou melhor, ficariam somente com o que na totalidade da obra se harmonizaria com o ego e o id. Será na América do Norte onde a autonomia do ego alcançará todo seu vigor e toda sua força, ao ser defendida por uma série de nomes que, naquela época de entre-guerras, migraram para o Novo Mundo, especificamente para os Estados Unidos. A região da América do Sul ficará sob a influência da IPA em Londres.

Ao avaliarmos hoje a história do movimento psicanalítico na França, vemos que ela não contraria a tendência geral apontada por Freud, embora apresente características próprias, ao introduzir elementos conceituais que vão determinar o aparecimento de uma nova época para a teoria e a prática da obra freudiana na França e no mundo. Nos anos do pós-guerra, a SPP - Sociedade Psicanalítica de Paris (fundada em 1921) estará fortemente apoiada nas lideranças de Sacha Nacht, Daniel Lagache e Jacques Lacan. Quando Jacques Lacan é nomeado diretor do instituto da SPP por Sacha Nacht, terá início a crise que desembocará na "cisão" dentro da primeira sociedade francesa de psicanálise. Lacan possuía as condições de realizar um "retorno a Freud", que produziu uma verdadeira reviravolta na história do movimento psicanalítico e, como consequência, na formação dos analistas, ao superar o revisionismo proposto pelos pós-freudianos.

A Escola de Lacan fundada em 1964.

A minha investigação trabalhou com três momentos produzidos pelo movimento psicanalítico francês: a "cisão", em 1953, da Sociedade Psicanalítica de Paris -SPP quando um grupo de seus membros se desliga para fundar a Sociedade Francesa de Psicanálise - SFP; o segundo momento seria a "exclusão", em 1963, de Jacques Lacan da lista dos membros dessa sociedade, exclusão essa denominada por ele "excomunhão"; e o terceiro momento na França, o da "dissolução", em 1980, da Escola Freudiana de Paris. (LACAN, 1980).

As idéias de Lacan sobre a Instituição psicanalítica e a formação do psicanalista são examinadas na minha tese não através da idéia de um lacanismo como um movimento observado de fora, mas a partir de uma leitura da obra de Freud realizada por Lacan, por meio de uma apropriação dos conceitos que gera condições para uma "nova formalização da formação do psicanalista". O essencial foi verificar como se dá a produção do conceito de "escola" e quais as bases, a partir de 1964, que darão sustentação à formação do psicanalista.

Através de seu conceito, a Escola de Lacan intentaria dar uma nova forma à velha questão que percorreu todas as sociedades psicanalíticas: deverá, na sua prática institucional, responder a pergunta sobre quem é o "psicanalista". O conceito de Escola reúne sujeitos que se dizem analistas, mas ela pretende complicar essa nomeação que ele se dá. Na Escola, o psicanalista, se "autoriza por si mesmo".

A Escola, através de seu conceito, pretende resolver o espectro dessas condições e recentrar o problema da garantia de que é um analista. Assim, a instituição fundada por Jacques Lacan responde à estrutura do não - todo, onde os psicanalistas, sujeitos divididos quanto a seu desejo, não podem apelar ao Um da exceção na Escola, ao menos um, que funda o todo. Na Escola de Lacan, "procedese pela imersão do sujeito em um meio que agita a falta de saber, e é o que mais importa". (MILLER, 2001) A Escola de Lacan é o lugar para onde convergem os paradoxos que engendra o postulado da formação do psicanalista: alguém que é produto de uma análise – e que, portanto, se forma num tratamento – e do saber que ele deve deter para a realização da prática futura da psicanálise.

A formação psicanalítica e o fim da análise

O psicanalista se forma, é um fato e uma necessidade; não há psicanalista nato; se houvesse psicanalistas natos, não seria preciso formá-los, seria suficiente descobri-los. Em 1910, no momento da criação da Sociedade Psicanalítica Internacional - IPA, recomendou-se a análise pessoal, que logo se torna obrigatória, para a formação do psicanalista. Em 1936, Sigmund Freud escreve um de seus últimos textos. (FREUD, 1934) É possível e necessário fixar um tempo para o tratamento? Existe algo que possa chamar-se de término natural de uma psicanálise? Freud chegou ao ponto em que se marca um limite para uma análise, mas, ao mesmo tempo, esse limite aponta para um além, sendo então possível relançar o processo para, de alguma maneira, torná-lo terminável. O retorno a Freud que Jacques Lacan preconiza tem, na temática do fim da análise, uma importante fundamentação na concepção freudiana sobre a análise como um tratamento que pode ser interminável. A elaboração freudiana do fim da análise será levada as suas últimas conseqüências no ensino de Jacques Lacan.

O fim da análise como a travessia da fantasia. No primeiro momento de seu ensino, Lacan situa o fim da análise em relação à fantasia, sendo o sintoma aquilo que se precipita na formalização da entrada em análise. A travessia da fantasia é uma construção das condições de gozo do sujeito e das suas modalidades. A idéia lacaniana de uma falta fundamental no simbólico, esse vazio criado pela falta de um significante para nomear o Todo, transforma a linguagem num todo não-consistente. É o que a fantasia comprova, conquanto a fantasia fundamental seja uma frase gramatical que surge para nomear essa falta. A travessia da fantasia é a construção de um fragmento de real que entra no simbólico na forma de uma frase gramatical e que não pode ser explicada. Seu sentido não pode ser explicitado, seu valor não é semântico, ela vale por si mesma, embora seja capaz de reconstituir um pedaço do real.

O fim da análise como identificação ao *sinthome*. A partir dos anos setenta, tendo como suporte o nó borromeano, Jacques Lacan (1975-76) se afasta da clínica do sentido para ir em direção a uma psicanálise fora do sentido, uma psicanálise sem ponto de basta. Nesses anos haverá um deslocamento do fim da análise como atravessamento da fantasia para o fim da análise como identificação ao *sinthome*. A oposição entre *sinthome* e inconsciente significa que Lacan pode desenvolver a natureza do *sinthome*, sem fazer referência ao inconsciente. Isto porque James Joyce dá a Lacan "a prática da sua escrita". Lacan diz no *Seminário XXIII, Le sinthome*, que ele «tenta introduzir alguma coisa que possa ir mais longe que o inconsciente para chegar ao "sinthome".

O *sinthome* é o que há de mais singular em cada individuo" segundo afirma J.-A. Miller nas aula de seu curso de 14 de março de 2007. Defendo, na minha tese, que para demonstrar a validade do fim da análise como identificação ao *sinthoma* é necessário colocar -sintoma e fantasia- dentro do mesmo parêntese e obter com isso a definição *Sinthome* (Sintoma + Fantasia). Foi James Joyce que inspirou a Lacan o seu último ensino e sob esse novo ângulo, sob essa nova perspectiva, a diferença entre as duas dimensões clínicas do sintoma e da fantasia se desvanece; trata -se sempre de um olhar sobre o "saber - no - real". Há uma desvalorização da palavra que significa que Lacan põe pelo avesso seu ensino, constituindo uma reviravolta completa, em que não se trata mais do inconsciente estruturado como uma linguagem, mas da "estrutura elevada ao nível do real". E produz um deslocamento do "conceito de linguagem", sendo substituído pela "elucubração", colocada esta como uma noção central da "Psicanálise fora - do - sentido".

Defendo que na psicanálise, como “elucubração”, o que faz laço não é mais o “ponto de basta”, (ponto de estofo) e sim o nó borromeano. O *sinthome* (*Seminário XXIII*) como “fora – do –discurso”, como o incurável, interroga o próprio discurso psicanalítico. Isso constitui o *sinthome* para cada sujeito, seu núcleo inalisável, que Freud chamou de “o rochedo da castração”. A interpretação que Jacques Lacan faz do conjunto da obra de James Joyce, além de dar ao sintoma um estatuto de *sinthome*, também lhe servirá para novas propostas sobre temas da teoria psicanalítica, como o do Pai-sintoma, que universaliza o sintoma, pluraliza o Nome-do-Pai e o transforma em *sinthome*.

O *sinthome* é um ponto de chegada, o limite, o fim da análise, e na minha tese, esforcei-me para demonstrar seu valor de uso com a finalidade de fazer existir um fim possível da análise, um fim que diz respeito à formação do psicanalista. Assim o psicanalista não poderá ser somente um médico da alma, conhecedor da biologia e as técnicas científicas para diagnosticar e curar, porque o fim da análise como identificação ao *sinthome*, significa ter alcançado um “saber - fazer” com seu sintoma, um saber - fazer com seu gozo, saber virar-se com o real do seu gozo. Pensar a psicanálise fora do sentido é pensar “o não-sabido, que se sabe, a partir de um equívoco”. (LACAN,1976-77)

Defendo que, no sistema de Lacan, o sintoma é sempre uma ficção do inconsciente, uma parte do discurso do Outro, e após a dissolução desse sistema de Lacan, o que vem como *sinthome* «não é uma função do inconsciente». Vou citar como exemplo dessa construção Joyceana da qual Lacan se apropria para a sua criação do “amar ao *sinthoma*”, um significativo trecho da transcrição de Haroldo de Campos, fragmento 5 do “Panorama do Finnegans Wake” onde lemos:

“Aos quais, se alguém tiver estômago para aditar as fraturas, soergueduras, distorções, inversões de toda essa artefiteia câmeramúsica, esse alguém então, dado um dedo de boa-vontade, há de ter uma bela chance de ver de vista o dervixe remoinhante, Tumultus, filho do Trovão, autoexilado por alto recreio de seu ego, tremetremendo noitadentro noitafio entremixto aos aurroses branco-rubros, meiodiaterrado desde a pele ao osso por um fantasma inelutável (que o Fazedor tenha merciades dele!) escrevendo o mimstério de sivendo no moviliário furnituro” (JOYCE apud CAMPOS, 1971, p. 49).

A Escola de Lacan e o procedimento do passe

Defendo que o conceito de Escola, os princípios do passe e as normas que regulam a formação do psicanalista contidos nos textos institucionais redigidos por Jacques Lacan “Ato de Fundação da Escola Freudiana de Paris” (1964), “Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola” e “Carta de Dissolução” (1980), ao articular a Escola e o passe - podem demonstrar como a Escola de Lacan, - diferentemente das Sociedades Psicanalíticas-, se engaja na formação do psicanalista.

Uma das minhas premissas foi afirmar que o desejo de Lacan conduzirá a Escola a assumir uma forma de existir além do complexo do Édipo: será a forma de uma estrutura baseada numa série, tal qual um conjunto inconsistente, um não - todo de sua práxis como formação e a supervisão dos psicanalistas em formação. Desse modo, o Não - todo da Escola de Lacan será compreendido como uma experiência inaugural pelo fato de que, a cada um que a ela adira se imporá a subjetivação de sua experiência na Escola, a subjetivação da Escola.

A Escola será uma comunidade capaz de se interpretar, isto é, de dar conta de uma realidade nova na formação dos psicanalistas. E o procedimento do passe é um instrumento que deve permitir à Escola pensar a sua prática, diferenciando o “momento do passe” – que se realiza dentro do dispositivo analítico, na análise – do “procedimento do passe”, o que J. A. Miller chama de “passe duplo”. Defendo que é nessa conexão paradoxal, entre o se autoriza por si mesmo e a garantia que a Escola outorga, que deverá ser pensada a formação analítica. Porque há um saber na formação do psicanalista que é adquirido na análise e que o procedimento do passe pretende verificar.

Com o dispositivo do passe, Lacan introduz sua Escola no coração da experiência analítica, enquanto o procedimento do passe designa o momento extremo da experiência analítica do sujeito. Encontro na orientação do simbólico que se dirige ao real – presente no último ensino de Lacan a partir dos anos setenta- o ponto fundamental para pensar os paradoxos do passe. Nesse novo contexto do real sem lei, observo que não se trata mais de se deter no significante e no sentido do significante. O passe é uma história que um sujeito conta, “a respeito do real”, e nele se deverá distinguir real e semblante. O procedimento do passe é oferecido pela Escola de Lacan, é ofertado como um risco possível, e supõe que se confie na teoria do passe, nos passadores, no júri, -cartel do passe-, na Escola, para aceitar um tal oferecimento.

As duas experiências – a do “momento do passe” na análise e a do “procedimento do passe” – não devem ser confundidas, porque o procedimento do passe não é obrigatório na Escola de Lacan, não se estabelece que o fim da análise deva ser autenticado no dispositivo do passe.

Defendo na minha tese que as novas perspectivas sobre a teoria do passe devem ser pensadas a partir do dispositivo do passe, visto como um elemento essencial ao conceito de Escola de Lacan. Isso implica reconhecer na história do movimento psicanalítico a partir de 1964, a colocação desse dispositivo em funcionamento. A minha segunda idéia sobre as novas perspectivas do passe consiste em pensar que o “conceito” de Escola se completa com a categoria do fim da análise e com o procedimento do passe. A Escola de Lacan é, assim, o conceito-chave que garante a formação do psicanalista. A construção da história que o sujeito faz no passe, que é um artifício, corresponde à psicanálise do primeiro ensino de Jacques Lacan.

Porém, defendo que há uma mudança na conceituação do passe na medida em que nesse último Lacan utiliza-se do nó borromeano como aquilo que é capaz de isolar um “real sem lei”. O passe modifica assim a própria noção de processo analítico, como diz Jacques Lacan: “o passe modifica um pouco, porém muda a demanda de análise com fins de formação”. O passe vem possibilitar o fenômeno específico da existência de um conjunto de analistas e tentar dar conta do analista, da possibilidade de se transmitir o que é um analista.

A transmutação que o último ensino de Jacques Lacan operou sobre o sentido, sobre o rechaço do sentido, trouxe a instância do *sinthome* como essencial para sua clínica, na qual não mais se pensa nas duas dimensões do sintoma e da fantasia, senão no *sinthome*. Defendo que a clínica psicanalítica que se depreende do conceito da Escola de Lacan funda uma prática cuja entrada em análise se dá pela via do sintoma, constituído como sintoma analítico, que se estabelece quando uma interpretação nomeia a fantasia e termina na identificação ao *sinthome*.

Penso ser fundamental a reflexão teórica sobre o lugar do passe na instituição psicanalítica e na formação do psicanalista. Essa reflexão deve abrir para novas propostas não somente sobre a reconfiguração do procedimento do passe, tendo em conta o papel da Escola de Lacan, na sociedade contemporânea e na formação

do analista. Esse processo exige uma permanente crítica e a renovação da instituição analítica, reafirmando assim o papel da Escola de Lacan em seu valor de verificação da existência da análise e como meio de formação do psicanalista.

O analista

A formação de um psicanalista implica, assim, levar a análise a esse ponto-limite onde o objeto vira dejetivo, onde sintoma, significante e letra se equivalem. Ela consiste em chegar à produção dessa equivalência – letra, resto, lixo, uma mensagem, e também um objeto. Para o analista lacaniano, é essa equivalência o que a insígnia faz.

Um analista-*lettre* (*carta*) é um analista-signo, que define seu significado não somente como significante, mas pela sua natureza de objeto.

Um analista-*litter* (*lixo*) é um analista-resto, um analista-lixo, um objeto que deve ser interrogado no campo da linguagem a partir da escrita. Por fim, se a finalidade da formação de um psicanalista não consiste somente na aquisição de um saber, mas também em ter adquirido certas condições subjetivas, uma transformação do seu ser, que nunca é somente íntima, que se tornou pública, então, lá, onde no início da análise tínhamos gozo autista, a análise faz aparecer um analista, operando sobre os sintomas para produzir um efeito especial de significação.

O psicanalista será uma letra, um lixo, uma carta sempre a caminho...

Como diz o poeta:

“Baste a quem baste o que lhe basta.
O bastante de lhe bastar!
A vida é breve, a alma é vasta:
Ter é tardar”.
(FERNANDO PESSOA, *in* Mensagem)

NOTA

1. Texto da defesa de doutoramento em Teoria Psicanalítica no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a Orientação da Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, H.; CAMPOS, A. **Panorama do Finnegans Wake. James Joyce.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

FREUD, Sigmund. (1934) Análisis Terminable e Interminable. In: **Obras Completas**, Madrid, Editorial BN, 1967, vol. III, p. 540-572.

MILLER, J.-A. (2001) Resposta ao *Che Vuoi?* sobre a Formação do Analista. In: **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 31, São Paulo, set / 2001.

LACAN, J. (1980) Carta de Dissolução. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Campo Freudiano no Brasil, 2003.

_____. (1975-76). **Le Séminaire. Livre XXIII: Le Sinthome**. Paris: Éditions du Seuil, 2005, p. 19-20.

_____. (1976-77) **Le Séminaire. Livre XIV: L'insu que sait de l'une-bévue sáile à mourre**, inédito, aula de 16 de novembro de 1976.

Texto recebido em: 11/03/2007.

Aprovado em: 10/04/2007.

VERSÕES DO PAI NA HISTERIA

Márcia Maria Vieira Rosa

Doutora em Letras pela UFMG
Professora do Curso de Especialização em Psicologia da UNILESTE-MG
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise
Membro da Associação Mundial de Psicanálise
Belo Horizonte - Brasil

marcia.rosa@globocom.com

Resumo

A partir de um fragmento clínico, este texto se propõe a examinar a construção de duas versões do pai - inesquecível e pecador—, interrogando os fantasmas da analisanda acerca do vínculo conjugal em sua família. Trata-se de circunscrever os efeitos de seus fantasmas em sua vida amorosa, bem como de investigar a possibilidade de ultrapassá-los.

Palavras chave: função paterna, histeria, conjugalidade, família

VERSIONS OF THE FATHER IN HISTERIA

Abstract

From a clinical fragment, this text is willing to examine the construction of two versions of the father – unforgettable and skinner - , questioning the patient's ghosts on the conjugal bond in her family. It means to circumscribe the effects of her love life, as well as to investigate the likelihood of overstepping them.

Key words: fatherly hole, hysteria, conjugality, family

Primeira versão do pai: inesquecível

D. é uma mulher em torno dos seus 40 anos, profissional liberal bem sucedida, casada há uns 20 anos e mãe de dois filhos adolescentes. O encontro com um "namorado" de adolescência em uma festa que reuniu a sua antiga turma de colégio secundário, e o fato de ter "ficado" com ele, funcionou como um esbarrão no real que, além de desarranjar, colocou em questão aquilo que ela tão cuidadosamente construía nos últimos tempos, seja a nível familiar, seja a nível profissional. A partir deste real, 'real do sexo', ela vai se re-interrogar sobre "quem ela é" e sobre "o que quer". Isso a leva a demandar uma segunda fatia de análise, já que passara pela experiência de uma primeira análise que durara alguns anos e que ela dera como concluída.

O encontro com o "namorado" da adolescência — alguém quem ela desejou, mas que evitou namorar — fez com que D. retornasse a uma época de sua vida que julgava resolvida, levando-a a "remexer no baú" e a fazer sair dele as dificuldades que tivera com o pai durante alguns e longos anos de sua vida. Seu pai, sujeito a altos e baixos, a insultava e humilhava nas suas tentativas de ter uma vida afetiva, ao mesmo tempo em que se orgulhava de seu desempenho escolar.

O reencontro com esse amor, marcado na adolescência pelo impossível, deu lugar a sentimentos de culpa, de expectativa e a auto-recriminações, uma vez que ela lastima ter se exposto perante os outros ao ter "ficado" com ele; no entanto, o efeito maior desse encontro foi o de produzir um retorno ao passado, uma espécie de adesividade ou de fixação ao passado. A partir daí, poderíamos dizer que D. "sofre de reminiscências", reminiscências que a ocupam de tal modo que as pessoas de sua convivência cotidiana vêm se incomodando com as suas mudanças: tomada por lembranças, ela muitas vezes se afasta de atividades que lhe eram cotidianas, e isso perturba as pessoas que lhe são próximas. Em frente a essa versão do Outro Paterno, e ao modo como ela absorve o sujeito, evocamos Freud quando define como histérico aquele sujeito que "sofre de reminiscências". Neste sentido, no baú da histérica encontramos o pai e ele parece inesquecível.

A hipótese de que o sofrimento por reminiscências é a causa da histeria localiza-se nos primeiros escritos freudianos. A primeira formulação da expressão, salvo engano, encontra-se em "Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar", escrita por Breuer e Freud em 1893. A questão é apresentada nos seguintes termos:

"[...] podemos inverter a máxima 'cessante causa cessat effectus' ['cessando a causa cessa o sofrimento'] e concluímos dessas observações que o processo determinante continua a atuar de uma maneira ou de outra durante anos — não indiretamente, através de uma corrente de elos causais intermediários, mas como uma causa diretamente liberadora — da mesma forma que um sofrimento psíquico que é recordado no estado de vigília ainda provoca uma secreção lacrimal muito após o fato. Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências." (FREUD, 1893, p. 48)

Para explicar a sobrevivência dessas lembranças, que parecem não estar sujeitas a um desgaste ou esvaecimento, Freud e Breuer sustentam que "um corpo estranho" opera incessantemente como causa estimulante da doença até que o sujeito se liberte dele ou, em outros termos, "os pacientes histéricos sofrem de traumas psíquicos incompletamente ab-reagidos". (IBID., p. 47;50)

À guisa de exemplo, Freud menciona o caso da mãe de uma criança adoentada que, quando o filho adormeceu, concentrou toda a sua força de vontade em manter-se imóvel a fim de não acordá-la. Por causa disso, produziu um ruído estalejante com a língua (um exemplo de contra-vontade histérica) que se repetiu numa ocasião subsequente, na qual ela desejava manter-se perfeitamente imóvel. Daí surgiu "um tique que, sob a forma de um estalido com a língua, ocorreu durante um período de muitos anos sempre que se sentia excitada". (IBID., p. 45)

Para os autores da "Comunicação Preliminar", o trauma psíquico (a doença do filho) — ou mais precisamente a lembrança do trauma — atua como um corpo estranho que, mesmo muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente provocador, pois ainda se acha em ação. (IBID., p. 46) Freud, que nos idos de 1893 está apresentando a sua terapêutica ao mundo científico, sugere então que "o processo psíquico que originalmente ocorreu deve ser levado de volta ao seu *status nascendi* e então receber expressão verbal." (IBID., p.47) Portanto, é

preciso que o sujeito evoque a lembrança do fato (a doença do filho) que provocou o sintoma (o estalido com a língua) e desperte a emoção que o acompanhou, traduzindo-a em palavras.

Para o psicanalista dos *Estudos sobre a Histeria*, se a reação foi reprimida, a emoção permanece vinculada à lembrança e, nesse sentido, ab-reagir, isto é, reagir posteriormente, pode implicar em ir "das lágrimas a atos de vingança". (IBID., p. 48). Todavia, continua ele, "a linguagem serve de substituto para a ação, [...] falar é por si mesmo o reflexo adequado, quando, por ex., essa fala corresponde a um lamento ou a enunciação de um segredo atormentador, por ex., uma confissão." (IBID.) Ele observa que a linguagem reconhece a distinção entre uma ofensa que foi revivida, até mesmo por meio de palavras, e aquela que teve que ser aceita. Curiosamente, ele destaca o fato de que o uso lingüístico descreve uma injúria que foi sofrida em silêncio como "uma mortificação" (*Kränkung*), termo que, em alemão, se presta a um jogo significativa com o "fazendo adoecer". (IBID., p. 49)

Essas manifestações levam Freud (1893) a postular que a divisão da consciência, tão marcante nos casos clássicos conhecidos sob a forma de *double conscience*, encontram-se presente num grau rudimentar na histeria. (IBID., p. 53) Assim, "um grave trauma (tal como ocorre na neurose traumática) ou uma supressão laboriosa (como de uma emoção sexual, por ex.) pode ocasionar uma separação de grupos de idéias mesmo em pessoas que são, sob outros aspectos, não afetadas; e isso seria o mecanismo da histeria psicologicamente adquirida." (IBID., p. 52) Em vista disso, o psicanalista conclui que, "se a lembrança do trauma psíquico deve ser considerada tão atuante quanto um agente contemporâneo, como um corpo estranho, muito depois da sua entrada forçosa, e se, não obstante, o paciente não tem nenhuma consciência de tais lembranças ou do surgimento delas — então devemos admitir que idéias inconscientes existem e são atuantes." (IBID., p. 276)

Freud mostra "os poderes da palavra". Se o esquecimento vai ganhar o estatuto de ato falho e fazer parte das formações do inconsciente, as reminiscências parecem ter nesse momento estatuto semelhante uma vez que são determinadas de modo inconsciente: — o sintoma não surge ligado a impressões recentes, mas em conexão com lembranças das mesmas. (IBID., p. 218) O que se atesta aí, digamos, agora em uma linguagem lacaniana, não é senão a divisão do sujeito. Existe um 'não saber' em jogo e ele divide o sujeito. Existe, além disso, uma descontinuidade psíquica e temporal da causa ao efeito, isto é, há uma hiância entre S1 (o trauma ou a emoção sexual) e S2 (a lembrança) de tal modo que é a retroação de S2 sobre S1 que faz com que S1 sofra o efeito de recalçamento. Em outros termos: o esquema da significação em geral, no qual só ao final do discurso pode-se perceber o que ele visava desde o início e da temporalidade do sintoma histórico é aquele do a posteriori (VINCIGUERRA, 1994, p. 47-48).

A afirmação de que "os históricos sofrem de reminiscências" é reescrita na seqüência da teoria freudiana nos trabalhos sobre *A Interpretação de Sonhos* e sobre a Metapsicologia (principalmente no texto "O inconsciente"). Pode-se supor que a concepção do desejo como indestrutível levou Freud à conclusão de que o inconsciente ignora o tempo. No entanto, cabe indagar e, até mesmo, colocar a trabalho a possibilidade do sujeito livrar-se dessa atemporalidade do inconsciente, uma vez que as reminiscências, assim sustentadas, abrem caminho para a repetição. Em vista disso, deparamo-nos com a questão: seria a histórica capaz de esquecer-se desse pai, até então inesquecível?

SEGUNDA VERSÃO DO PAI : PECADOR

Dora: “Sou filha de meu pai. Tenho um catarro , exatamente como ele. Ele me fez ficar doente, como fez também a Mamãe. É por causa dele que tenho essas paixões selvagens, que são punidas pela doença.” (FREUD, 1905[1901], p. 79-80)

Lacan: “O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a da lei — mas a herança do pai é aquilo que nos designa Kierkegaard, é seu pecado”. (LACAN, 1964, p. 38)

Retomemos o caso de nossa ‘histérica que sofre de reminiscências’. Em uma sessão surgem na série associativa os significantes “chave” e “tempo”, significantes que a levaram a perceber que “a chave estava no tempo”. Essa sessão concluiu-se aí, e na seguinte, ela trouxe o que foi uma cena constante na sua infância e adolescência: as bebedeiras do pai. Calculava-se o tempo que ele gastava bebendo, porque, depois, ele apagava e quando acordava, antes que bebesse de novo, era terrível; caso se entrava em casa neste preciso momento, corria-se o risco de levar um rádio na cabeça ou qualquer outra coisa. Ele atirava o que estivesse a seu alcance. Tudo girava, pois em torno desse tempo paterno, tempo de tensão e distensão da satisfação pulsional trazida pelo objeto oral presentificado pela bebida. A questão era a de saber “qual a boa hora de chegar em casa?” e, caso se chegasse antes, era preciso ter o cuidado de ficar na garagem, ou mesmo pelas escadas e corredores, de modo a respeitar o tempo das bebedeiras paternas. O “Outro tempo” leva, portanto, a esse tempo do Outro, do Outro Paterno. Encontramos aí a histérica e seu Outro, seu Outro cujo desejo ela sustenta por procuração, chegando até mesmo, em um certo tempo de sua vida, a beber em demasia. A própria liberdade para ficar com o antigo “namorado” teria sido favorecida pela bebida.

Se é verdade que o inconsciente freudiano ignora o tempo, não se pode dizer o mesmo em relação à pulsão. “Os textos de Freud sobre a pulsão não são homogêneos àqueles sobre o inconsciente, no que tange à questão do tempo. Freud não diz que a pulsão está fora do tempo, mas que ela implica um tempo de tensão e, em decorrência, um tempo de distensão — tensão e distensão da satisfação pulsional” (SOLER, s/d, s/p).

Quanto à pulsão é interessante dizer, com Lacan, que Freud nos introduz a ela “fazendo uso a todo momento dos recursos de língua, e não hesitando em se fundar em algo que só tem pertinência a certos sistemas lingüísticos, as três vias, ativas, passivas, e reflexivas”.(LACAN, 1964, p. 168) Por conseguinte, podemos concluir que o tempo pulsional é o tempo da gramática, o que nos leva a falar em uma gramática pulsional. A conjugação desses tempos gramaticais possibilita ao sujeito construir uma resposta sobre o objeto que ele é no desejo do Outro. Assim, “se onde estava o significante advém a castração, onde estava o ser uma parte de saber advém” (SOLER, s/d, s/p)¹.

Em uma referência a esses tempos pulsionais —ativo, passivo, reflexivo— poderíamos dizer, sorver, ser sorvido, se fazer sorver, numa referência à pulsão oral desse pai que sabia se fazer intragável. Estão em jogo aí não apenas o sujeito dividido e sintomatizado (S/), não apenas o simbólico através do qual o sujeito recebe a sua mensagem de modo invertido e no *a posteriori*, mas também o objeto a em sua vertente mais-de-gozar. Pelo que tudo indica, ele se apresenta aí através do objeto oral, mais-de-gozar desse pai alcoólatra que dá as coordenadas temporais da vida e do desejo dessa família e que faz com que sua filha fique absorvida pelas suas reminiscências.

Jacques Alain-Miller, em suas conferências sobre *A erótica do tempo*, afirma que:

“o sujeito dividido é um efeito do significante absolutamente dócil às cadeias sucessivas de significantes, [portanto, à temporalidade], enquanto o objeto 'a' é um produto, um resto e, como tal, manifesta, encarna a inércia do gozo. É ao objeto *a* que podemos atribuir os fenômenos de desaceleração do tempo e, correlativamente, a inversão desses fenômenos em aceleração.” Assim, “o objeto *a* é o fator que desregula o desenrolar uniforme do tempo. O sujeito barrado não desregula o tempo, ele desregula o pensamento.” (MILLER, 2000, p. 67)

Se, ainda nos termos de Miller, a afirmação psicanalítica de que o inconsciente não conhece o tempo “se inscreve no esforço freudiano para demonstrar que o inconsciente é um ser real” (IBID., p.28), podemos finalizar dizendo tratar-se para essa analisante de perlaborar essa atemporalidade, através da qual ela sustenta o amor ao pai e um passado de excesso, de excesso pulsional como alvo passivo. Nesse sentido, parece oportuna a idéia de que o sujeito histórico possa tomar a herança paterna e fazer com ela qualquer coisa de próprio.

NOTA

1. Lacan falará posteriormente em 'lógica' e não em 'gramática' do fantasma. Poderíamos interrogar então como articular o tempo e a lógica do fantasma. Temos aí uma questão para uma investigação posterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____ (1893) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. Estudos sobre a histeria. v. II;

_____ (1893) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência. v. III;

_____ (1900) Um sonho é a realização de um desejo. V.IV;

_____ (1905 [1901]) Fragmento da análise de um caso de histeria. V. VII;

_____ (1915) O inconsciente. V.XIV.

LACAN, J. (1964) **O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

MILLER, Jacques-Alain (2000). **A erótica do tempo**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise.

SOLER, C. **O tempo em análise**. Conferência pronunciada na Biblioteca Freudiana Brasileira. São Paulo. Inédita.

VINCIGUERRA, Rose Paule. **Le temps propres à l'hystérie chez Freud**. Le temps fait symptôme. La Cause Freudienne, Revue de Psychanalyse. Paris: Navarin Editeur, 1994.

Texto recebido em: 03/10/2006.

Aprovado em: 23/01/2007.

ASSUNTOS DE FAMÍLIAS NO INCONSCIENTE¹

Jacques Alain Miller²

Psicanalista da École de La Cause Freudienne
Fundador da Associação Mundial de Psicanálise
Diretor do Departamento de Psicanálise/Paris VIII

jam@lacanian.net

Resumo

A família foi, na China, durante séculos, o princípio ordenador do universo, como se ela apresentasse uma hierarquia natural, fundasse uma harmonia universal. O que nós poderíamos dizer, hoje, desta definição da família? Que ela tem origem no casamento? Não, a família tem origem no mal-entendido, no desencontro, na decepção, no abuso sexual ou no crime. Que ela seja formada pelo marido, pela esposa e suas crianças, etc..? Não, a família é formada pelo Nome-do-Pai, pelo desejo da mãe e pelo objeto a. Que eles são unidos por laços legais, por direitos, por deveres e etc...? Não, a família é essencialmente unida por um segredo, ela é unida pelo não dito. Qual é o segredo? Qual é esse não dito? É um desejo não dito, é sempre um segredo sobre o gozo; de que gozam o pai e a mãe?

Palavras chave: família, segredo, Nome do pai, desejo da mãe, objetos a

FAMILY MATTERS IN THE UNCONSCIOUS

Abstract:

For centuries in China, family used to be the center of the universe as if it presented a natural hierarchy, as if it founded a universal harmony. What could we say today of this definition of family? Would marriage be its origin? No, family has its origin in misunderstanding, misdirection, disappointment, sexual abuse or in crime. Is it comprised of husband, wife and their kids, etc? No, family is composed of the Name of the Father, the Desire of the Mother and by the 'a' objects. Are they bound by legal ties, by rights, by duties, etc? No, family is essentially united by a secret, by the unsaid. What is the secret? What is this unsaid? It is an unspoken desire. It is always a secret about the joy of mother and father.

Keywords: family, Name of the father, desire of the mother, the object a.

A família foi, na China, durante séculos, o princípio ordenador do universo, como se ela apresentasse uma hierarquia natural, fundasse uma harmonia universal. O pai como chefe e a mãe ao seu lado: tal é o modelo de ordem universal regendo o laço social, mas também o movimento dos planetas – o que reenvia a família - no extremo, do lado da natureza. Pensar a família como estando ao lado da natureza é uma tentação, uma vez que entre os animais, este tipo de laço existe (não entre os insetos que se apresentam a nós, muito mais como uma metonímia da sociedade), mas em outras espécies. Há sempre a tentação de fundar a família sobre a reprodução.

É possível que hoje, no discurso da ciência se possa dar o matema da reprodução, dar uma fórmula significativa. Isso torna ainda mais necessário o estabelecimento de uma descontinuidade entre os modos de reprodução e a família, e explica também aquilo que nós chamamos de "dimensão histórica da família", que não foi sempre tal como nós a conhecemos hoje: no decorrer do tempo, foram inventados diferentes modelos de família, o que nos permite estabelecer esta descontinuidade entre a natureza e a família.

Família, Santa Família

O traço de gênio do cristianismo, tão distante da crença chinesa, foi ter elevado a família ao divino, ao ponto que falamos de Santa Família. A psicanálise, como o cristianismo, é também solidária da família. Lacan diz que a psicanálise participa da ideologia edipiana, que não é uma subversão da família. Ao contrário, os analistas pensavam, de certo modo, em consolidar a família e os valores exaltados pela psicanálise até Lacan, eram os valores familiares. Os judeus mergulhavam aí as raízes tão profundas que os analistas norte-americanos pensavam que, ao final de sua análise, o analista deveria ser casado e fiel; essas eram para eles as condições para o fim da análise.

A psicanálise, na versão popular, praticou uma espécie de deciframento da vida a partir da família, como se não reencontrássemos na vida senão diferentes metonímias do pai, da mãe, dos irmãos e das irmãs. A psicanálise contribuiu para esta familiarização do mundo, como se ela tivesse se deixado absorver pela neurose.

Há sempre alguma coisa a resolver nos laços de família, como se houvesse aí alguma coisa a ser compreendida, como se aí residisse sempre um problema não resolvido cuja solução deve ser buscada em alguma coisa que a família tem escondida. Segundo Lévi-Strauss, a família é um grupo social que apresenta três características ao menos: ela tem origem no casamento, ela é formada pelo marido, pela esposa, e pelas crianças nascidas dessa união, e ainda mais alguns membros. Seus membros são unidos pelos laços legais, de direitos e pelas interdições sexuais.

O que nós poderíamos dizer, hoje, dessa definição da família? Que ela tem origem no casamento? Não, a família tem origem no mal-entendido, no desencontro, na decepção, no abuso sexual ou no crime. Que ela seja formada pelo marido, pela esposa e suas crianças, etc.? Não, a família é formada pelo Nome-do-Pai, pelo desejo da mãe e pelo objeto *a*. Que eles são unidos por laços legais, por direitos, por deveres e etc.? Não, a família é essencialmente unida por um segredo, ela é unida pelo não dito. Qual é o segredo? Qual é esse não dito? É um desejo não dito, é sempre um segredo sobre o gozo; de que gozam o pai e a mãe?

É por essa via que o falo se introduz na família, que é seu deus mais essencial. É por isso que na China existe o culto dos ancestrais, aqueles que estão mortos – que cessaram de gozar – a fim de não perturbar a harmonia da família. Para o neurótico, há sempre alguma coisa incrível no laço sexual entre o pai e a mãe. Que significa o Édipo senão que eles não gozam daquilo que deveriam gozar?

E se o gozo da mãe não foi interdito para o menino, ele ficará toda a sua vida envolvido nesse gozo. Compreendemos bem porque o cristianismo inventou a Santa Família, pois é preciso nada menos que Deus para normalizar, normatizar, o gozo materno. O princípio de unidade, da Santa Família do inconsciente, é o segredo.

A família encarnada

Lacan aporta algo fundamental ao ligar o tema da família com a língua para explicar racionalmente o segredo da família. O ponto de partida é que a língua falada por cada um é um assunto de família e que a família no inconsciente é, primordialmente, o lugar onde aprendemos a língua materna. É por isso que o lugar da família está ligado à língua que falamos, quero dizer, que falar, falar numa língua já é dar testemunho de um laço com a família. É por isso que é desejável fazer uma análise na sua língua materna. É possível fazer uma análise numa outra língua, mas alguma coisa então se perde, embora outra coisa possa ser recuperada, pois quando alguém faz uma análise numa outra língua se efetua uma desfamiliarização. Com efeito, nossa própria língua, que nós falamos, é sempre a língua que alguém falava antes de nós. Logo, se a família é uma "encarnação", ela é uma encarnação daquilo que Lacan chama de lugar do Outro. Em psicanálise, o lugar do Outro se encarna na figura da família.

Eu disse que a língua não se "aprende" no sentido pedagógico de aprendizagem; nascemos na língua, no mundo da língua, aquela que nós falamos, e é nisso que a metapsicologia freudiana encontra seus verdadeiros fundamentos. Lacan procurou um fundamento biológico para a falta-a-ser, mostrando que o ser humano nasce inacabado, mais inacabado que qualquer outro animal, pois, para satisfazer suas necessidades, lhe é preciso o cuidado do outro. Os animais também têm necessidade dos cuidados do outro quando são pequenos, mas o que especifica o humano é que ele chama o Outro, que ele transforma em gritos os apelos, de modo que os primeiros gritos da criança são já balbucios, com escansões nos sons que variam de uma língua para a outra; muito rápido, aquilo que dizem as crianças – o balbucio, os barulhos – se distingue segundo a língua em que se banharam.

A família, lugar da demanda

Podemos dizer que a família se instala no inconsciente do neurótico porque ela é o lugar onde o sujeito experimentou o perigo. A família, com efeito, é o lugar do Outro da língua, logo, é o lugar do Outro da demanda. A demanda deve passar pela língua - com os efeitos traumáticos que se produzem sobre as necessidades do ser humano – pois, ao passar pela demanda, se produz um desvio das necessidades que serão, então, marcadas por uma falta. É o que Lacan isola nas primeiras anotações de seu texto dos anos trinta "Os complexos familiares". No segundo parágrafo, ele comenta a economia paradoxal dos instintos na família, que ele centra justamente sobre o fato que os instintos são, na espécie humana, tributários de modificações paradoxais das necessidades. Nesta época, ele afirmava que, no quadro da família humana, pode-se observar que as instâncias culturais dominam as instâncias naturais. O que é uma maneira de dizer que, no homem, a língua, por meio do significante, domina tudo aquilo que é natural e que é o que se passa na família humana.

Nesse desvio, seus efeitos traumáticos, são essencialmente o fruto da produção de um resto, aquilo que não se pode demandar. A incidência da demanda sobre a necessidade é a produção de alguma coisa que não podemos demandar porque não podemos dizê-la, de sorte que a consequência da demanda é dupla: o desejo e a pulsão, para chamá-las pelo seu nome em psicanálise. O desejo é a parte implícita do significado veiculada pela demanda, é a parte latente, escondida; o desejo é a parte que podemos interpretar naquilo que foi dito. A pulsão é a parte não interpretável do dito, é como uma doença da necessidade natural: aquilo que nós chamamos de objeto pulsional é objeto de uma necessidade não natural que se manifesta com insistência, mas que não conhece um ciclo de satisfação que lhe permita chegar ao fim. Na satisfação freudiana, a pulsão é constante, ela não conhece o ciclo, e Freud a define como eterna.

No espaço da família, o sujeito faz a experiência da demanda, do poder como poder de sim ou não, ele faz sua primeira experiência de reconhecimento da fala. É também nesse espaço que o sujeito começa a decifrar o desejo – ele me diz isso, mas o que ele quer em me dizendo isso? –, que é a questão sobre o desejo do Outro, questão que nasce primordialmente no espaço da família. Por essa razão, ela é um lugar inesgotável de interpretação, pois cada família tem um ponto de "não se fala disso", não existe família sem esse ponto; isso pode ser o tabu do sexo ou falar da falta de um ancestral. No centro dos assuntos de família encontram-se sempre coisas proibidas.

Bem entendido, há primeiramente o tabu do incesto. É a razão pela qual a família como lugar do Outro da língua, é também o lugar do Outro da lei. Se vocês não compreendem o que é o lugar do Outro em Lacan, pensem a família como encarnação de um espaço onde o gozo supremo – que é, para os dois sexos, gozar da mãe - é proibido; ela é interditada, eis porque podemos dizer que o lugar do Outro, segundo Lacan, é a metáfora da família.

O conto familiar

A família é um mito que dá forma épica àquilo que opera a partir da estrutura, e as histórias de família são sempre o conto que diz como o gozo que o sujeito merecia, que ele tinha direito, lhe foi subtraído. É por isso que podemos dizer que alguma coisa não é sadia no gosto pela família e, como dizia André Gide: "Famílias, eu vos odeio" – mas é bem entendido o grito de um perverso e de sua rebelião contra a família enquanto ela propõe gozar da castração. Na família, o gozo é interditado e um gozo substituto é proposto: gozar da castração, quer dizer, gozar do roubo da castração. Quando o paciente fala da família, ele fala do reencontro com o gozo, da perda do gozo, daquele que o substitui; foi assim que pudemos pensar na fórmula de cada sujeito a partir de suas relações de família. Essas fórmulas traduzem, com efeito, o modo pelo qual o gozo foi perdido e como um outro veio substituí-lo.

Lacan escreveu isso como metáfora paterna: a relação do pai ladrão com o desejo da mãe. A metáfora paterna é como a encarnação da substituição da natureza pela cultura; essa metáfora é realizada pela língua, ela própria, pois pelo fato de falar, a metáfora paterna encarna a substituição da necessidade pelo significante. Assim, porque o ser humano deve fazer passar a necessidade pela palavra, isso implica que a suposta metáfora paterna cumpre-se por meio do fato de aguardar o que dirá o outro para satisfazer a necessidade; é nesse momento de substituição da necessidade pelo significante que nasce o fenômeno de desvio que se chama pulsão.

Traduzido por Tania Coelho dos Santos.

NOTAS:

1. Extraído originalmente da conferência de encerramento da I Jornada de Psicanálise, Valência, Espanha, mai / 1993. A versão em português baseou-se no texto traduzido para o francês, por Anne Goalabré, publicado na Revista **Lettre Mensuelle**, n. 250, jul-ago / 2006.
2. Esse artigo foi traduzido e publicado com o amável consentimento do autor.

A PASSAGEM AO ATO NOS ADOLESCENTES¹

Philippe Lacadée

Psiquiatra
Psicanalista
Membro da École de la Cause Freudienne

dlacadee@wanadoo.fr

Resumo

A adolescência é efetivamente um momento difícil, na medida em que o sujeito deve separar-se da autoridade parental, o que é ao mesmo tempo o momento mais necessário, mas também, o mais doloroso de seu desenvolvimento. A metamorfose da puberdade é um momento de transição que não vai se dar, talvez, sem correr riscos. Alguns adolescentes, em nome da “verdadeira vida”, são impulsionados a correr riscos frequentemente vitais, sem nenhuma consciência do perigo iminente. Chamamos esses comportamentos de risco de novos sintomas.

Palavras-chave: adolescência, passagens ao ato, comportamentos de risco, novos sintomas

THE PASSAGE INTO ACTION IN ADOLESCENTS

Abstract

Adolescence is in effect a difficult phase as the subject must separate themselves from parental authority which is at the same time the most necessary moment but also the most painful in their development. The transformation on by puberty is a transition moment which will not take place without risks. Some teenagers, in the name of 'true life', are led to take risks that are often vital, unknowingly of the imminent danger. These behaviors are called risk of new symptoms.

Keywords: Adolescence, taking action, risk behaviors, new symptoms.

Jacques Munier – Os comportamentos de risco dos adolescentes são habitualmente abordados sob o ângulo sociológico, se nos referirmos particularmente aos trabalhos de David Lebreton, mas muito pouco a partir da dialética sutil da construção da personalidade. Neste período, por natureza de grande fragilidade, a

auto-afirmação, sobretudo num meio social hostil, onde há alguns anos acontecem explosões regulares de violência e uma taxa elevada, o que parece ser inevitável, de suicídio de jovens deveria, contudo, incitar-nos a pousar o olhar sobre estas realidades menos visíveis, mais íntimas e no entanto, decisivas na formação do sujeito. Este é o campo de investigação de vocês enquanto psicanalistas.

Philippe Lacadée - A adolescência é efetivamente um momento difícil, na medida em que o sujeito deve separar-se, como dizia Freud (1973. p. 157), da autoridade parental, o que é ao mesmo tempo o momento mais necessário, mas também, o mais doloroso de seu desenvolvimento.

Por outro lado, mais do que de crise da adolescência, nós preferimos falar “da mais delicada das transições”, fazendo referência ao poeta Victor Hugo. A metamorfose da puberdade (FREUD, 1987. p. 141) é um momento de transição que não vai se dar, talvez, sem correr riscos. Mas, Freud já se interrogava sobre o que seria uma vida que não comportasse correr riscos (ID., 1975).

Alguns adolescentes se apóiam, sem o saber, neste formidável sintagma do poeta Arthur Rimbaud (1991. p. 422), “a verdadeira vida”, e o que, em seu nome, os impulsiona a correr riscos freqüentemente vitais, sem nenhuma consciência do perigo iminente. Os comportamentos de risco interessam muito aos sociólogos, particularmente, a David Lebreton (2002), que apresenta esses comportamentos sob a forma de uma nova modalidade de existência moderna. Ele não fala de novos sintomas porque não há aqui, para ele, uma patologia, mas antes uma nova abordagem da existência e do que pode ser difícil nesta época de transição da adolescência. Com esta noção de comportamento de risco, podemos adicionar muitas coisas mais ou menos obscuras. Preferimos chamá-los de novos sintomas, sinais de uma nova clínica, que têm a ver com uma certa prática de ruptura, um curto-circuito da relação ao Outro. Mas, paradoxalmente, estes comportamentos de risco mantêm um certo endereçamento ao Outro. De que Outro se trata? É o que estamos tentando decifrar. Como e porque alguns adolescentes decidem prescindir do Outro, e podem até mesmo recusar o Outro em que, enquanto crianças, se apoiaram para, de um só golpe, colocarem suas vidas em jogo, sua “verdadeira vida”. Esta vida autêntica, aquela que justamente os jovens do subúrbio atribuem tanta importância, e que pode conduzi-los ao pior, ou também a uma solução, às vezes com impasses, para ter acesso a alguma coisa Outra. Então, quem é este Outro? Permanece um mistério a ser esclarecido.

J.M – A lista destes comportamentos de risco é, infelizmente, muito conhecida: a toxicomania, o alcoolismo, a velocidade nas estradas, as tentativas de suicídio, os transtornos alimentares, as fugas, e depois certamente os subúrbios. Parece-me que essas explosões de violência estão se tornando quase endêmicas.

P.L. – Baseando-nos na clínica analítica para decifrar uma parte não negligenciável destes comportamentos ditos de violência, o que chamamos de provocações linguageiras, que são por um lado inerentes a este momento de transição da adolescência. Façamo-nos a pergunta buscando saber por que, num dado momento, o adolescente não pode não fazer de outra forma senão deixar-se capturar por esta atração de um ato a ser efetuado, como se ele fosse mais autêntico do que as palavras. Podemos fazer referência à “Carta 46”, endereçada por Freud a Fliess: “O excedente sexual impede a tradução [em imagens verbais]” (1956. p. 145). Dito de outra forma, todo excedente de sensações, de tensões impede uma tradução em significantes, é o que diríamos com Lacan, onde Freud fala de imagens verbais.

Dessa forma, pode-se melhor apreender como, em alguns momentos, certos adolescentes podem confrontar-se com algo de novo: uma sensação, uma tensão

que surge justamente nesta época de delicada transição, caracterizada pelo fato de que eles não possuem palavras que possam traduzir o que lhes acontece no corpo ou em seus pensamentos. É daí que pode surgir a provocação linguageira, ou uma certa violência que se traduz através de um ato. Não se esqueçam de que provocação vem do latim *provocare*, que quer dizer chamar para lado de fora. A questão torna-se, desde então, a de saber que tipo de modalidade de resposta iremos oferecer a estes jovens que talvez utilizem esta cena, esta encenação, para poder dizer alguma coisa, quer seja no privado, pelo viés de um sintoma, ou no espaço público, através de uma conduta irruptiva, por vezes um tanto dramática.

J.M – Eis aqui justamente, um extrato retirado da obra de Freud, Resultados, idéias, problemas, especialmente com a resposta dada ao advogado de defesa de um pedagogo que não queria deixar pesar sobre a escola uma acusação injustificada, instituição que lhe era muito cara: “Se os suicidas da juventude não dizem respeito somente aos secundaristas, mas igualmente aos aprendizes, entre outros, esta circunstância em si não inocenta o liceu: talvez seja exigida a interpretação de que o liceu serve aos seus egressos de substituto dos traumatismos que outros adolescentes encontram em outras condições de vida. Porém, o liceu deve fazer mais do que não incentivar os jovens ao suicídio; deve propiciar-lhes o desejo de viver e oferecer-lhes amparo e ponto de apoio em uma época de suas vidas onde eles são afetados pelas condições de seu desenvolvimento, afrouxar a sua relação na casa parental e com a sua família. Parece-me incontestável que a escola não o faça, e que em muitas situações ela fique aquém da sua tarefa: oferecer um substituto para a família é despertar o interesse pela vida em outro lugar, no mundo. Aqui não é o lugar para se criticar o liceu em sua organização atual. Talvez me seja permitido destacar, contudo, um só fator. A escola não deve esquecer-se jamais de que tem se ocupar de indivíduos ainda imaturos, aos quais não pode ser recusado o direito de demorar-se em certas fases, mesmo desagradáveis de desenvolvimento. Ela não deve reivindicar por sua conta, a inexorabilidade da vida, ela não deve querer ser mais do que um jogo de vida.” (FREUD, 1991, p. 131-132) Bela reflexão de Freud sobre a escola “não deve jamais esquecer que ela deve se ocupar de indivíduos ainda imaturos”. Eu penso que os professores estão conscientes. E vocês que trabalham num ambiente escolar?

P.L – Este texto de Freud é surpreendentemente atual. A questão da violência na escola, sobretudo no colégio, ocupa hoje em dia, mais do que nunca, uma posição de destaque. Freud é muito claro a este respeito: a escola: “não deve querer ser mais do que um jogo de vida”. Isto não quer dizer que seja necessário jogar na escola e nem por outro lado, que a aprendizagem deve ser um jogo. Não, trata-se, para ele, de que a escola não se esqueça de que deve introduzir o jogo na vida do espírito ao sujeito, para poder desempenhar o seu papel neste momento tão delicado, onde o adolescente deve se separar daquilo que até então ele acreditava, daquilo sobre o que ele apoiou-se para construir uma identidade. Quer dizer, separar-se de sua família, quando, aliás, existe uma. Da forma como os pais o desejaram e o acolheram, mas, sobretudo, da forma que o discurso se estabeleceu ao longo de sua educação, a fim de permitir-lhe alcançar sua dimensão subjetiva e uma certa imagem de si, onde ele pôde perceber o valor que tinha para seus pais. Num dado momento, “tarefa necessária, porém dolorosa”, segundo Freud, ele deve separar-se disto, e os professores têm um papel decisivo a desempenhar oferecendo-se como substitutos dos pais. É nos professores que muito freqüentemente as crianças percebem e calculam um ponto de onde se vêem diferentes do que eram como crianças. A escola pode introduzir este “jogo de vida”, de que nos fala Freud. Como grande clínico, Freud relembra que o sujeito tem o direito de demorar-se nesta fase desagradável do desenvolvimento, porque no fundo do ser humano existe uma região, que Lacan chamou de gozo, que faz com que às vezes o sujeito não queira necessariamente o seu próprio bem. Ele pode

também querer, conscientemente ou não, prejudicar-se. A clínica do ato suicida é, sem dúvida, aquela que ilustra melhor este paradoxo. Existiria para todo sujeito, por um lado, uma tensão entre o ideal do eu, que lhe diria como fazer com a sua vida e, por outro lado, esta região obscura que habita profundamente o ser e que diz respeito à sua parte pulsional. Esta mancha negra no coração do ser humano diz respeito a esta parte de sofrimento bizarro que faz, justamente, uma mancha em sua existência, e que é para a adolescência, surpreendentemente atual porque esta mancha corresponde a alguma coisa nova, que aparece com frequência e de forma contingente. O adolescente é parasitado pelas suas pulsões sexuais, que podem ocupar toda a cena de sua vida, e das quais ele pode ter vergonha. É isto que vem a ser a mancha negra no quadro de sua infância e, empurrando-o ao exílio, ou a um certo outro lugar que conduziu Rimbaud a equivocarse através das línguas, logo ele, que dizia querer encontrar *uma* língua. Eis em nome de que Freud reconhece o direito do jovem de demorar-se nesta fase desagradável do desenvolvimento. Vocês faziam referência à minha implicação nos meios sociais escolares: é uma implicação interdisciplinar no Centro Interdisciplinar sobre a Criança, O CIEN, criado com Jacques-Alain Miller e Judith Miller em 1996.² O CIEN permite que nós possamos trabalhar com parceiros de outras disciplinas. Não estamos mais forçosamente na época, como dizia Freud muito bem do mal estar na civilização, mas, sobretudo, numa época onde existem impasses. Parceiros de outras disciplinas se dizem igualmente confrontados por certos “comportamentos” dos adolescentes que colocam suas ações em xeque e mate: provocações linguageiras, gestos deslocados.

Porém, a clínica do ato, tal como Lacan nos ensinou, particularmente em seu seminário sobre a angústia (LACAN, 2004. p. 135.) onde ele distinguiu o *acting out* e a passagem ao ato, permite a decifração do que está em jogo neste momento específico. Lacan serve-se desta diferenciação para ler e interpretar o que estava realmente em jogo no caso de uma jovem paciente de Freud, uma adolescente homossexual, que se fazia notar pelas ruas de Viena na companhia de uma dama de má reputação. Para Freud, este estilo de comportamento estava destinado a alertar o seu pai. Esta cena, organizada por ela, talvez, sem o saber, foi concebida para efetivamente ser endereçada a este pai como mensagem indizível. Lacan lê este comportamento provocativo como um *acting out*. Em contrapartida, ele interpreta como uma passagem ao ato o suicídio da jovem que se segue ao olhar de desaprovação do pai, quando ele cruza com ela nas ruas de Viena. Imediatamente após este encontro, ela salta de uma ponte. Lacan faz uma diferença entre a passagem ao ato, que é uma retirada da cena do mundo, e o *acting out*, que se organiza, e talvez demanda que se possa dizer alguma coisa à criança ou ao adolescente.

Nas trocas interdisciplinares que nós temos - particularmente no colégio Pierre Sépard em Bobigny, onde trabalhamos com os professores – nós os ajudamos, quando utilizamos os conceitos provenientes da teoria psicanalítica, a tentar fazer diferenciações em “comportamentos” provocativos de um adolescente. Eu coloco aspas em “comportamento”, porque para nós, não se trata forçosamente de uma desordem do comportamento que seria produzido sem que ele tenha, como sujeito, a possibilidade de dizer alguma coisa. Os comportamentos são para serem lidos como um certo tipo de pantomima, como um texto que a criança agiria sem necessariamente saber. O professor pode ajudá-lo um pouco ao decifrar a parte de sofrimento que está incluída no comportamento, que o agita sem ele saber, este “sofrimento bizarro” a que se referia Rimbaud (1991, p. 185).

J.M. – Você citou Lacan, eu lhe proponho de fazer um retorno a Freud com esses discursos recentes de Danielle Rapoport:

Nós acolhemos um certo número de adolescentes que fizeram tentativas de suicídio. Frequentemente, a problemática subjacente à tentativa de suicídio é uma tentativa de separação mãe-filha, das relações de uma grande proximidade; a adolescente na ocasião de um conflito tenta finalmente se separar da mãe. A questão que vai se colocar vai ser de reintroduzir uma triangulação, e então a questão edipiana é bastante presente no nosso espírito e nós somos frequentemente levados a convocar, se não o pai real, de todo modo a figura paterna que vai ajudar neste processo de separação. E lá, Freud é presente cotidianamente, podemos dizer: isso tudo é Freud, o Édipo, o complexo de Édipo, as relações mãe-filha, pai-mãe-filha, mãe-filho, mesmo que haja menos garotos que fazem tentativas de suicídio, isso tudo é Freud.

Em maio de 2006, D. Rapoport, psicanalista, insiste, na ocasião do centésimo quinquagésimo aniversário do nascimento de Freud, no complexo de Édipo. Vivemos numa época onde constatamos um certo declínio da autoridade paterna que intervém com certeza na vida psíquica dos jovens.

P.L. – D. Rapoport utiliza uma palavra certamente importante – separação - a dificuldade de separação entre a mãe e a filha. Seguindo suas palavras, podemos pensar que poderia haver um suicídio por separação, ou para uma separação se produzir. Mas do que se trata de se separar a partir deste ato? Eis que se trata, para a jovem que passa ao ato através da tentativa de suicídio – que de todo modo sempre se deve levar a sério – de se separar da sua mãe, ou do pensamento que ela tem da sua mãe, ou do que ela pensa ser para a sua mãe? Não procura ela, assim, se separar do que ocupa a sua cabeça e de encontrar um outro pensamento, até mesmo um outro significante que lhe permitiria parecer diferente para ela mesma? Não se trataria nesse caso, para além deste ato, de encontrar uma tradução possível de seu sofrimento através de outra palavra que lhe permita, de repente, se perceber diferente, esse famoso “ponto de onde” ela se veria diferente, e que Lacan desenvolvia no seu Seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”? (1973, p. 132 e 211). Este “ponto de onde” é com certeza importante no momento do declínio do Édipo, já que o adolescente deve se apoiar na função do pai, que é uma função de ideal do eu. É como se o adolescente utilizasse este “ponto de onde” ele se veria amável e digno de ser amado para se sustentar na existência de outra maneira. Este ponto, utilizado a partir da função do ideal do eu, faz referência ao terceiro tempo do Édipo, onde o mais importante não é necessariamente o pai que diz não. Jacques-Alain Miller (2000), como Lacan no seu Seminário “As formações do inconsciente”, tinha indicado a importância do pai que diz sim, ao novo que surge na criança.

Assim, o adolescente traz em si alguma coisa de novo que Rimbaud (1991, p. 440) chamava nossos sofrimentos modernos. Aliás, o adolescente é sempre moderno; ele é moderno em relação às pulsões que agem nele, que se atualizam no que Freud nomeava “as metamorfoses da puberdade”. Porque aí, de repente, tem algo de novo que surge, e que pode ser a mãe que não quer, não pode acolher. Se nos apoiarmos no que dizia D. Rapoport, a mãe não pode aceitar. Ela queria que sua filha fosse sempre sua menina. Porém, a jovem encontra em si mesma algo de novo que ela quer que o Outro autentique, alguma coisa que ela quer que o Outro diga sim. Frequentemente este é um dos paradoxos do adolescente, ele mesmo não consegue autenticar para si, traduzir em palavras a angústia, a vergonha ou a solução radical de uma passagem ao ato. Na crise da educação datada em 1954, Hannah Arendt (1972) demonstra que os adultos não são responsáveis pelo mundo que eles oferecem a criança, no sentido que eles não sabem aceitar o elemento novo que a criança traz em si. A criança traz em si um elemento novo ao nascer, já que ela surge como algo que não existia antes dela. Mas ela traz também um elemento novo que surge para ela no momento da adolescência. Victor Hugo, numa

bela frase, descreve este momento como a mais delicada das transições, acrescentando que se trata “do início da mulher ao final de uma criança”.

J.M. – No livro que vai ser lançado e cujo título é *O despertar e o exílio*, você coloca um certo número de questões. Por que, por exemplo, se colocar em perigo nestas práticas de risco que evocávamos no início? Você respondeu em parte a esta questão. Você evocava neste instante, esta novidade constante que, finalmente, a criança é para si mesma, e você coloca no seu livro a questão: este corpo que muda, eu acrescento: o corpo que cresce, seria ele o lugar de uma identidade?

P.L. – O adolescente é antes de tudo surpreso pelo surgimento da dimensão do corpo. A psicanálise é certamente uma experiência de palavra, mas somente enquanto a palavra é suportada por um corpo. E, como dizia muito bem Lacan, um corpo, d’isso se goza. Na adolescência, o corpo é experimentado pelo sujeito de uma nova maneira, como testemunha, por exemplo, Robert Musil (1960), no *Les désarrois de l’élève Törless*, onde ele nos dá uma verdadeira lição clínica sobre a adolescência e as passagens ao ato. Ele descreve como, para o aluno Törless, “um elemento sexual se insinuava assim, inesperadamente, sem relação com os pensamentos” (Id., p. 31.). De repente, escutando um colega falar de seu pai, o aluno Törless, inicialmente surpreso pela bizarria deste pai, pensa que seu próprio pai é também um pouco bizarro. Ele se sente, então, intrigado pelos movimentos das mãos de seu colega, mas certamente pelo que ele sente de maneira contingente no nível do seu corpo, uma fricção de gozo sem sentido que o mergulha no maior do desespero. Isso demonstra bem que o corpo é o lugar de experimentação de gozo. Esta fricção constitui um acontecimento no corpo que não pode se traduzir em palavras. Então lhe vem, como uma solução, a idéia de blasfemar e insultar seu pai, mas isso fica incluído no seu pensamento, no recalque.

Em contrapartida, nos nossos dias quando certos jovens pensam no insulto, eles o vivem como verdadeiro, já que eles o pensam. Eles o sustentam, então, como autêntico e o proferem sem contenção. Vocês compreendem que graças à Musil, a lógica do insulto ilustra maravilhosamente este momento de desespero, próprio ao adolescente, que visa o corpo, na medida em que seu gozo enoda, ou não, as palavras. O termo desespero que não está aí por acaso, vem do antigo francês “*désarroyé*”, que quer dizer sem o Outro. Eis o momento, tão singular, onde o adolescente tem dificuldade para traduzir em palavras o excesso de sensualidade. A psicanálise é uma chance para os adolescentes. Dizemos que eles não falam, isso não é verdade. Basta saber aproximar-se deles um pouco, ganhar sua confiança para perceber que eles têm muitas coisas a dizer com a condição que saibamos ouvir aquilo que os perturba. Eles são muito sensíveis a esta escuta.

J.M. – Da psicanálise como uma via possível para abordar a arte do insulto nos adolescentes como uma palavra. Você desejou, Philippe Lacadée, que ouvíssemos um poema das *Iluminações* já que você citou Arthur Rimbaud. No seu livro, “O despertar e o exílio”, você tinha, aliás, numerosas referências literárias. Eis então “Vagabundos” (RIMBAUD, 1991, p. 349) um texto das *Iluminações*: “Lastimável irmão! Quantas vigílias atroztes eu lhe devo! Eu não me entregava com fervor a este negócio. Caçoava de sua doença. Por minha culpa voltaríamos ao exílio, à escravidão. Ele me achava um pé frio, e de uma inocência bizarra demais, adicionava razões inquietantes. Eu respondia rindo deste doutor satânico, e acabava saindo pela janela. Eu criava, mais além do campo atravessado por bandas de música rara, os fantasmas do futuro luxo noturno. Depois dessa distração ligeiramente higiênica, me deitava numa esteira. E quase, toda noite, assim que dormia, o pobre irmão se levantava, a boca podre, olhos esbugalhados, - como ele se sonhava! – e me arrastava pela sala, uivando seu sonho de mágoa idiota. Eu

tinha prometido, de fato, do fundo do coração, recuperar seu estado primitivo de filho de sol, - e vadiávamos, alimentados pelo vinho das cavernas e pelo biscoito do caminho, eu com pressa de encontrar o lugar e a fórmula.”

Rimbaud, portanto, uma figura simbólica da modernidade afetado pela sua juventude.

P.L. – A última frase deste poema, “eu com pressa de encontrar o lugar e a fórmula”, me parece paradigmático disto que está em jogo neste momento da adolescência. Pelo quê o sujeito é pressionado? Ele é pressionado pela pulsão, quer dizer, por alguma coisa que se agita nele, que o agita e mesmo o age. Isso o empurra no sentido de encontrar “o lugar da fórmula” onde ele poderá dizer alguma coisa, para agarrar a fórmula de sua existência. Rimbaud fala do errar. A fuga e a errância são importantes durante a adolescência. Lacan, ele próprio, faz referência à errância e observa que ela tem mais a ver com a etimologia *d’iterare* (LACAN, 1973-74, aula de 13/11/1973), que não quer dizer forçosamente viajar, tal como todo mundo havia entendido, e sim repetir. O sujeito, por meio de sua fuga e na sua errância, repete alguma coisa da ordem do gozo sem sentido. Não chegando a encontrar a fórmula, a palavra que lhe permitiria se separar do pensamento que captura sua mente, a solução de partir, de andar, se oferece a ele, às vezes sem objetivo, em busca da “verdadeira vida”. O príncipe do adolescente – como o qualifica Michelle Perrot (1994, p. 22.) – dizia ainda: “Eu tive que viajar para distrair os pensamentos reunidos do meu cérebro” (RIMBAUD, 1991, p. 435), designando assim aquilo que o conduziu à errância e à uma certa provocação. Mas ele acrescenta: “É falso dizer: Eu penso, deveria dizer, sou pensado” (Rimbaud 1871, op. cit., p. 183.), descrevendo como um pensamento pode se impor na cabeça de um jovem, e como, para se separar, o sujeito pode ser obrigado a passar ao ato. É por isso que é necessário oferecer aos adolescentes lugares de conversação, onde eles possam agarrar uma nova palavra que lhes permita, enfim, traduzir suas sensações e dizer sobre esta delicada transição. Aliás, a transição é antes de tudo para nós uma figura retórica que permite passar de uma palavra à outra. Passando de uma palavra à outra, você chega enfim a se separar do que prendia sua cabeça, deste pensamento que poderia cortá-lo do Outro e que produziria este estranho sofrimento. Quer dizer que você se separa do valor de gozo a que estava incluso e ao qual, de maneira paradoxal, você poderia estar ligado. Este pensamento pode enquadrar um adolescente no desespero, fazendo-o ruminar totalmente sozinho no seu exílio. De repente, por exemplo, durante uma sessão de psicanálise, é possível que ele possa entregar a esta tarefa do bem dizer do seu ser, o que era uma mancha negra para ele. Sublinhamos ainda a importância que Rimbaud concede neste poema à janela, porque os adolescentes pensam frequentemente que a “verdadeira vida” é em outro lugar. Por meio da janela, Rimbaud situa este famoso “ponto de onde” ele se vê errando no campo, escapando a este “doutor satânico” que sua mãe, sempre angustiada, chamava ao menor problema de saúde de seu filho. Ele chamava sua mãe “a boca de sombra” (RIMBAUD, 1871, p. 340), e compreendemos que é pela janela que ele agarrava a luz que faltava na sua “verdadeira vida”. Esta busca do Outro, este lugar onde ele procura a fórmula da sua vida o conduz a se projetar em outro lugar, a encontrar este famoso “ponto de onde” ele se veria em outro lugar para não ficar preso nesta mancha de sombra que sua mãe poderia encarnar.

Tradução: Kátia Danemberg e Simone Bianchi

NOTAS

1. Este texto foi publicado originalmente em: **La Cause freudienne: Nouvelle Revue de Psychanalyse**. Paris: Navarin Editeur, n. 65, p. 219-226
2. N.R.: O CIEN é um laboratório de pesquisa interdisciplinar e pertence o Instituto do Campo Freudiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. **Crise de l'éducation, crise de la culture**. Paris: Gallimard, 1972.
- FREUD, S. Le roman familial des névroses. In: **Névrose, psychose e perversion**. Paris: Puf., 1973.
- _____. Les métamorfoses de la puberté. In: **Trois essais sur la théorie sexuelle**. Paris: Gallimard, 1987.
- _____. **Essais de psychanalyse**. Paris: Payot, 1975.
- _____. **La naissance de la psychanalyse**. Puf., 1956.
- _____. Pour introduire la dimension sur le suicide. In: **Résultats, idées, problèmes**. Paris: Puf., 1991.
- LACAN, J. **Le séminaire. Livre X: L'angoisse**. Paris: Le seuil, 2004.
- _____. **Le séminaire. Livre XI: Les quatre concepts fondamentaux da la psychanalyse**. Paris: Le seuil, 1973.
- _____. (1973-74) **Le séminaire. Livre XXI: Les non-dupes errent**. Aula do dia 13/11/1973
- LEBRETON, D. **Conduites à risques**. Paris: Puf., 2002.
- MILLER, J.-A. **Du nouveau! Introduction à la lecture du séminaire V de Jacques Lacan**. Collection rue Huysmans. Paris: Navarin diffusion Seuil, 2000.
- MUSIL, R. **Les desarrois de l'élève Törless**. Paris: Le seuil, 1960.
- PERROT, M. Le chevalier errant comme figure valorisant de l'errance. In: **Adolescente, errances**. Paris: Bayard, n. 23, 1994.
- RIMBAUD, A. Une saison en enfer, Delires I. In: **Ouvre-vei**. Éditions du centenaire. Éditions établie por Alain Borer: Arléa, 1991.
- _____. **Lettre à Georges Izambard et le coeur supplicité**. Paris: Charleville, mai. / 1871.

COMO CRIAR AS CRIANÇAS¹

HOW TO CREATE CHILDREN

Entrevista com **Eric Laurent**

Delegado Geral da Associação Mundial de Psicanálise
Docente da Seção Clínica do Hospital Val de Grace
AME da École de la Cause Freudienne
Paris/França

ericlaurent@lacanian.net

ASSUNTO: AMP-UQBAR – Entrevista com Eric Laurent
Data: Segunda-feira, 04 de junho de 2007 – 8h34m
De: Oscar Ventura < o.ventura@arrakis.es >
Para: AMP-UQBAR amp-uqbar@elistas.net

Prezados Colegas:

AMP-Uqbar reproduz em continuação a entrevista editada no suplemento dominical do jornal argentino *La Nación*, publicada no dia de ontem, quinta-feira, 03 de junho.

Eric Laurent é um dos continuadores do ensino de Jacques Lacan. Sustenta que não se pode pensar a clínica fora de sua época. Veio este ano a Buenos Aires e falou com LNR sobre a família hoje, época de crise no laço social.

Longe de estar fechado em seu consultório, viaja pelo mundo fazendo conferências que são ouvidas por pessoas de dentro e de fora do âmbito “psi”, encarnando o que ele postulou como o analista-cidadão: aquele que elabora o que diz de maneira tal que possa incidir na civilização.

Você disse que ali onde não há mais família, ela subsiste apesar de tudo. O que é que subsiste?

A partir do momento que se pode pensar como o fim de uma certa forma tradicional de família e a partir da igualdade dos direitos, seja entre homens e mulheres, entre filhos e pais ou entre as gerações, se deslocou a maneira como se articulava a autoridade. Ademais, com a separação entre ato sexual e procriação, e com a procriação assistida, vemos uma pluralização de formas de vínculos que permitem articular pais e filhos fora da forma tradicional. Uma das discussões entre as civilizações dos países hoje é o que se pode chamar família em torno de um filho. Isto se pode fazer tanto com famílias monoparentais, como quando há duas pessoas do mesmo sexo ou várias pessoas que se ocupam dele. É o que fica do que era a oposição, em um dado momento, entre um modelo de família tradicional ou nada, nada que se pudesse chamar família segundo a definição do código civil napoleônico, a partir do ponto de vista laico: uma certa forma que permitia transmitir os bens e articular os direitos, mas fora não havia nem bens nem

direitos. Agora há pluralização completa e se segue falando de família porque é uma instituição que permite bens e direitos e a articulação entre gerações. Então, é o que fica; nesse sentido, creio que há uma conversação através de nossa civilização, uma pergunta que dá muitas respostas, que alguns aceitam, outros recusam e outros querem manter uma forma definida com um ideal determinado.

Laurent afirma que pensar a figura do pai hoje é um assunto crucial. E que, inclusive quando o pai falta, o que hoje não falta é um discurso acerca do que para ela é um pai, ainda se está ausente. Ademais, a mãe por sua vez teve um pai. Lacan tratou de separar o pai do Nome-do-Pai, quer dizer, desta função paradoxal proibição-autorização, que pode funcionar ou não mais além das pessoas presentes.

Atualmente, os novos papéis das mulheres no mercado de trabalho e as inovações produzidas pela ciência, faz alguns anos, levam a cenários impensáveis relativos aos modos de reprodução. O que tem para dizer a psicanálise diante disso?

Em todas estas variações ou criações diversas, discursos distintos vão entrar em conflito sobre o que são o pai, ou a mãe, em cada caso. Mas o que vemos é que ninguém quer ter filhos sem pais. É muito evidente, as brigas jurídicas das comunidades gay e lésbicas para serem reconhecidas como pais e mães de filhos, são para poder utilizar os nomes da família. A criança é confrontada com o fato de que fora da família circulam outros discursos. Como então orientar-se, quando, por exemplo, a criança é concebida por fertilização assistida com doador anônimo? Os pequenos na escola lhe dizem: Onde está teu pai? E a criança responde: "Eu não tenho pai". Como não vai ter um pai? Isso é impossível... E então, como se vai responder e sustentar isso? Como se vai inventar uma solução, um discurso possível? A psicanálise pode, precisamente, nessas circunstâncias ajudar a criança, a mãe, a poderem orientar-se num espaço no qual seja possível usar os termos pai-mãe de uma maneira compatível com o discurso comum.

Você disse que nos momentos de grandes mudanças as crianças são as primeiras vítimas, são os primeiros a sofrer o impacto dessas mudanças. Quais são as questões em jogo para as crianças que estão crescendo?

Múltiplas. As formas de patologia do laço social com as crianças e entre as crianças, vêm através das queixas dos que estão a cargo delas, especialmente dos pedagogos, com o papel essencial que agora desempenha a escola na civilização. Não faz muito tempo que a escola tem este papel tão importante para criar as crianças. Antes, a articulação com a religião, a moral, o Estado, o exército, tinham um peso, havia uma variedade de instituições. Cada vez mais se reduz o peso destas para centrar-se na grande instituição escolar, que recolhe as crianças e trata de ordená-las a partir do saber. Uma dificuldade para as crianças de hoje (e o vemos na enorme quantidade de crianças diagnosticadas com déficit de atenção ou hiperatividade), é a de poderem ficar sentadas cinco horas numa escola, o que não acontecia em outras civilizações. O curioso é que parece como uma epidemia o fato de que há mais e mais crianças que não podem renunciar a este gozo do corpo a corpo, das brigas, a agressão física, sem falar da violência desproporcional característica das turmas de adolescentes. Todo este sofrimento funda a idéia de uma patologia da infância e da adolescência. Diz-se que as crianças não suportam as proibições, não toleram as regras.

Poderia esclarecer um pouco mais o que acontece agora nas escolas?

Ao impor a educação universal e dizer que todas as crianças têm direitos iguais, ao colocá-las todas no mesmo dispositivo, há patologias que entram dentro deste dispositivo escolar que não estavam lá antes. Por outro lado, com o aumento da precariedade do mundo do trabalho, cada vez mais, pela pressão que existe, as crianças são abandonadas. Antes tinham mães para se ocuparem com elas. Agora a televisão se ocupa. A televisão é como uma medicação, é como dar um hipnótico: fazer dormir... É uma medicação que utilizam, tanto as crianças como os adultos, para ficarem tranquilos diante das bobagens da tela. Mas, a televisão comum a toda a família não é a oração coletiva da tradição, aquela que permitia vincular os membros da família através dos rituais. Quando o único ritual é a televisão, comer diante dela, falar sobre ela ou ficar em silêncio diante desse aparato, isto permite articular pouco esta posição do pai entre proibição e autorização. A escola é, então, precisamente a que articula esta função: os professores aparecem como representantes dos ideais e isto aguça a oposição entre crianças e o dispositivo escolar, transformando as patologias, que não podem se reduzir estritamente a algo biológico nem a algo cultural, na imbricação destas dentro do dispositivo da escola.

Você mencionou Lewis e Tolkien como duas pessoas que a partir da literatura quiseram propor modelos identificatórios possíveis. Numa época de queda dos ideais, como orientar as crianças nesse sentido?

A literatura é sempre uma excelente via para orientar-se. Depois da queda da Primeira Guerra Mundial, da queda dos ideais, os intelectuais estavam preocupados em como se orientar, e orientar a geração que adviria. Alguns escritores explicitamente pensaram em elaborar, com sua obra, uma maneira de proteger as crianças da tentação do niilismo, e orientá-las na cultura e nas dificuldades da civilização, apresentar figuras nas quais o desejo pudesse articular-se num relato. Com *O Senhor dos Anéis*, Tolkien fez uma tentativa de propor às crianças, aos jovens, uma versão da religião, um discurso sobre o bem e o mal, uma articulação sobre o gozo, os corpos, as transformações do corpo, todos esses mistérios do sexo, do mal, que atravessa uma criança; versões da paternidade. Tolkien conseguiu algo: há muitas crianças para as quais o único discurso que conheceram e que lhes interessa sobre isto é *O Senhor dos Anéis* nos três episódios. Da mesma maneira, um escritor católico, como C.S. Lewis fez com as *Crônicas de Nárnia* uma versão da mitologia cristã sobre a abordagem dos temas do bem e do mal, da paternidade, da sexualidade. Graças ao cinema, Tolkien saiu de seus anos trinta, mas para uma geração foi Harry Potter que articula a diferença entre o mundo dos humanos e o mundo ideal dos bruxos, povoado de ameaças, onde o bem e o mal se apresentam como versões do discurso.

O que podem encontrar as crianças na literatura?

Harry Potter foi, para muitas crianças, inclusive as minhas, uma companhia: ir crescendo da infância à adolescência ao longo dos cinco ou seis tomos da história. Ademais, apresentou figuras de identificação muito úteis. Uma criança podia prestar atenção ao que lhe dizia Harry Potter, precisamente, sobre como se articulam o bem e o mal, sobre como devem se comportar na vida e como manejar as aparências e os sentimentos contraditórios que alguém pode conhecer ao mesmo tempo. São ferramentas para salvar as gerações da tentação do niilismo, do pensar que não há nada que valha a pena como discurso. Quando nada vale

como discurso, há violência. O único interesse, então, é atacar o outro. A crise dos ideais que se abriu com o fim da Primeira Guerra não se desvaneceu. A que deveríamos prestar atenção? Hoje vemos um chamado a uma nova ordem moral, apoiada no retorno da religião como moral cotidiana. Quando na Europa há violência nos subúrbios, faz-se um chamado aos imãs muçulmanos para que dirijam um discurso de paz aos jovens da imigração. Também aos pais, para tratar de ordenar um pouco o caos engendrado por esses jovens desamparados, que manifestam condutas estritamente autodestrutivas pela desesperança em que estão afundados. Na esfera política, através da famosa oposição entre as questões de temas e valores, vemos que agora o tema é moral. Há uma tendência a pensar que para voltar a obter uma certa calma na civilização, necessita-se multiplicar as proibições, que a tolerância zero é muito importante para restaurar a firmeza da ordem, que as pessoas tenham o temor da lei para lutar contra seus maus costumes. Os analistas, diante desta restauração da lei moral, sabem que toda moral comporta um revés, que é um empuxo superegóico à transgressão. Precisamente, a idéia dos analistas em sua experiência clínica é que sabem que quando a lei se apresenta somente como proibição, inclusive proibição feroz, provoca um empuxo feroz, seja à autodestruição, seja à destruição do outro que vem somente proibir. Há que autorizar aos sujeitos a respeitar-se a si mesmos, não somente a pensar como os que têm que padecer a interdição, senão que podem reconhecer-se na civilização. Isto implica não abandoná-los, falar-lhes mais além da proibição, falar a esses jovens que têm estas dificuldades para que possam suportar uma lei que proíbe, mas que autoriza também outras coisas. Há que falar-lhes de uma maneira tal que não sejam somente sujeitos que têm que entrar nestes discursos de maneira autoritária, porque se fizer isso, vai provocar uma reação forte com sintomas sociais que vão manifestar a presença da morte.

Como criar as crianças nesta época?

Temos que criar as crianças de uma maneira tal que logrem apreciar-se a si mesmas, que tenham um lugar, e que não seja um lugar de desperdício. Na economia global atual, o único trabalho que pode inscrever-se é um de alta qualificação, ao qual nem sempre vão ter acesso. Não podemos pensar que vamos sair na frente somente com a idéia de que se alguém trabalha bem e tem um diploma, vai encontrar um trabalho. Há crianças que não vão entrar e, apesar disso, têm que ter um lugar na nossa civilização. Não podemos abandoná-las. E este é o desafio mais importante que temos, o dever que nós temos diante delas. Conceber um discurso que possa alojá-los dentro da economia global.

Por Verônica Rubens.

Tradução de Maria Luiza Caldas.

NOTA

1. In: LA NACIÓN, Edición Impresa

<http://www.lanacion.com.ar/edicionImpresa/index.asp?> Revista

<http://www.lanacion.com.ar/edicionimpresa/suplementos/Revista/index.asp?>

Domingo, 3 de junho de 2007.

http://www.lanacion.com.ar/edicionimpresa/suplementos/revista/nota.aspnota_id=912774

Julho/2007

DESAJUSTES FAMILIARES E ATO INFRAACIONAL

Inês Joaquina Sant'Ana Santos Coutinho

Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Magistrada do Estado do Rio de Janeiro
Titular da Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Teresópolis/Rio de Janeiro
Teresópolis/Rio de Janeiro

inesjssc@tj.rj.gov.br

Resumo

O texto analisa algumas causas que favorecem a ocorrência do ato infracional. Dentre elas: as precárias condições de vida (morais e materiais) da maioria da população brasileira favorece a emergência de atos ilícitos; a desagregação familiar, o desemprego, a liberalização dos costumes, o incremento da gravidez precoce, a ausência da figura paterna, etc.

Palavras-chave: ato infracional, família, Estatuto da criança e do adolescente.

FAMILY DISADJUSTMENTS AND INFRACTIONAL ACT

Abstract

The text analyses some of the events which help the infractional act to occur. Among them: the poor life conditions (moral and material wise) of the majority of the brazilian population favor the emerging of criminal acts; family collapse, unemployment, liberalization of conduct, the increasing of early pregnancy, the absence of the father figure, etc.

Keywords: infractional act, family, the Statute of infant and adolescent.

Nestes dias em que se discute intensamente sobre a questão da maioridade penal, parece essencial que se procure melhor entender as diversas causas que favorecem a ocorrência do ato infracional. Trabalhar na prevenção é a solução inteligente.

Inúmeras pesquisas demonstram um elenco de causas que, patologias à parte, impelem o jovem à ilicitude. Sem que cometamos a preconceituosa assertiva de ser pobreza sinônimo de criminalidade, fato é que as precárias condições de vida – morais e materiais - da esmagadora maioria da população brasileira resultam num caldo de cultura que favorece a emergência de atos ilícitos.

Neste contexto, destaca-se, sobremaneira, a desagregação familiar, em muitos casos alimentada pelos elementos de carência social já realçados. Sabido é que o desemprego anda *pari passu* com a depressão, com a dependência química e, sobretudo, com o alcoolismo. Daí resultam, inevitavelmente, maus tratos e abusos contra mulheres e crianças por parte do provedor frustrado, que se vê desorientado e sem perspectivas. Famílias nessa condição não duram muito. Filhos criados nesse ambiente familiar entram no plano inclinado da infração penal.

Não se pense que a desestruturação familiar atinge somente as famílias em estado de pobreza. Famílias de classe média também são alcançadas pelas conseqüências do desemprego estrutural e, muitas vezes, pela crise de identidade entre o casal, que acontece quando há possibilidade de trabalho somente para a mulher. Poucas famílias sobrevivem, incólumes, a tal circunstância.

É óbvio que a liberalização dos costumes também é fator de contribuição para o quadro de desagregação familiar. Com a lei do divórcio, com a maior facilidade para o reconhecimento e desfazimento das uniões informais e, sobretudo, mais recentemente, com a novidade que permite a formalização da separação pela simples via do registro cartorário, ficou menos onerosa e mais fácil a dissolução da sociedade conjugal.

Registre-se, ainda, outro fator para que o desequilíbrio emocional dos filhos torne-se cada vez mais grave: o incremento da gravidez precoce. Filhos de adolescentes dificilmente contarão com estrutura familiar adequada.

Pergunta-se: a separação do casal ou a família mono-parental pode contribuir para a prática de atos infracionais pelos filhos? A resposta, lamentável e preocupante, é positiva. A nossa larga experiência na jurisdição infanto-juvenil demonstra esta realidade. Também o fazem os números de diversas pesquisas. Levantamento promovido pelo Juízo da Infância e da Juventude de Porto Velho (RO), com seus assistidos na área infracional, verifica que 58% deles são oriundos de famílias com pais separados. A separação dos genitores também aparece como um dos destacados índices negativos que caracterizam o perfil do jovem infrator, em pesquisas promovidas em Uberaba (MG) (2003) e no Estado do Paraná. Os dados se repetem em Goiânia (GO), onde o levantamento estatístico de 2004 demonstrou que apenas 23% dos infratores vinham de famílias compostas de pai e mãe. Em 1994, estudo com os internos do sistema da Comarca do Rio de Janeiro indicou que 71% eram oriundos de famílias com pais separados.

Do ponto de vista psicológico, é notória, portanto, a importância da família na formação do ser humano saudável e do cidadão conseqüente. A presença de pai e mãe ou, em sua falta, de quem bem exerça tais papéis são fatores básicos para que o filho fortaleça sua identidade, absorvendo parâmetros e significados que o acompanharão por toda a vida.

As ciências da mente demonstram a complementaridade essencial dos papéis dos genitores. A mãe, como elemento central da construção afetiva do senso de proteção e pertencimento. O pai, como interceptor estratégico, para que a criança conscientize a separação entre ela e a mãe, assim constituindo-se em elemento fundamental na formação da identidade. Portanto, a quebra dessa estrutura, principalmente se não for bem conduzida, certamente importará em desequilíbrios de personalidade.

A ausência da figura paterna, efetiva e afetiva, seja ou não o pai biológico, é crucial para a crise que corrói a identidade juvenil. Em recente artigo, Leonardo Boff mencionou ser a questão um mal dos tempos modernos que explicaria, inclusive, a crise da autoridade do Estado. Penam as demais instituições na busca de suprir tal

lacuna. A ausência de limites familiares macula a relação professor-aluno, prejudicando em muito a experiência educativa. Por vezes, alguma figura externa consegue suprir tal carência, seja no campo religioso, seja no campo afetivo oferecido por um amigo mais velho, seja no êxito da intervenção de instituições de amparo como abrigos ou centros de recuperação. Mas verdade é que nada supera, como laboratório de formação saudável, a relação familiar primária e efetiva.

Não é por acaso que a família merece proteção estatal. Sob o manto constitucional, esta instituição, antes de tudo afetiva, se transforma em estrutura jurídica, legalmente amparada. Consignou o Constituinte: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (art. 226-CF/88). Diz o ECA, em seu artigo 19: “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta (...)”.

Recorde-se de que a evolução histórica do pátrio poder produziu uma consciência de ser ele um poder-dever partilhado. Tanto assim que hoje melhor se expressa na locução “poder familiar”. Pais e mães podem muito, já que “os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores” (art. 1630 do Código Civil), devendo “dirigir-lhes a educação” e “exigir que lhes prestem obediência, respeito e serviços próprios da sua idade e condição” (incisos I e VII do art. citado). Mas não podem tudo e são muitas suas inafastáveis obrigações: guardar, criar, educar e prover (art. 22 do ECA). Aos pais incumbe, em primeiro lugar, o cumprimento das prescrições do ECA. São-lhes vedadas “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” em relação aos filhos (art. 5º do ECA) . E o descumprimento desses deveres, oriundos do poder familiar, pode ser sancionado conforme o Art. 249 do mesmo diploma legal.

Não se conclui que seja exigido dos pais que se mantenham numa relação conjugal falida, sacrificando a possibilidade de felicidade em caminho alternativo. Até porque há verdadeiros infernos sócio-afetivos que se intitulam famílias apenas porque assim o são formalmente. Mas é necessário maior prudência e maturidade na formação da família. Numa sociedade estimulada pelo impulso hedonista, a constituição de relacionamentos fugazes tem sido uma constante. É preciso lutar contra essa vulgarização e banalização da família, principalmente, ante a decisão de ter filhos.

E, em caso de separação dos genitores, devem todos lembrar a ordem constitucional de prioridade absoluta devida à criança e ao adolescente. Se uniões conjugais se fazem, é natural que delas decorra a descendência. Mesmo que nisso não se pense nos gloriosos momentos da paixão inicial, é a tal consequência que a vivência do casal conduzirá. Responsabilidade em cada passo, inclusive no sentido de evitar a gravidez indesejada, é essencial para inibir problemas futuros. E, havendo filhos, estes são a prioridade, nas leis e na Constituição, para o Estado Brasileiro. Devem sê-lo para os pais.

Texto recebido em: 04/01/2007.

Aprovado em: 03/02/2007.

DO *SANS FAMILLE*, DE HECTOR MALOT, AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FROM *SANS FAMILLE*, BY HECTOR MALOT, TO THE STATUTE OF THE CHILD AND THE ADOLESCENT

Catarina Coelho dos Santos

Titulaire du Baccalauréat en sciences économiques e sociales
Graduanda em Direito na UERJ

catdoms@yahoo.com.br

Resenha do Livro:

Malot, H. (1878). **Sans Famille**. Paris: Collection Bibliothèque Rouge, 1995.

Uma pequena resenha

No final do século XIX, floresce na França uma abundante literatura para crianças e adolescentes. Entre os mais conhecidos, podemos citar: *Le petit chose*, de Alphonse Daudet, *L'enfant*, de Jules Vallés, *Poil de Carotte*, de Jules Renard. São a expressão do ponto de vista humanitário, pedagógico e principalmente moral da época. Hector Malot era o homem certo para esta literatura educativa, pois sendo ele próprio um homem muito calmo, disciplinado e ponderado era considerado na sociedade do fim do século XIX como um exemplo de moral e bons costumes; e como tal foi recebido na corte da Espanha e no Vaticano.

Rémi, o personagem principal do romance, é um menino abandonado como ele mesmo afirma na primeira frase do livro,: 'Je suis un enfant trouvé'. Até os oito anos ele julgava ter uma mãe, Sra. Barberin, e um pai que mora em Paris por causa de seu trabalho. Infelizmente, um acidente traz este homem de volta para casa em dificuldades financeiras que o levam a se livrar do menino, apesar do desgosto deste e da Sra. Barberin, que se consideram mãe e filho. Com muito pesar em deixar aquela que considera sua mãe, Rémi é vendido pelo pai adotivo ao Sr. Vitalis, músico itinerante, dono de três cães e um macaco, que os utiliza no número que apresenta nas cidades para ganhar a vida.

O Sr. Vitalis é um bom homem que se afeiçoa rapidamente a Rémi de quem cuida muito bem. Graças ao novo mestre, o menino aprende a ler, escrever, cantar, além de receber valiosas lições de vida através das viagens que o grupo faz. Um dia, o grupo pára em uma cidade grande, onde um guarda começa um entrevero com Rémi. Para protegê-lo, o Sr. Vitalis acaba preso e o menino fica sozinho no mundo com os animais.

Ao parar na beira de um rio para descansar, o pequeno conhece a Sra. Milligan e seu filho Arthur, passageiros de um barco ali parado, e pedem a Rémi que faça sua apresentação com os animais. Muito encantados com os talentos do grupo, eles os convidam para ficar no barco. Rémi aceita de bom grado, pois está faminto e acaba

por se afeiçoar à Sra. e ao seu filho doente, que só o pequeno consegue alegrar. O Sr. Vitalis acaba sendo liberado da prisão, e a Sra. Milligan pede para ficar com Rémi, mas Vitalis não aceita. A jornada continua na direção de Paris, mas, no caminho, apanhados por uma tempestade de neve, o menino acaba perdendo dois dos cães do mestre, o macaco fica doente por causa do frio e acaba por morrer. Vitalis e Rémi chegam a Paris doentes, sem dinheiro, sem comida, sós com um cachorro. Cansados, param debaixo de uma marquise para dormir.

Quando Rémi acorda, ele está em um quarto desconhecido, a casa é de um jardineiro chamado Acquin. Ele lhe explica que durante a noite seu mestre morreu, e o convida a permanecer em sua casa e trabalhar com ele. A família do jardineiro o recebe muito bem, ele se torna um membro rapidamente, e se afeiçoou especialmente à filha menor de Acquin, Lise. Tudo corre muito bem até o dia em que uma tempestade destrói as estufas de flores do jardineiro, fazendo com que ele perca seu sustento e não possa mais pagar a casa. A dívida se acumula de tal forma que o jardineiro acaba preso, e cada um de seus filhos vai morar com um familiar diferente. Rémi volta para a estrada com o seu cão e a certeza de já ter encontrado uma família e um lugar, lhe dava forças para continuar sua jornada através do país. Na saída da cidade, o menino encontra Mattias, um adolescente que trabalhava com um conhecido de Vitalis. Mattias está sem trabalho nem rumo, e pede a Rémi para seguir viagem com ele. Os dois vão para o sul da França visitar a Sra. Barberin. Ao chegar, a Sra. lhes informa que um homem rico tinha vindo procurar Rémi e que o Sr. Barberin tinha partido com o homem para procurá-lo em Paris. Os dois meninos seguiram para capital e receberam lá a notícia da morte de Barberin, e foram instruídos a seguir para Londres procurando a verdadeira família de Rémi.

Na Inglaterra, Rémi e Mattias encontram uma família bem diferente daquela que tinham imaginado: Os Driscoll. Além de não serem ricos como pareceu aos Barberin, eram ladrões que faziam os meninos lhes darem tudo o que ganhavam nas apresentações. Rémi fica muito triste, e não se adapta a essa nova família. Mattias começa a desconfiar que o amigo não é filho dos Driscoll, mas uma criança seqüestrada por eles. Uma visita recebida pelo Sr. Driscoll confirma essa teoria, é o Sr. James Milligan, cunhado da Sra. Milligan, que está escondendo Rémi, o filho mais velho de seu falecido irmão, esperando que Arthur, seu sobrinho mais jovem, seja levado pela enfermidade rapidamente para que possa se apossar da fortuna da família.

De posse desta informação, Mattias e Rémi aproveitam a primeira chance para fugir, voltar para a França onde eles esperam encontrar o barco da Sra. Milligan. Ao chegar, os meninos param na casa da irmã do jardineiro Acquin, a Sra. Suriot para visitar a pequena Lise, mas a família já não está mais lá. A nova moradora informa a Rémi que a Sra. Suriot ficou viúva e por essa razão teve que partir e que a Sra. Milligan tinha levado Lise para a cidade de Vevey na Suíça, deixando mensagem aos meninos para encontrarem-na lá. Mattias e Rémi encontram a Sra. Milligan acompanhada do cunhado malvado. Amedrontado, Rémi envia Mattias para contar a Sra. o que sabiam.

A Sra. Milligan rapidamente recolhe Rémi e facilmente confirma com a Sra. Barberin que ele realmente é seu filho seqüestrado. Rémi retoma muito feliz seu lugar em sua verdadeira família. Os anos se passam, e os dois meninos vivem agora uma vida feliz e confortável. Rémi se casa com Lise, Mattias se torna um músico conceituado, e Arthur, o irmão de Rémi se casa com a irmã de Mattias. Rémi vive ainda com a lembrança do Sr. Vitalis, que para ele, na sua vida de criança abandonada, foi quem realmente lhe ensinou a ser um homem.

Vitalis foi a quem Rémi considerou como pai. Apesar da mensagem óbvia do autor de que família é aquela que cuida, estranhamente Rémi acaba acolhido por sua mãe e irmão consangüíneos, o que leva a questionar o compromisso de Malot com a moral de sua história. Família é aquela que ama e cuida, adota de fato, mas a verdadeira família é aquela que em que o sujeito foi gerado, seu lugar de origem, um laço insubstituível, único, onde a consaguineidade confina com o evento da chegada ao mundo.

Família, paternidade e criança no direito civil brasileiro

Dentro do contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação nacional reconhece dois tipos de família, a «natural» e a «substituta»:

«Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.»

Percebe-se, de modo geral, que a definição da entidade familiar, do ponto de vista da lei, fica cada vez mais fluida; o estado tem cada vez mais poder de regulação sobre a família, que não é mais um núcleo decisório central, nem sequer a responsável pela regulação da vida social. A lei assumiu esse papel, reconhecendo inclusive seu dever de controlar eventuais abusos no exercício do poder familiar por parte dos pais. O Código Civil de 2002 consagrou determinadas adaptações do texto da lei ao contexto social, mantendo todavia uma ênfase no casamento como estrutura essencial da unidade familiar. A utilização da supra mencionada distinção entre família «natural» e «substituta», constante do Estatuto da criança e do adolescente, não permite dúvidas sobre a intenção do legislador.

«Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

Art. 1.632. A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.»

Art 1.636. O pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. Igual preceito ao estabelecido neste artigo aplica-se ao pai ou à mãe solteiros que casarem ou estabelecerem união estável.

Parágrafo único. Verificando que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, o juiz deferirá a sua guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afinidade e afetividade, de acordo com o disposto na lei específica.

Art. 1.588. O pai ou a mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente

Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 1.607. O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.»

Assim como na história de Malot, a legislação nacional se posiciona de acordo com a tendência atual na cultura, isto é: nem contra, nem a favor do casamento tradicional, monogâmico e indissolúvel. A legislação adapta-se à realidade de fato: as famílias recompostas. A legislação não redefine a família, apenas regulamenta as suas novas formas «substitutas» da consangüínea e que necessitam de balizamento, sem todavia, destituir por completo a família «natural» de sua posição de núcleo estruturador da vida social.

Texto recebido em: 10/07/2006.

Aprovado em: 23/10/2006.

por se afeiçoar à Sra. e ao seu filho doente, que só o pequeno consegue alegrar. O Sr. Vitalis acaba sendo liberado da prisão, e a Sra. Milligan pede para ficar com Rémi, mas Vitalis não aceita. A jornada continua na direção de Paris, mas, no caminho, apanhados por uma tempestade de neve, o menino acaba perdendo dois dos cães do mestre, o macaco fica doente por causa do frio e acaba por morrer. Vitalis e Rémi chegam a Paris doentes, sem dinheiro, sem comida, sós com um cachorro. Cansados, param debaixo de uma marquise para dormir.

Quando Rémi acorda, ele está em um quarto desconhecido, a casa é de um jardineiro chamado Acquin. Ele lhe explica que durante a noite seu mestre morreu, e o convida a permanecer em sua casa e trabalhar com ele. A família do jardineiro o recebe muito bem, ele se torna um membro rapidamente, e se afeiçoou especialmente à filha menor de Acquin, Lise. Tudo corre muito bem até o dia em que uma tempestade destrói as estufas de flores do jardineiro, fazendo com que ele perca seu sustento e não possa mais pagar a casa. A dívida se acumula de tal forma que o jardineiro acaba preso, e cada um de seus filhos vai morar com um familiar diferente. Rémi volta para a estrada com o seu cão e a certeza de já ter encontrado uma família e um lugar, lhe dava forças para continuar sua jornada através do país. Na saída da cidade, o menino encontra Mattias, um adolescente que trabalhava com um conhecido de Vitalis. Mattias está sem trabalho nem rumo, e pede a Rémi para seguir viagem com ele. Os dois vão para o sul da França visitar a Sra. Barberin. Ao chegar, a Sra. lhes informa que um homem rico tinha vindo procurar Rémi e que o Sr. Barberin tinha partido com o homem para procurá-lo em Paris. Os dois meninos seguiram para capital e receberam lá a notícia da morte de Barberin, e foram instruídos a seguir para Londres procurando a verdadeira família de Rémi.

Na Inglaterra, Rémi e Mattias encontram uma família bem diferente daquela que tinham imaginado: Os Driscoll. Além de não serem ricos como pareceu aos Barberin, eram ladrões que faziam os meninos lhes darem tudo o que ganhavam nas apresentações. Rémi fica muito triste, e não se adapta a essa nova família. Mattias começa a desconfiar que o amigo não é filho dos Driscoll, mas uma criança seqüestrada por eles. Uma visita recebida pelo Sr. Driscoll confirma essa teoria, é o Sr. James Milligan, cunhado da Sra. Milligan, que está escondendo Rémi, o filho mais velho de seu falecido irmão, esperando que Arthur, seu sobrinho mais jovem, seja levado pela enfermidade rapidamente para que possa se apossar da fortuna da família.

De posse desta informação, Mattias e Rémi aproveitam a primeira chance para fugir, voltar para a França onde eles esperam encontrar o barco da Sra. Milligan. Ao chegar, os meninos param na casa da irmã do jardineiro Acquin, a Sra. Suriot para visitar a pequena Lise, mas a família já não está mais lá. A nova moradora informa a Rémi que a Sra. Suriot ficou viúva e por essa razão teve que partir e que a Sra. Milligan tinha levado Lise para a cidade de Vevey na Suíça, deixando mensagem aos meninos para encontrarem-na lá. Mattias e Rémi encontram a Sra. Milligan acompanhada do cunhado malvado. Amedrontado, Rémi envia Mattias para contar a Sra. o que sabiam.

A Sra. Milligan rapidamente recolhe Rémi e facilmente confirma com a Sra. Barberin que ele realmente é seu filho seqüestrado. Rémi retoma muito feliz seu lugar em sua verdadeira família. Os anos se passam, e os dois meninos vivem agora uma vida feliz e confortável. Rémi se casa com Lise, Mattias se torna um músico conceituado, e Arthur, o irmão de Rémi se casa com a irmã de Mattias. Rémi vive ainda com a lembrança do Sr. Vitalis, que para ele, na sua vida de criança abandonada, foi quem realmente lhe ensinou a ser um homem.

Vitalis foi a quem Rémi considerou como pai. Apesar da mensagem óbvia do autor de que família é aquela que cuida, estranhamente Rémi acaba acolhido por sua mãe e irmão consangüíneos, o que leva a questionar o compromisso de Malot com a moral de sua história. Família é aquela que ama e cuida, adota de fato, mas a verdadeira família é aquela que em que o sujeito foi gerado, seu lugar de origem, um laço insubstituível, único, onde a consaguineidade confina com o evento da chegada ao mundo.

Família, paternidade e criança no direito civil brasileiro

Dentro do contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação nacional reconhece dois tipos de família, a «natural» e a «substituta»:

«Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.»

Percebe-se, de modo geral, que a definição da entidade familiar, do ponto de vista da lei, fica cada vez mais fluida; o estado tem cada vez mais poder de regulação sobre a família, que não é mais um núcleo decisório central, nem sequer a responsável pela regulação da vida social. A lei assumiu esse papel, reconhecendo inclusive seu dever de controlar eventuais abusos no exercício do poder familiar por parte dos pais. O Código Civil de 2002 consagrou determinadas adaptações do texto da lei ao contexto social, mantendo todavia uma ênfase no casamento como estrutura essencial da unidade familiar. A utilização da supra mencionada distinção entre família «natural» e «substituta», constante do Estatuto da criança e do adolescente, não permite dúvidas sobre a intenção do legislador.

«Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

Art. 1.632. A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.»

Art 1.636. O pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. Igual preceito ao estabelecido neste artigo aplica-se ao pai ou à mãe solteiros que casarem ou estabelecerem união estável.

Parágrafo único. Verificando que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, o juiz deferirá a sua guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afinidade e afetividade, de acordo com o disposto na lei específica.

Art. 1.588. O pai ou a mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente

Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 1.607. O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.»

Assim como na história de Malot, a legislação nacional se posiciona de acordo com a tendência atual na cultura, isto é: nem contra, nem a favor do casamento tradicional, monogâmico e indissolúvel. A legislação adapta-se à realidade de fato: as famílias recompostas. A legislação não redefine a família, apenas regulamenta as suas novas formas «substitutas» da consangüínea e que necessitam de balizamento, sem todavia, destituir por completo a família «natural» de sua posição de núcleo estruturador da vida social.

Texto recebido em: 10/07/2006.

Aprovado em: 23/10/2006.

SOBRE A PSICANÁLISE DE CRIANÇAS SEPARADAS**ON THE PSYCHOANALYSIS OF BROKEN HOME CHILDREN****Rachel Amin de Freitas**

Psicanalista

Maitre em Psicopatologia/Universidade René Descartes/Paris V, Sorbonne

Especialista em Teoria Psicanalítica/Universidade Estácio de Sá/UNESA

Aderente da Escola Brasileira de Psicanálise/RJ

Coordenadora do Projeto de Psicanálise aplicada na IV Vara da Infância, Juventude
e Idoso de Teresópolis/Rio de Janeiro

Teresópolis/Rio de Janeiro

rachelamin@uol.com.br**Resenha do livro:**

Aubruy, Jenny (1952-1986) **Psicanálise de crianças separadas – Estudos clínicos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, Campo Matêmico, 2004, 393p.

O livro de Jenny Aubruy, intitulado *Psicanálise de crianças separadas*, é uma coletânea de textos desta autora feita por sua filha, a também psicanalista Elizabeth Roudinesco.

Jenny Aubruy além de psicanalista era também médica, razão pela qual ela nunca deixou de lado essa perspectiva na abordagem das afecções psíquicas infantis, o que muito influenciou em sua escuta analítica.

Essa chave de leitura dos sintomas será conservada durante todo o seu percurso profissional e, a essa primeira abordagem clínica será acrescentada, paulatinamente, a leitura psicanalítica do adoecer. Em seus artigos, ela se dedica a questionar se um médico pode ser um analista. Ela se pergunta quais as diferenças e aproximações entre a psicanálise e a medicina. A autora acredita que um médico precisa abrir mão de sua condição de médico para se tornar um analista. No entanto, ela assinala que será seu diploma de médico que abrirá as portas das instituições para que ali ele possa exercer a clínica psicanalítica.

Ela é levada a buscar o campo de saber da psicanálise para entender melhor as crianças gravemente desamparadas, tratadas no dispensário Parent de Rosan. Em 1946, Jenny Aubruy é nomeada chefe do serviço de pediatria do Hospital Ambroisé Paré, em Boulogne (França), que teve suas instalações destruídas pela guerra, o que levou toda a equipe a se deslocar para o dispensário Parent de Rosan, onde estavam alojadas crianças com menos de três anos de idade em situação grave de desamparo. É a partir dessa experiência que a autora se dedica a examinar as conseqüências psíquicas da perda parental na vida daquelas crianças.

No ano de 1964, ela se torna membro fundador da École Freudienne de Paris, aproximando-se ainda mais da psicanálise de Lacan e dos membros da EFP, e passa a ter um papel importante na difusão da psicanálise, principalmente na região mediterrânea da França.

Nos artigos reunidos nessa coletânea, a autora trabalha as conseqüências físicas e psíquicas da separação das crianças de suas mães. Ela classifica essas conseqüências segundo o tipo de perda sofrida, se por morte ou abandono, e conforme a idade da criança no momento da perda, perguntando-se quais as saídas possíveis para tal desastre.

Ela defende a tese de que a carência grave de cuidados maternos pode levar a distúrbios mentais, sendo os casos mais preocupantes aqueles ocorridos na primeira infância. A autora elenca alguns destes distúrbios, tais como: distúrbios reacionais à base de inibição ou agressividade, paradas de desenvolvimento e retardamento psicomotor, neurose obsessiva, demência de tipo autístico e até psicose. Jenny Aubry acrescenta ainda, a partir de sua constatação clínica dos exames destas crianças, distúrbios psicomotores graves, doenças psicossomáticas e delinqüência. Todos esses sintomas dependem do tipo de perda e da idade da criança quando ocorreu a perda da mãe, já que ela acredita que a estrutura psíquica se organiza a partir dos cuidados maternos que uma criança recebe.

É o caso, por exemplo, de Robert, um caso tão difundido por Rosine Lefort, que ficou conhecido como "a criança e o lobo", que é trabalhado neste livro. Trata-se da história de um menino nascido de pai desconhecido e de uma mãe que o deixava passar fome e o destruía, segundo a autora. Ele passa seus seis primeiros meses de vida com esta mãe e a partir de uma desnutrição grave deste bebê, esta mãe é convencida a interná-lo em um hospital.

Assim, ele percorre quinze instituições entre berçários e hospitais até chegar em Parent de Rosam, quando começa seu tratamento com Rosine Lefort. Ele porta afecções orgânicas importantes e distúrbios psíquicos que o fazem deslizar para a psicose. Depois de tantas privações, perdas e separações, esta criança tornou-se um ser em pedaços, o que nunca o deixou constituir-se como sujeito, levando-o a mergulhar num movimento caótico em direção à psicose.

A autora, além de elencar uma gama importante de referências bibliográficas no assunto, tanto no campo da psiquiatria quanto no campo da psicanálise, avalia a posição dos diversos estudiosos, colocando seus artigos em debate. Dentre eles, ela dá uma importância capital ao apontamento feito por Jacques Lacan da criança como sintoma do casal parental. Formulação esta que se encontra mais detalhada no próprio texto do autor, intitulado "Note sur l'enfant", que pode ser encontrado no livro de Lacan, *Autres Écrits*.

Jenny Aubry exemplifica esta formulação com o caso, dentre outros, do pequeno Armand, que nasce dias depois da morte de seu tio materno. Sua mãe, então, recorre a um procedimento habitual na França. Ela dá ao filho, entre seus três nomes, o deste tio, nome pelo qual ele passa a ser tratado por toda a família. No entanto, Armand se recusa a representar o morto, passando assim, a assumir uma posição destruidora sobre todos à sua volta. Com esse caso, ela mostra como o filho toma lugar nas fantasias dos pais oriundas de experiências passadas. Por isso, escreve a autora, é que o desejo inconsciente dos pais sempre está presente no diálogo entre pais e filhos, seja qual for o nível da comunicação.

O leitor de *Psicanálise de crianças separadas* vai se surpreender com a variedade de textos que apresentam uma perspectiva singular, entre a psiquiatria e a psicanálise, e que se dedicam a uma avaliação clínica bastante rica dos correlatos

orgânicos das perdas sofridas pelas crianças e suas conseqüências no funcionamento psíquico de cada uma. Ela questiona profundamente as possibilidades melhores ou piores de solução para tantos estragos.

Podemos perceber esse dilema nos casos relatados nestes textos, mas, sobretudo em “Experiências de um encaminhamento familiar curativo” em que o somatório de tantos fatores como a perda por morte ou abandono da mãe, a carência de cuidados maternos e a institucionalização destes bebês, em hospitais e berçários, coloca em risco sua sanidade mental e a possibilidade de uma boa solução.

Jenny Aubry, entretanto, acredita que quando um bebê teve a oportunidade de ficar os primeiros meses com sua mãe e, posteriormente, quando da separação teve a sorte de encontrar uma ama ou uma família substituta que efetivamente o acolhesse juntamente com um tratamento psicanalítico para ele, as possibilidades de solução deste desequilíbrio na vida desta criança aumentam consideravelmente.

O valor de sua perspectiva é nos levar a questionar os excessos de uma ambição terapêutica, politicamente correta, que nos leva a desprezar, muitas vezes, a dimensão do irreparável em jogo no abandono de crianças de tenra idade.

Texto recebido em: 21/08/2006.

Aprovado em: 27/11/2006.

FAMÍLIA E CASAL: ARRANJOS E DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS**FAMILY AND THE CONSORTS: ARRANGEMENTS AND CONTEMPORARY DEMANDS**

Marcela Cruz de Castro Decourt

Mestre em teoria psicanalítica - PPGTP/UFRJ

Doutora em teoria psicanalítica - PPGTP/UFRJ

Coordenadora do projeto de psicanálise aplicada ao TDAH - Núcleo Sephora de Pesquisa

Correspondente da Escola Brasileira de Psicanálise/RJ

mdecour@fdecourt.com.br

Resenha do livro:

Carneiro, Terezinha Féres (Coord.) **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro – Ed. PUC- Rio; São Paulo – Ed. Loyola, 2003 - ISBN: 85- 15- 02820-4

Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas, coordenado pela professora Terezinha Féres-Carneiro apresenta os resultados de pesquisas universitárias desenvolvidas pelos membros do Grupo de trabalho "Casal e família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia", na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). O livro é constituído por 16 artigos escritos por 15 docentes - pesquisadores que atuam em dez universidades brasileiras e um professor visitante da Universidade de Paris V.

No que diz respeito aos impasses experimentados pelas famílias em função das demandas contemporâneas, estes trabalhos compõem uma publicação de importância significativa para a produção brasileira na área de estudos de família e casal na medida em que desenvolvem investigações que não dispensam os contextos sociais e clínicos nas abordagens sistêmicas e psicanalíticas apresentadas. Temas como: as transformações na família, a tarefa de educar, os impasses da meia-idade, relações familiares, função paterna e poder judiciário, avós precoces, dentre outros, são abordados, traduzindo não apenas os dilemas enfrentados pela população brasileira na contemporaneidade, mas também as novas demandas que intimam os psicanalistas a repensarem a própria técnica da psicanálise. Afinal de contas, o que seria psicanalisar diante dos novos arranjos familiares?

Dentre os artigos que compõem este livro, destacaremos aqueles que de alguma maneira discutem questões relativas ao tema da Revista *aSEPHallus* número 4.

O trabalho de Maria Consuelo Passos (2003) apresenta uma análise crítica das atribuições que pesam sobre as famílias nos tempos atuais. Em seu artigo "A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações", a pesquisadora destaca a velocidade com que as famílias vêm se transformando e

expandindo suas possibilidades de relações internas e de mediação com o contexto social (p. 15). Segundo ela, a velocidade destas mudanças tem promovido formas distintas de conflitos entre os membros familiares e destes com os demais grupos sociais (p. 15). Maria Consuelo Passos considera necessário sistematizar os deslocamentos que a família tem sofrido do ponto de vista das funções e dos lugares de cada sujeito no grupo como um todo ou nas suas parcerias (p. 15).

Dentre as questões que a autora discute, destacamos os efeitos destes deslocamentos das funções e dos lugares no seio familiar sobre a criança. De acordo com a pesquisadora, um sinal importante da precariedade experimentada pela família na atualidade pode ser verificado no fato de as crianças não possuírem *as referências de um outro a quem possam se submeter e assim potencializarem seus recursos de subjetivação* (p. 23). A pesquisadora ressalta ainda que, diante desta realidade, resta a estas crianças *o esforço de demandar, no limite de suas possibilidades, um outro a quem possam filiar-se e submeter-se, condição paradoxal, mas indispensável à inserção no universo da cultura* (p. 23).

Nesta mesma perspectiva a pesquisadora Adriana Wagner (2003) apresenta em seu artigo algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas, procurando destacar os dilemas referentes à educação dos filhos na atualidade em função das mudanças contextuais que a família contemporânea vem sofrendo. Segundo ela, a família passa por um momento de perda de referenciais, uma vez que *os modelos recebidos de gerações anteriores parecem estar obsoletos*, ao mesmo tempo em que *carecemos de novas estratégias e padrões educativos que, de certa forma, resultem eficazes* (p. 27). A autora considera que *na busca de novas alternativas, muitas vezes encontramos velhos padrões com roupagem nova* (p. 27), o que torna a educação ineficaz, uma vez que os pais não adaptam suas experiências às necessidades atuais de seus filhos (p. 8).

Dentre as instâncias que são chamadas a responder no lugar das famílias contemporâneas, a pesquisadora Lídia Levy (2003) destaca a crescente busca dos pais pelo poder judiciário em relação à educação de seus filhos. Assuntos que antes se limitavam à esfera privada da família, hoje são endereçadas a um juiz para que este oriente os pais na educação dos filhos.

Segundo a pesquisadora, esta substituição da figura paterna pelo poder judiciário não é nova. Hurstel (HURSTEL, 1999, *apud* LEVY, 2003, p.35) já havia descrito as transformações da paternidade, apontando justamente para o declínio do poder social e familiar a partir do século XVII, quando o pátrio poder absoluto e natural é questionado. *A instituição familiar patriarcal sofre mais um golpe quando, no início do século XX, médicos, psicólogos, assistentes sociais e educativos passam a auxiliar o poder judiciário na tarefa de vigiar as famílias. Segundo Hurstel, diante dos magistrados o pai já não tem mais o poder absoluto* (Levy, 2003, p.36).

A saída apontada para este impasse descrito por Lídia Levy estaria na realização de um trabalho que pudesse ajudar pais e responsáveis na recuperação de suas competências familiares (p.44).

A professora Terezinha Féres, coordenadora do livro, respondeu gentilmente ao nosso convite de apresentar algumas considerações a mais sobre o tema em exame. Eis as perguntas que nós formulamos e as repostas que ela nos concedeu.

Marcela Decourt: HÁ MUDANÇAS NA ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS NOS DIAS DE HOJE ? A QUE VOCÊ AS ATRIBUI?

Terezinha Féres Carneiro: Com certeza. As famílias hoje se apresentam com múltiplas configurações: famílias nucleares, separadas, recasadas, monoparentais, homoparentais, dentre outras. Tais configurações são decorrentes de transformações sociais mais amplas e do processo acelerado de mudança nas concepções de conjugalidade e parentalidade.

ESTAS MUDANÇAS AFETARAM DE FORMA DIFERENCIADA HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS? QUEM GANHOU E QUEM PERDEU COM ISSO? DÁ PARA FAZER UM BALANÇO?

Estas mudanças afetam a todos, embora, na minha percepção, as mulheres estejam mais mobilizadas do que os homens frente a elas, expressando seus conflitos e lidando com eles de forma mais aberta. Não sei se daria para falar em perdas para uns e ganhos para outros, mas a possibilidade de transformação quase sempre pode trazer benefícios para os que se dispõem a mudar. Quanto às crianças, os novos arranjos familiares acabam por torná-las mais flexíveis e criativas.

O QUE É SER FILHO, PAI OU MÃE NOS DIAS DE HOJE? ESSES LUGARES NA ESTRUTURA FAMILIAR FORAM REDEFINIDOS?

Estes lugares na estrutura familiar estão hoje com uma demarcação menos clara, sofrendo constantes redefinições.

QUE FUNÇÕES TINHA A FAMÍLIA TRADICIONAL (ANTES DOS ANOS 50/60) E A FAMÍLIA ATUAL? COMO SE DISTRIBUI A FUNÇÃO DE EDUCAR, SOCIALIZAR, DAR LIMITES, NORMAS E REGRAS, TRANSMITIR HÁBITOS, VALORES E UM MODO DE INSERÇÃO NA COMUNIDADE ENTRE A FAMÍLIA E OUTRAS INSTITUIÇÕES?

Na família tradicional, os papéis, as regras, os limites, a transmissão de hábitos e valores eram muito mais rígidos. Na família contemporânea, a educação dos filhos tem sido muito mais delegada à escola e aos meios de comunicação, e os cuidados aos especialistas. Eu diria que os filhos estão precisando ser mais vistos pelos pais cuja função junto a eles é insubstituível.

VOCÊ É CONTRA OU A FAVOR DA TESE DE QUE EXISTE UM DECLÍNIO DA AUTORIDADE PATERNA NA FAMÍLIA? É POSSÍVEL EDUCAR POR MEIO DE RELAÇÕES SIMPLEMENTE IGUALITÁRIAS ENTRE PAIS E FILHOS?

Podemos até dizer que estamos assistindo a um declínio da autoridade paterna. Mas, sem dúvida, os pais e as mães estão hoje com muita dificuldade de exercer sua necessária autoridade. A família não é um grupo de iguais. Querendo que a família seja democrática, os pais confundem autoritarismo com autoridade. A família precisa ser hierarquizada pois os filhos, para se desenvolverem de forma saudável, necessitam da autoridade parental.

VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS HOJE DÃO MENOS IMPORTÂNCIA À DIFERENÇA SEXUAL E GERACIONAL? ISSO AFETA OS NOVOS ARRANJOS CONJUGAIS E PARENTAIS ? COMO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REAGEM ÀS FAMÍLIAS RECOMPOSTAS, MONOPARENTAIS E ATÉ HOMOPARENTAIS?

Sem dúvida, as diferenças de gênero e de gerações são hoje muito mais fluidas e isto afeta as configurações familiares. As crianças e os adolescentes têm muito mais recursos do que podemos imaginar para assimilar tais mudanças e, em geral, reagem muito bem aos novos arranjos da família.

HÁ UMA RELAÇÃO CLARA, NA SUA LONGA EXPERIÊNCIA CLÍNICA, ENTRE OS NOVOS ARRANJOS CONJUGAIS E PARENTAIS E OS NOVOS SINTOMAS INFANTIS?

Os sintomas infantis do passado e da atualidade me parecem muito mais relacionados ao modo como o casal conjugal e o casal parental promovem, ou não, a saúde emocional na dinâmica familiar, do que aos novos arranjos.

DE ACORDO COM A SUA EXPERIÊNCIA CLÍNICA, VOCÊ DIRIA QUE A FAMÍLIA, OS CASAIS E A INFÂNCIA CONTEMPORÂNEAS, CADA UMA DELAS, PADECE DE QUE NOVOS SINTOMAS? DO QUE SE QUEIXAM? O QUE SE PODE FAZER?

Eu diria que os casais se queixam sobretudo de um desencontro de ritmos e desejos: as mulheres se questionando mais, buscando mais mudanças, e considerando mais a possibilidade de ruptura da relação, e os homens mais acomodados, buscando evitar conflitos e, na maior parte dos casos, querendo manter a relação conjugal mesmo quando estão insatisfeitos. Na família, os pais parecem se sentir impotentes e confusos em relação ao uso de sua autoridade, e os filhos parecem estar onerados com as conseqüências de uma pseudo autonomia e de um excesso de expectativas em relação às múltiplas competências que devem demonstrar.

Texto recebido em: 14/12/2006.

Aprovado em: 20/03/2007.

Normas para Publicação de Trabalhos

I. Objetivo

A Revista eletrônica **aSEPHallus** é uma publicação temática, semestral, do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ela tem por finalidade publicar artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação laciana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista **aSEPHallus** implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos – pelo seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.
Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.
CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

Folha de rosto identificada – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

Folha de rosto sem identificação – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

Folha de resumo - Resumo em português, com 100 a 150 palavras. Palavras-chave em português (no mínimo três e no máximo cinco palavras). *Abstract* em inglês, compatível com o texto do resumo. *Keywords* em inglês, traduções compatíveis com as palavras-chave usadas em português.

Texto – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas com 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral.

Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

Resenhas - As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 3 laudas de 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para a língua inglesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

Padrão das notas – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismo arábicos no corpo do texto utilizando o modo “sobrescrito” do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título “Notas”.

V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

Citações

- Literais até 3 linhas: devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

Em 1892, Freud afirma que “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora” (FREUD, 1892, p. 216).

- Com mais de três linhas: devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de três centímetros à esquerda, entre aspas duplas, em Verdana, tamanho 10. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

“O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” (FREUD, 1914, p. 117).

- Artigo de mais de um autor:

Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;

Ex: (MILLER et LAURENT, 1997)

Artigo com três a cinco autores: cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e da data. No entanto, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

Ex.: (SARTER, BERNSTON e CACIOPPO, 1996) e (SARTER et al, 1996).

Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

- Referência a autor sem citação: deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver.

Ex.: (FREUD, 1985), (FREUD, 1920, p. 56).

- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver.

Ex.: (FREUD, 1914/2004), (FREUD, 1914/2004, p. 113).

- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (FREUD, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.
- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver.

Ex.: (LACAN, [1965] 1996, p. 864).

- Citação secundária: trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.

Ex.: "Freud (1914, *apud* Eiguer, 1998)...". No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre EIGUER, 1998).

VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula.

Ex.: FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

Referência a Livros – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início).

Ex.: LACAN, Jacques. (1969-70) **O Seminário. Livro XVII: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70.

Artigo de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição.

Ex.: COTTET, S. "Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje", in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p.11-40.

No caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada.

Ex.: FREUD, S. (1914/2004). "À guisa de introdução ao narcisismo", In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p.97-131.

Artigo de revistas – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural).

Ex.: LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão", **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p.5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

Artigo de revista no prelo – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

Capítulo ou parte de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da parte entre aspas, inserir In: seguido do título do livro em negrito, cidade: editora.

Ex.: LACAN, J. (1946/1996) "Propos sur da causalité psychique", In: **Écrits**. Paris: Seuil.

Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Ex.: FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais:

Ex.: RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da "nova" crítica à psicanálise. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia** (p.27). Brasília: Universidade de Brasília.

Teses ou dissertações não publicadas:

Ex.: ANTUNES, M.C.C. (2002). **O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta**. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.) – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.: KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (ED.) **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Obras consultadas on line – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.: ALVES, Castro. (2000) **Navio negreiro** [S.l]: Virtual Books. Disponível em <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2002.

Comunicação pessoal - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

Outros casos – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista **aSEPHallus**, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos.

Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br, acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título do trabalho _____

O título é pertinente?

[] sim [] não sugestões _____

O resumo é adequado?

sim não sugestões _____

As palavras chave são adequadas?

sim não sugestões _____

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim não sugestões _____

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim não sugestões _____

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

sim não sugestões _____

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

sim não sugestões _____

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

sim não sugestões _____

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

sim não

O trabalho é original ou relevante?

sim não justifique seu parecer _____

O trabalho deve ser:

aceito aceito com reformulações recusado

Justificativa do parecer _____